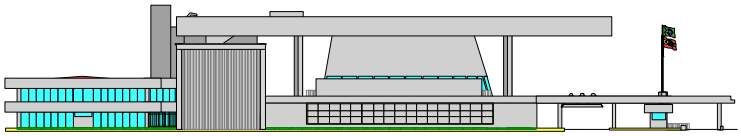
16ª Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

2ª Sessão Legislativa

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII | FLORIANÓPOLIS, 19 DE MAIO DE 2008 | NÚMERO 5.893

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE
Clésio Salvaro
1º VICE-PRESIDENTE
Ana Paula Lima
2º VICE-PRESIDENTE
Rogério Mendonça
1º SECRETÁRIO
Valmir Comin
2º SECRETÁRIO
Dagomar Carneiro
3º SECRETÁRIO
Antônio Aguiar
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Drevek

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO
Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grando

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira – Vice Presidente
Jean Kuhlmann
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO
Reno Caramori – Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Jailson Lima da Silva - Presidente
Odete de Jesus – Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL
Moacir Sopelsa – Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Jean Kuhlmann - Presidente
Joares Ponticelli – Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
Professor Grando
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio – Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares – Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA
Silvio Dreveck – Presidente
Renato Hinnig – Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grando
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Décio Góes – Presidente
Edson Piriquito– Vice Presidente
Edison Andrino
José Natal Pereira
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grando
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart – Presidente
Jailson Lima da Silva – Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER
Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai – Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai – Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grando
Silvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL
Nilson Gonçalves – Presidente
Narcizo Parisotto – Vice Presidente
Edison Andrino
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
Odete de Jesus – Presidente
Kennedy Nunes – Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Jean Kuhlmann
Romildo Titon
Manoel Mota

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação: responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição. Coordenador: Eder de Quadra Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia: responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazzi

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

EXPEDIENTE

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - **NÚMERO 1905**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

ÍNDICE

Plenário
Ata da 034ª Sessão Ordinária da 16ª realizada em 13/05/2008.....2
Ata da 017ª Sessão Solene da 16ª realizada em 13/05/2008...20

Atos da Mesa
Atos da Mesa 24

Publicações Diversas
Ata de Comissão Permanente..... 24
Extratos 25
Portarias 25
Redações Finais.....27

P L E N Á R I O

ATA DA 034ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2008
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Altair Silva - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jaime Pasqualini - Jandir Bellini - Jean Kuhlmann - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Reporta-se às homenagens prestadas pelo Poder Legislativo na última sessão solene da Casa.

DEPUTADO JAIME PASQUALINI - Comenta nota publicada no *Diário Catarinense,* sobre a Casan.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Discorre sobre encontro com o governador Luiz Henrique da Silveira.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Parabeniza o deputado Pedro Uczai pela empreitada na frente parlamentar das ferrovias; parabeniza o Hemosc acerca e coleta de medula óssea.

Partidos Políticos

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Manifesta-se a respeito da taxa de ocupação de terrenos de Marinha.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Discorre sobre a importância da enfermagem.

DEOUTADO ROMILDO TITON - Reporta-se à importância e necessidade da construção de ferrovias para o escoamento da nossa produção.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Ressalta o importante papel dos profissionais de enfermagem; parabeniza a Casa pela última sessão solene realizada nesta Casa.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Fala sobre sua viagem a Brasília para tratar da criação da universidade do Mercosul; registra audiência pública para tratar da segurança alimentar.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se ao Dia da Enfermeira; registra evento da defesa da tese de doutorado em Sociologia Política do soldado Luiz Carlos Chaves.

DEPUTADO ALTAIR SILVA - Manifesta-se a respeito do tema ferrovias; registra viagem a Brasília para tratar de investimentos em casas populares para Chapecó; parabeniza o Poder Legislativo pelas homenagens prestadas na última sessão solene da Casa.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Solidariza-se com o deputado Altair Silva.

Ordem do Dia

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (pela ordem) - Encaminha votação à Mensagem n. 0386/2007.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Encaminha votação à Mensagem n. 0386/2007.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Encaminha votação à Mensagem n. 0386/2007.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (pela ordem) - Encaminha votação à Mensagem n. 0387/2007.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Encaminha votação à Mensagem n. 0448/2007 e 0450/2007

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Encaminha votação à Mensagem n. 0451/2007.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Encaminha votação à Mensagem n. 0451/2007.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Encaminha votação à Mensagem n. 0451/2007.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Encaminha votação à Mensagem n. 0451/2007.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Encaminha votação à Mensagem n. 0451/2007.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO (pela ordem) - Tece considerações a respeito de sua Indicação n. 0151/2008.
DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Discorre acerca da Indicação n. 0154/2008, de sua autoria.
DEPUTADO JANDIR BELLINI (pela ordem) - Discorre acerca da Indicação n. 0154/2008 e solicita para subscrevê-la.

Explicação Pessoal

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Manifesta-se a respeito da revista *Coopercon*; reporta-se à terceirização da merenda escolar.
DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pronuncia-se a respeito dos 120 anos da Abolição da Escravatura; registra a 69ª Semana da Enfermagem; cumprimenta os profissionais de enfermagem e a Aben.
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Corrobora as palavras da deputada Ana Paula Lima; enaltece o SUS.
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Registra evento da defesa da tese de doutorado em Sociologia Política do soldado Luiz Carlos Chaves; aborda a criminalidade no país.
DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Manifesta-se acerca da merenda escolar.
DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Solidariza-se com o deputado Dirceu Dresch acerca do pronunciamento em tese.
DEPUTADO ALTAIR SILVA (aparte) - Corrobora as palavras do deputado Dirceu Dresch com relação à agricultura familiar.
DEPUTADO KENNEDY NUNES - Critica o deputado Elizeu Mattos pelo que s.exa. falou do deputado Joares Ponticelli.
DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Esclarece o que disse sobre o deputado Joares Ponticelli; registra a inauguração da reforma do Hospital e Maternidade Teresa Ramos.
DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Cumprimenta o deputado Elizeu Mattos pelo pronunciamento que faz.
DEPUTADO JAIME PASQUALINI (aparte) - Defende a importância da inauguração do Hospital e Maternidade Teresa Ramos.
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Aborda a Ponte Hercílio Luz.
DEPUTADO SERAFIM VENZON - Refere-se à pujança da economia catarinense.
DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Ressalta a importância da SC-439.
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Registra a entrega do licenciamento ambiental prévio exigido pelo BID.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

A Presidência comunica a todos os deputados que, fruto de acordo de líderes na semana anterior, hoje deliberaremos sobre diversas matérias, incluindo vetos governamentais.

Passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu gostaria de anunciar a presença neste plenário da vice-prefeita do município de Itaiópolis, do Democratas, que está acompanhada do professor e assessor. Agradecemos a sua presença nesta Assembléia Legislativa!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Feito o registro, com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Julio Garcia, nosso amigo, quero também cumprimentar os componentes da mesa, as sras. deputadas, os srs. deputados, as taquígrafas, os funcionários desta Casa e os amigos telespectadores que nos acompanham através da TVAL.

Gostaria de dizer, sr. presidente, que v.exa. está de parabéns pela sessão solene de ontem e por ter dado o seu aval para que pudéssemos ter aquela maravilha de homenagem. Tenho certeza de que v.exa. tem sido para nós, nesta Casa, mais do que um presidente; v.exa. tem sido um pai para nós aqui neste Parlamento.

Eu não poderia deixar de registrar isso e de dizer que uma homenagem maravilhosa foi realizada ontem aqui. Pessoas de diversos segmentos da sociedade puderam ser homenageadas; pessoas que são o orgulho da sua família e, por que não dizer, o orgulho do nosso estado de Santa Catarina, pessoas que, ao longo do tempo, semearam, cuidaram da semente. E ela germinou, deu frutos, e aí tivemos a homenagem de todos os 40 srs. parlamentares.

Quero dizer que o fruto sempre aparece. Quando nós lançamos uma semente e cuidamos dela, ela dá frutos. Só que temos que dizer, sr. presidente e srs. deputados, que temos que cuidar dos nossos frutos para que as aves de rapina, depois que o fruto está bonito, desenvolvido, não venham para beliscá-lo. V.Exas. saberão por que todos os dias da semana vou falar sobre aves de rapina.

Sr. presidente e srs. deputados, a nossa homenageada foi a Associação Catarinense do Ministério Público, representada pelo promotor, dr. Rui Carlos Kolb Schiefler, devido ao trabalho maravilhoso da campanha "O que você tem a ver com a corrupção". Inclusive, através da comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Assembléia Legislativa, trouxemos o dr. Afonso Guizzo Neto para ministrar uma palestra, no plenarinho da Assembléia Legislativa, no dia 29 de outubro do ano passado.

Portanto, não poderíamos deixar de homenagear essa associação, por esse trabalho ter sido reconhecido nacionalmente. É uma campanha de combate à corrupção, que resgata valores éticos e morais na sociedade.

Gostaria que v.exas. assistissem ao vídeo da campanha no telão.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Então, a Associação Catarinense do Ministério Público acompanha vários projetos sociais também, como, por exemplo, a promoção de chás de senhoras, que arrecadam latas de leite em pó doadas para a Fundação Vidal Ramos, sendo um trabalho realizado com mulheres, a promoção das Campanhas do Agasalho e também a campanha Natal Solidário.

Assim, não poderíamos deixar de homenagear a Associação Catarinense do Ministério Público por esse belo trabalho voluntário, realizado através do dr. Afonso Guizzo Neto, que iniciou essa campanha em Chapecó e foi estendendo-a por diversos municípios do nosso estado. E essa campanha tomou uma amplitude maior, porque também foi apreciada na Câmara dos Deputados. Portanto, é uma campanha feita em âmbito nacional. Através deste Parlamento conseguimos colocar mais uma pérola preciosa no trabalho do Ministério Público do estado de Santa Catarina.

Quero agradecer também à Assembléia Legislativa, através do presidente Julio Garcia, que também firmou parceria com o Ministério Público para dar andamento a essa campanha no nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Jaime Pasqualini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Jaime Pasqualini.

O SR. DEPUTADO JAIME PASQUALINI - Sr. presidente, estamos recebendo nesta Casa a ilustre visita do prefeito de Presidente Getúlio, Ivo Adami, do coordenador da festa, o Toninho, ex-vereador, e da rainha e princesas da festa: Nicole, Thaíse e Simoni, que vieram divulgar a 12ª Festa Estadual do Leite, que se vai realizar do dia 29 de maio a 1º de junho.

É um prazer recebê-los aqui. Gostaria que ficassem registradas, indelevelmente, nos anais desta Casa, as ilustres presenças de nossas princesas e da rainha.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Fica feito o registro. Sejam muito bem-vindas a rainha e as princesas!

O próximo orador inscrito é o deputado Jaime Pasqualini, que na forma do Regimento tem a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAIME PASQUALINI - Sr. presidente, srs. deputados, eu havia me comprometido, nas sessões anteriores, a manter uma homenagem aos ex-deputados, mas para que não me torne enfadonho, irei interromper essa homenagem àqueles que pertenceram, Toninho, ao nosso alto vale do Itajaí, alguns até já falecidos.

Entretanto, a realidade dos fatos contemporâneos obriga-me a desviar desse assunto e abordar um tema muito mais atual. Eu me refiro a uma nota publicada no *Diário Catarinense* de hoje, de autoria do jornalista Roberto Azevedo, intitulada "Reversão".

(Passa a ler.)

"Para quem imaginava que a Casan perderia mercado e não teria capacidade de enfrentar um mercado municipalizante, a resposta veio com o novo estilo de gestão associada. A estatal renovou o convênio com Laguna, por dez anos; Antônio Carlos, Nova Veneza e Urubici, por 15 anos e Mondaí, Caçador e Rio do Sul, por 20 anos."[sic]

Não fossem, sr. presidente, as questões relacionadas à Casan no que diz respeito à sua dívida com a Celesc, que é da ordem de R$ 176 milhões, uma empresa que distribuiu participação aos seus funcionários na ordem de R$ 403,00 e mesmo assim mantém um débito com a Celesc, eu quero dizer que a realidade de Rio do Sul e do Alto Vale do Itajaí não difere da realidade dos outros municípios catarinenses.

Há cerca de 30 anos, sr. presidente, a Casan, imbuída dos melhores propósitos, fez com todos os municípios catarinenses um convênio para a prestação do serviço de fornecimento de água.

É função do município prestar esse tipo de serviço. A Casan, uma empresa pública criada pelo estado, prontamente tomou para si esse serviço e conveniou com todos os municípios catarinenses por 30 anos.

Essa realidade, deputado Jailson Lima, foi alterada recentemente com a Lei n. 11.445, que estabeleceu um marco regulador entre o que era o saneamento no Brasil e o que passou a ser. Para nossa surpresa, deputado Pedro Uczai, alguns municípios, inteligentemente, não renovaram esse convênio com a Casan e passaram a exercer diretamente esse tipo de serviço. Em obediência à lei federal, passaram a realizar esse tipo de serviço através de autarquias ou pela própria municipalidade.

Municípios como Florianópolis, Joinville, terra do nosso governador, Balneário Camboriú, terra do nosso vice-governador, Lages, terra do nosso senador da República, protagonizaram a autarquização, a estatização desse importante serviço público que é o saneamento.

O alcaide do município de Rio do Sul, sr. presidente, entendeu de abandonar todo o conceito, todas as normas da Lei n. 11.545 e de afogadilho, no último instante, sem qualquer estudo prévio, sem qualquer audiência pública, como determinava a lei, levar caminhões carregados de tubos para o centro da cidade. Fez um convênio com o governo do estado, com a Casan e com outras empresas, para continuar por mais 20 anos esse serviço público de fornecimento de água.

Não somos contrário, deputado Jandir Bellini, ao convênio em si, mas que ele fosse precedido de trabalho, de estudo, de audiências públicas, como determina a lei, para que então, na finalização desse trabalho, deputado Jailson Lima, nós pudéssemos dizer talvez que a melhor opção era continuar com mais 20 anos com a Casan. Mas, não, o nosso prefeito, alguns prefeitos do alto vale e até de Santa Catarina, iludidos com algumas promessas que não serão cumpridas por certo, renovaram o convênio por mais 20 anos.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAIME PASQUALINI - Concedo um aparte ao deputado Jailson Lima.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Deputado Jaime Pasqualini, nós, que residimos na cidade de Rio do Sul, vivenciamos esse convênio protocolado entre a prefeitura e a Casan. Eu fui prefeito de Rio do Sul e quando assumi havia um convênio de 30 anos assinado pelo ex-prefeito Luiz Soldatelli. Alguns prefeitos foram mais ponderados em relação ao tempo, porque como a política é muito dinâmica, 20 anos é um tempo muito prolongado.

Gostaria de colocar para v.exa. e para a população do alto vale que na cidade de Indaial foi feita uma gestão compartilhada com a Casan, na qual a municipalidade intervém na questão do processo de administração como se fosse uma municipalização. Indaial possui 48 mil habitantes, está recebendo R$ 155 mil por mês e está investindo em saneamento. Diferente de Rio do Sul, que vai receber de R$ 50 mil a R$ 55 mil mensais e diz que foi uma maravilha de contrato. Não sei para quem, mas certamente não foi para o povo de Rio do Sul!

O SR. DEPUTADO JAIME PASQUALINI - Obrigado, deputado Jailson Lima.

O Sr. Deputado Jandir Bellini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAIME PASQUALINI - Pois não!

O Sr. Deputado Jandir Bellini - Deputado Jaime Pasqualini, com relação a esse assunto, acho que temos muito a falar até porque Itajaí foi o primeiro município no estado de Santa Catarina a ter o seu sistema de água e esgoto municipalizado. Há 30 anos havia um convênio com a Casan. A Casan levou muito dinheiro de Itajaí e quando venceu esse convênio procuramos a empresa - éramos prefeito de Itajaí na época -, propusemos uma renovação do convênio desde que houvesse investimentos no setor de saneamento e na melhoria da qualidade da água. A Casan se negou a qualquer tipo de investimento, e nós tivemos a coragem de municipalizar. Fomos acusados de municipalizar, de privatizar, enfim, todo aquele trabalho dentro da política, dentro da democracia.

Hoje, a municipalização da água e do esgoto em Itajaí é um orgulho para a nossa cidade. O próprio governo atual que, na época, foi um crítico, atualmente em toda sua propaganda administrativa dá como exemplo a Semasa, uma autarquia criada em nosso governo, que passou a investir todo o montante da arrecadação no município. Portanto, se o município possui condições, deve, sim, municipalizar.

Parabenizo a manifestação de v.exa., nobre deputado.

O SR. DEPUTADO JAIME PASQUALINI - Obrigado, deputado Jandir Bellini.

De forma que a nossa posição, o nosso posicionamento não é quanto à opção feita, mas que fosse lastreada em estudos, em pareceres técnicos, os quais quero conhecer. E por isso vou encaminhar uma indicação à Presidência para que esses estudos, esses encaminhamentos, sejam trazidos para esta Assembléia, para o Parlamento catarinense, para o nosso convencimento, porque por melhor que seja o prefeito, por mais abalizado como empresário de sucesso, ele não se pode dar ao luxo de dizer: "Eu acho isso". Em administração pública não há "eu acho", deputado Pedro Uczai. É preciso que existam documentos, estudo prévio.

Assim, quando o prefeito vai para a tribuna, dizendo que os tubos estão lá, que o município vai fazer o Comen, sem consultar a Câmara de Vereadores, sem ouvir os parlamentares, por certo estamos fugindo da democracia.

Por isso, deputado Pedro Uczai, ingressamos na Justiça com uma ação popular, e o Judiciário catarinense na hora certa dará sua resposta a esse tipo de atitude de prefeitos que não cumprem a lei, notadamente a Lei n. 11.445, que não fazem as audiências públicas, que não têm uma política de saneamento básico definida.

Estamos atento, o Judiciário catarinense recebeu a nossa ação popular e receberá tantas outras quantas forem necessárias para que os prefeitos passem a cumprir o que a lei determina, porque não estamos omissos. O pior dos pecados é a omissão, deputado Pedro Uczai. Nós não nos omitimos! Nós estamos à frente do nosso trabalho, levando à população catarinense os desmandos que acontecem quando os prefeitos assim ocorrem.

Lá em Rio do Sul, lá no alto vale, a Casan, junto com o governo do estado, encheu a praça pública de tubos para engordar a visão das pessoas menos avisadas, para dizer-lhes que era a melhor opção, mas nunca foi feito um só estudo.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAIME PASQUALINI - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - A experiência de Indaial, que é a experiência compartilhada, a experiência da relação entre o município e a Casan, é a melhor experiência, porque permite, de forma transparente, construir uma gestão municipal na relação com a empresa estadual.

Da forma que está ocorrendo, que v.exa. está denunciando, não é possível continuar ainda hoje em Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO JAIME PASQUALINI - Muito obrigado, sr. presidente e srs. deputados!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Pedro Uczai, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O Sr. Deputado Jaime Pasqualini - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Enquanto o sr. deputado Pedro Uczai se prepara para o seu pronunciamento, com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jaime Pasqualini.

O SR. DEPUTADO JAIME PASQUALINI - Gostaria de fazer o registro da presença de um cidadão que por quatro vezes foi vereador na cidade de Rio do Oeste, foi candidato a vice-prefeito, é juiz de paz, Adolfo Depiné, que nos prestigia, nesta tarde, neste Parlamento.

Obrigado pela sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Feito o registro, tem a palavra o sr. deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, deputado Julio Garcia, srs. deputados, sras. deputadas, ocupo este espaço, neste horário, para falar de um histórico encontro, no dia de ontem, aqui na capital do estado. O encontro com o governador do estado, Luiz Henrique da Silveira, organizado e mobilizado pela Frente Parlamentar em Defesa do Projeto Ferroviário em nosso estado, interligando-o com o Paraná e o Mato Grosso do Sul.

Já havíamos realizado dois encontros anteriores, organizados e mobilizados por essa frente parlamentar. Este deputado, inclusive, no histórico encontro de Chapecó, propôs que se somassem os Executivos estaduais e o governo federal para viabilizar esse projeto estratégico de infra-estrutura em Santa Catarina, no Paraná e no Mato Grosso do Sul.

E ontem, sr. presidente, contamos com a presença de dois senadores, mais de uma dezena de deputados federais dos três estados, mais de uma dezena de deputados estaduais. Aqui da nossa Casa quero até cumprimentar todos os deputados que estiveram presentes lá, os deputados Sargento Amauri Soares, Décio Góes, Dirceu Dresch, Antônio Aguiar, Romildo Titon e Moacir Sopelsa (se não me engano foram esses deputados que estiveram presentes). Estiveram presentes também empresários, federações, sindicatos de transportadores, lideranças dos três estados. Faltou espaço no auditório do Palácio do Governo.

Depois desses três encontros que essa frente organizou com os três governadores, agora nós queremos que essa ferrovia, sobre a qual dizemos que é o futuro para Santa Catarina, represente a integração deste estado; depois da integração rodoviária através da BR-282, vamos integrar este estado através de uma ferrovia. É uma resposta ambiental, social e econômica.

Ontem o deputado Sargento Amauri Soares levantava - como em outros momentos desta tribuna eu o fiz - a importância estratégica de se construir um projeto ferroviário na América Latina, na América do Sul e nos nossos estados, a fim de promover o transporte de mercadorias, mas também o transporte de passageiros.

Quais os passos, agora, da luta dessa frente? Não paramos aqui. O próximo passo é com o governo federal. Encaminhamos a solicitação de audiência com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, a fim de que o ministro possa, junto com os parlamentares e o Congresso Nacional, incluir no PPA uma emenda parlamentar que contemple esse projeto ferroviário dos três estados. Em seguida vamos a uma audiência com a ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil, e coordenadora do PAC, para incluir no Programa de Aceleração do Crescimento esse projeto estratégico de integração ferroviária. Não tenho dúvida de que a ministra vai ter sensibilidade, até porque manifestou a este deputado, pessoalmente, e lá na comissão do Senado, na última semana, que tem disposição política e sensibilidade para discutir esse projeto ferroviário que interliga esses três estados do sul com os países do Mercosul.

Deputado Altair Silva, nós, do oeste, precisamos dessa integração que a ferrovia vai proporcionar não só para virem os insumos do Mato Grosso do Sul, do Paraná - é algo em torno de seis milhões de toneladas o que as grandes agroindústrias consomem para transformar em proteína animal, suínos e aves -, mas também para exportar nossos produtos, através dos portos, aos outros estados e outros países, uma vez que se trata de algo estratégico do ponto de vista do desenvolvimento e da integração dos povos. Conseguiremos, inclusive, facilitar a integração dos povos e reduzir o custo rodoviário, pois é insustentável, acima de 500 quilômetros, ter tantos caminhões trafegando por este país.

Sendo assim, essa luta é de todos, essa luta é desta Casa. E eu estou muito feliz por fazer parte dessa frente parlamentar, coordenando-a juntamente com outros parlamentares, como o deputado federal Celso Maldaner, de Santa Catarina, e com os deputados do Paraná e do Mato Grosso do Sul. E agora temos mais uma grande etapa para superar, que é garantir recursos públicos em forma de emendas ao PPA, à LDO e ao Orçamento ou também em forma de financiamento do BNDES.

Sr. presidente e srs. deputados, depois de realizarmos as audiências com o ministro Paulo Bernardo e com a ministra Dilma Rousseff, buscaremos reunir-nos com o presidente do BNDES, porque Santa Catarina merece esse projeto ferroviário, o oeste de Santa Catarina merece esse projeto ferroviário e queremos ver este estado integrar-se através de um instrumento de infra-estrutura central e estratégico para o desenvolvimento: o trem apitando novamente em nossos municípios e em nosso estado.

Por isso faço essa manifestação no dia de hoje, falando da alegria desse encontro histórico que fizemos ontem, no Palácio do Governo. Os três governadores apóiam esse projeto e agora vamos buscar o apoio do governo federal. Este é o papel do Parlamento, pensar estratégias, propor iniciativas, planejar o futuro. E para o futuro da nossa região, do nosso estado, são importantes outros projetos estratégicos de desenvolvimento.

Quando o ministro da Educação, em Curitiba, no dia de ontem, anunciou que vai encaminhar ao Congresso Nacional mais um projeto estratégico para nós, deputados do oeste de Santa Catarina, o projeto da nossa Universidade Federal da Mesorregião da Fronteira do Mercosul, uma universidade pública, gratuita, de qualidade, como direito da juventude do oeste catarinense, do sudoeste do Paraná e do noroeste do Rio Grande do Sul: cinco *campi*, sendo dois *campi* no Paraná, dois *campi* no Rio Grande do Sul e um *campus* no oeste de Santa Catarina, como sede da nova universidade.

Além das Escolas Técnicas Federais, que são 64 já concluídas e 150 em construção, teremos mais uma universidade pública e gratuita. Vamos chegar a 214 Escolas Técnicas Federais, além da expansão da nossa Universidade Federal de Santa Catarina, que terá um *campus* em Joinville, um *campus* em Curitibanos e mais um *campus* em Araranguá.

Deputada Ada De Luca, depois de 45 anos apenas em Florianópolis, precisou um operário ser presidente da República para expandir a UFSC para o interior, para priorizar a educação e fazer uma revolução educacional deste país, desde a educação infantil, da educação básica, do ensino fundamental e ensino médio, através do Fundeb, até a universidade. É a melhor herança que um pai, que uma mãe deixa hoje.

Até pouco tempo um agricultor tinha terra e mão-de-obra. Nem na agricultura a perspectiva da cidadania e da dignidade fica de fora o conhecimento, o estudo. Quando um filho de um agricultor ou de um trabalhador tiver acesso à universidade do ProUni, através de bolsa de estudo, ou da Universidade Federal, o que vai ser uma realidade no nosso oeste de Santa Catarina, ou do Reuni, incluindo mais de um milhão de jovens até 2010 nas nossas atuais universidades federais, nós teremos alcançado uma conquista, uma vitória. E isso temos que comemorar no nosso estado, pois ele nunca foi tão respeitado. E é nessa direção que nós aqui, enquanto bancada do Partido dos Trabalhadores, não só damos publicidade, mas comemoramos essas conquistas, essas vitórias que são para o povo.

É por isso que nós comemoramos mais uma vitória, pois logo, logo veremos aprovada no Congresso Nacional mais uma universidade pública para o nosso oeste de Santa Catarina, a universidade da Mesorregião, fronteira do Mercosul.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE)Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado Pedro Uczai.

O Sr. Deputado Jaime Pasqualini - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jaime Pasqualini.

O SR. DEPUTADO JAIME PASQUALINI - Eu só queria fazer o registro da presença, nesta Casa, do prefeito de Trombudo Central, o progressista Fernando Hoffmann, e o seu secretário da Agricultura Osvaldo, bem como o representante da empresa Pamplona, Leopoldo Zimmermann.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Sejam muito bem-vindos ao Parlamento catarinense.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero cumprimentar os nobres deputados e aproveitar do meu horário para registrar também a presença do vereador Fritz Goede, do PP de Trombudo Central, de Edmilson Prada, hoje companheiro do

PT, que já foi vereador daquela comunidade, e o Arlindo Bleich, também do PP.

Quero, neste momento, não só parabenizar o deputado Pedro Uczai pela sua empreitada na frente parlamentar das ferrovias, porque essa também, deputado Pedro Uczai, é uma visão do nosso governo. E a Dilma Rousseff, quando esteve em Joinville, deixou clara a necessidade dos investimentos em ferrovias para colocar o Brasil na linha dos países de Primeiro Mundo, na logística de distribuição do setor produtivo para o escoamento de portos brasileiros e dos portos catarinenses.

E nós, da região do alto vale, quando fui prefeito de Rio do Sul, juntamente com o prefeito Décio, o Tomio, o Zuchi e o Volnei Morastoni, em Itajaí, fizemos um debate, deputada Ana Paula Lima, sobre a questão da ferrovia, saindo do planalto serrano, vindo do oeste, chegando até os portos de Itajaí e de São Francisco do Sul, interligados.

Então, essa empreitada não só se faz necessária como também é uma caminhada que tem audição do nosso governo federal. Basta vermos as obras que estão sendo executadas.

Ao mesmo tempo aqui quero parabenizar o Hemosc, porque no dia de manhã, dia 14, estará a sua unidade de Rio do Sul fazendo uma coleta de sangue para verificar possíveis doadores de medula óssea.

Na cidade de Rio do Sul há o garoto Pedro Luiz Brognoli, que ainda não completou dois anos, que está com leucemia e que depende do transplante de medula óssea.

Solicitamos ao Hemosc para que fizesse, na cidade de Rio do Sul e no alto vale, um chamamento público. E neste momento aqui faço esse chamamento convidando todos os companheiros da Unidavi, alunos e população de Rio do Sul e alto vale, para que no dia 14 se dirijam até a universidade. São apenas 5 ml de sangue que você tirará, mas que poderão salvar a vida dessa criança e dessa família que passa por problemas sérios em decorrência dessa questão.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Concedo um aparte ao deputado Antônio Aguiar, que é médico nesta Casa como nós, que também intervém muito na questão da saúde.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Eu gostaria de parabenizá-lo por esse chamamento, eis que, sem dúvida nenhuma, a vida humana está em primeiro lugar.

Mas eu quero me reportar também ao assunto anterior que v.exa. tão bem descreveu, que diz respeito às ferrovias no estado de Santa Catarina.

Estivemos ontem, juntamente com o coordenador dos deputados estaduais, deputado Pedro Uczai, participando de uma reunião com o governador do estado Luiz Henrique da Silveira, com o senador do Mato Grosso do Sul, com o deputado federal do Paraná e com várias lideranças, debatendo esse assunto da ferrovia, que é muito pertinente. Pertinente porque estamos no barco errado. Não é através das rodovias que devemos fazer os transportes e sim através das ferrovias e talvez através da navegação.

São dois meios de transporte mais baratos para a nossa população, e no momento urge sim fazermos investimentos e fazermos com que o porto de São Francisco do Sul, o nosso comércio e as nossas empresas procedam ao transporte dos produtos agrícolas, dos produtos da Rigesa, que são o papel, a madeira, enfim, outras maneiras que fazem com que o transporte em Santa Catarina seja ferroviário. Porque é mais barato e vai fazer com que o planalto norte, principalmente, seja contemplado por ser a ferrovia do Contestado. E o Contestado em Santa Catarina, pela sua história, já esteve várias vezes para o Paraná e outras vezes para Santa Catarina. Lá, sim, houve embates sangrentos.

Então, em prol do Contestado estamos aqui fazendo um apelo para que a ferrovia realmente vá para a região norte, vá para a cidade de Porto União, Mafra e São Francisco do Sul.

Parabéns, deputado Jailson Lima, pela sua intervenção a favor das ferrovias.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Deputado Jailson Lima, sem querer ocupar o seu tempo, quero cumprimentá-lo por essa questão dos bancos de medula óssea.

Nós também temos aqui, neste momento, em Florianópolis, uma grande campanha deflagrada em prol do menino Cauã, que tem uma doença congênita grave. Inclusive no programa de televisão e de rádio temos explorado muito esse assunto, e mais de 1.500 pessoas já foram até o Hemosc fazer a coleta de sangue. O interessante é que tanto as coletas de sangue feitas em Rio do Sul quanto em Florianópolis podem beneficiar pessoas de todo o estado.

Então, é importante esse incentivo, e esses casos personalizados de crianças podem fazer com que mais catarinenses possam ir até lá tirar 5 ml de sangue que podem salvar vidas de crianças em todo o estado.

Parabéns pela iniciativa, e acho que é papel deste Poder incentivar esse pequeno ato pessoal que pode salvar muitas vidas.

Parabéns a v.exa!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado sargento Amauri Soares - Deputado Jailson Lima, eu quero também parabenizar v.exa. por esse trabalho, por esse empenho que está fazendo em garantir as condições para que seja feito o transplante desse garoto, desse jovem. E quero dizer que já sou doador e está à disposição, caso seja compatível, o sangue da minha irmã, que não tivemos a felicidade de usar no ano passado. Mas no que pudermos contribuir e ajudar, estamos à disposição.

Parabéns pelo seu trabalho, pelo seu pronunciamento.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Faço este chamamento em relação à possibilidade de doadores, para que tenhamos um banco de doadores de medula óssea dos maiores e mais solidários deste país, deputado Antônio Aguiar. São apenas 5 ml de sangue. E nós temos hoje bancos de doadores, de coleta, em Florianópolis, Lages, Criciúma, Joinville, Joaçaba, Chapecó, Tubarão e Jaraguá do Sul, mas às vezes temos que fazer a coleta de quase um milhão de doadores para achar um doador compatível que possa salvar uma vida.

Portanto, é importante a nossa luta também para construir um banco de doadores na cidade de Rio do Sul.

Então, mais uma vez queremos dizer ao povo de Santa Catarina que esse momento de solidariedade, esse um minuto de incômodo na nossa vida, doando 5 ml de sangue, pode representar uma oportunidade de vida a uma pessoa, ajudando a construir um mundo melhor.

Ao mesmo tempo, retornando ao assunto das ferrovias aqui colocado pelo sr. deputado Pedro Uczai, é importante ressaltarmos o programa que foi lançado ontem sobre a política de desenvolvimento produtivo do governo Lula, sra. deputada Ana Paula Lima, em que a nossa ministra Dilma Rousseff, quando esteve em Joinville e em Itajaí, assegurou aos empresários que lá a questionaram sobre a questão da volatilidade do dólar, do preço baixo, das dificuldades das exportadoras, das empresas catarinenses, assunto este que o governo federal estava preocupado, e que em breve faria um pacote econômico de incentivo à indústria, à exportação, à estabilidade econômica, ao controle da inflação e à segurança do desenvolvimento econômico sustentável deste país.

Srs. deputados, ontem nós vimos, em menos de 30 dias, o governo, na cidade do Rio de Janeiro, se não me engano, apresentando no setor empresarial brasileiro a sua proposta de desenvolvimento econômico para este país. E hoje, pelos jornais, vimos que a Fiesc e a Confederação Nacional da Indústria aprovaram o programa do governo Lula para o desenvolvimento econômico. E nunca houve, diga-se de passagem, na história deste país, um presidente que fizesse tamanho projeto de contemplação do desenvolvimento do setor econômico, sendo até elogiado pelos setores produtivos, que em toda a sua história foram adversários dos nossos governos.

Logicamente que a nossa ministra Dilma Rousseff, já que se fala que é a mãe do PAC, também não deixa de ser a locomotiva dessas grandes obras e do plano de desenvolvimento deste país. Ela é, como disse parafraseando o sr. deputado Carlito Merss, "Dilmais".

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao D25.

Com a palavra o sr. deputado Cesar Souza Júnior, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, o que me traz à tribuna nesta terça-feira é um tema que foi objeto de audiência pública e objeto de muitos debates nesta Casa no ano passado, mas que agora, em função da aproximação do prazo de pagamento dessa taxa, volta a assombrar todos os catarinenses que têm a felicidade, por um lado, e a infelicidade, por outro, de ter terrenos próximos ao mar. Trata-se da já conhecida e famigerada taxa de ocupação de terrenos de Marinha.

Essa taxa sofreu do exercício de 2006 para o exercício de 2007, como debatemos aqui em muitas oportunidades, uma majoração da ordem de 1.500% em alguns casos e na média em torno de 400%. É verdade! De um ano para outro! E esse recálculo da taxa de ocupação dos terrenos de Marinha foi feito com base numa pretensa valorização patrimonial.

O que fez o governo? Foi até os corretores de imóveis e perguntou quanto tinha valorizado, mais ou menos, esse trecho. Deram o preço e em cima desse valor, sem nenhuma possibilidade de defesa dos proprietários dessas áreas, foi majorado o valor de maneira absurda, configurando verdadeiro terrorismo fiscal por parte da União.

Com base na revolta da sociedade catarinense, nós estivemos em Brasília, entramos com duas ações, uma no Supremo Tribunal Federal e outra na Justiça Federal. Além disso, realizamos audiências públicas, uma nesta Assembléia Legislativa e outra, deputado Kennedy Nunes, na cidade de Joinville, onde estivemos conversando sobre as taxas de Marinha.

O que é que aconteceu? Essas ações coletivas que poderiam importar em um ganho a todos aqueles proprietários de áreas ainda não foram julgadas. É a morosidade da Justiça que prejudica o dia-a-dia das pessoas.

Mas, por outro lado, aqueles cidadãos que ingressaram no Poder Judiciário, na Justiça Federal, com ações individuais ou mesmo ações coletivas, um grupo de proprietários de uma faixa contínua de terra, conseguiram lograr êxito no sentido de barrar esse aumento absurdo, injustificável, da taxa de ocupação de área de Marinha. São mais de 75 mil pessoas no sul do Brasil e cerca de 14 mil em Santa Catarina. E os que estão entrando com ações individuais têm tido nas sentenças - e já temos, inclusive, jurisprudência firmada em 2º Grau, no TRE da 4ª Região, em ações ajuizadas através da assessoria prestada pelo nosso gabinete - decisões com o seguinte teor: a União não pode utilizar uma pretensa variação patrimonial calculada de maneira unilateral, ou seja, tem que se aplicar de um ano para outro aquilo que foi a inflação do período e não uma recuperação patrimonial de seis, sete anos, com base naquilo que pensam os corretores de imóveis.

Essa vem sendo a decisão. Vários catarinenses têm logrado êxito nessas ações. Agora, o lamentável é que só quem entra na Justiça está tendo acesso a essa interpretação da lei.

Tenho aqui várias decisões que importam nessa revisão de valores, mas aqueles que não procuraram o Poder Judiciário estão recebendo agora em suas casas novamente os valores da taxa de ocupação de área de Marinha com aqueles valores absurdos, com aqueles valores exacerbados.

Faço aqui desta tribuna, mais uma vez, um apelo ao Poder Judiciário, ao STF, à Justiça Federal de Brasília, no sentido de que dê prosseguimento a esses julgamentos. A jurisprudência já está sendo formada. A União não pode ser o locatário mais draconiano deste país. A União tem que respeitar o cidadão e aplicar apenas o percentual inflacionário de recomposição, o que é constitucional, o que é legal.

A Justiça Federal deste país já está barrando. O que precisamos é de uma decisão *erga omnis*, ou seja, para todos, que alcance a todos, menos aqueles que não ingressem com ações. Porque se todos os proprietários de áreas que se sujeitam a cobranças de taxa de Marinha ingressarem no Poder Judiciário, nós teremos uma enxurrada de ações que poderão até inviabilizar e paralisar a Justiça Federal. Então, que se julgue isso de maneira definitiva.

Ingressamos também com representação na Procuradoria do Ministério Público Federal, que tem a legitimidade ativa de propor uma ação que beneficie a todos. Aumento de 1.500% de tributo de um ano para outro, com base no imposto que só tem no Brasil, que é a taxa de Marinha, que é uma velharia histórica, é um meio que o governo se utiliza para fazer esbulho, para fazer terrorismo fiscal contra mais de 14 mil catarinenses.

Além disso, o Patrimônio da União não tem divulgado, de maneira ampla, aqueles que teriam direito à isenção prevista em lei, os que ganham menos de cinco salários mínimos, aqueles aposentados, e outras questões que a lei prevê. Há muita gente que poderia estar isenta pelos próprios critérios administrativos que não está porque não tem interesse em divulgar.

Quando é para cobrar, quando é para ter agilidade na cobrança, é muito rápido. E mais, as pessoas que por falta de condições deixaram de pagar já estão recebendo em suas casas cartas ameaçadoras da União de que vai tomar aquele imóvel, que muitas vezes é um imóvel de herança.

Então, peço à Justiça que agilize e julgue esse processo de maneira rápida.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sra. presidente, é só para fazer o registro da presença nesta Casa do pastor Alcides, pastor presidente da Assembléia de Deus de Palhoça, que está acompanhado por outros obreiros.

Então, gostaria de deixar registrada a presença deste grande líder religioso da Assembléia de Deus, da cidade de Palhoça.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Seja bem-vindo pastor e demais obreiros.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sra. presidente, quero deixar registrada a presença do vereador de Santiago do Sul, Valdecir Grolli, e também do dirigente sindical regional de Concórdia, que é de Itá, sr. Leonildo Dessante. Era só para registrar a presença dessas duas lideranças sindicais do interior do estado.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Fica feito o registro.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Antônio Aguiar, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, eu gostaria, no dia de hoje, de parabenizar as enfermeiras, que são um segmento importante da sociedade, um segmento importante da saúde, porque prestam um trabalho, um serviço que ajuda os nossos pacientes, as pessoas que necessitam.

Nesta semana da enfermagem, que inicia dia 12 e vai até o dia 29, nós gostaríamos de parabenizar esses profissionais pelo seu dia e pela sua semana, contando um pouquinho da história da enfermagem.

(Passa a ler.)

"A enfermagem, como ciência, não foi descrita diretamente nos tempos antigos. Conhecimentos sobre ela vêm envoltos com os assuntos médicos, sociais e religiosos (Paixão, 1979). A enfermagem é concebida como parte integrante da prática médica e, segundo Donnangelo (apud MELO et al., 1987)'como prática social, porque articulada do conjunto das práticas que compõem a estrutura das sociedades e, portanto, determinada econômica, política e ideologicamente'. Sendo uma prática social, ela possui seu caráter histórico, pois se transforma e é determinada socialmente (MELO et al., 1987).

Historicamente, o cuidar, como ato feminino, iniciou-se com a difusão do cristianismo em Roma, levando muitas damas distintas a se dedicarem aos pobres e enfermos e a transformarem seus palácios em hospitais (Paixão, 1979). Desta maneira a prática de enfermagem passou a ser realizada exclusivamente pela igreja, e a falta de fervor religioso, que ocorreu em meados da Revolução Protestante, levou-a a uma parcial decadência.

As técnicas de enfermagem começam a se organizar no final do século XIX, mais precisamente em 1860, na Inglaterra vitoriana, através de Florence Nightingale. As técnicas possibilitaram a instrumentalização do cuidado de enfermagem, surgiu a preocupação com o meio ambiente do paciente, a necessidade de luz, ar fresco, silêncio e principalmente higiene (ALMEIDA, 1984). Segundo Florence, (apud SILVA et al., 1992) 'a doença encontra-se fora do corpo do doente, cabe à enfermeira retirar os obstáculos para que a natureza possa agir'. Em *'Notes on Nursing'*, de sua autoria, ela evidencia a necessidade de uma preparação formal e sistemática das enfermeiras. Tais mudanças, que são chamadas de 'A Enfermagem Moderna', foram implementadas nos Estados Unidos e em toda a Europa (SILVA et al., 1992).

No Brasil, a institucionalização da enfermagem iniciou-se em 1890. Nesse ano, o governo Provisório da Segunda República cria, no Hospício Nacional de Alienados do Rio de Janeiro, uma escola para formação de profissionais de enfermagem nos moldes existentes em Salpetriere. Para organizar essa escola são chamadas irmãs de caridade francesas. Desta maneira, o preparo das enfermeiras é considerado como um sacerdócio (Oliveira, 1979). Em 1893 o Hospital da Associação dos Estrangeiros recruta enfermeiras inglesas para treinar estagiários, iniciando-se a influência inglesa na atenção de enfermagem (Oliveira, 1979).

No início dos anos 20 surge a necessidade de preparar mais profissionais para, principalmente, controlar as endemias. Cria-se o Serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública, supervisionado por enfermeiras americanas. Em 1926 o serviço passa a denominar-se Escola de Enfermeiras Dona Ana Néri, sendo elevada, por decreto, à escola oficial padrão (Oliveira, 1979).

No presente, são muitas as escolas de Enfermagem existentes no Brasil, tanto de nível médio como superior. Gradativamente a profissão foi tomando espaço na sociedade e hoje os enfermeiros são essenciais em qualquer instituição de saúde. A profissão buscou especializações e aprimoramentos, e os estudos publicados são muitos".

Gostaríamos de parabenizar toda a enfermagem do estado de Santa Catarina em nome da deputada Ana Paula Lima, que preside, neste momento, a nossa sessão. Quero deixar aqui os votos de excelência, de continuidade, de eficácia da enfermagem no estado de Santa Catarina.

Gostaríamos de neste momento passar a palavra ao deputado Romildo Titon, que fará uso da segunda parte do horário político do PMDB.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário destinado ao PMDB, com a palavra o deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sra. presidente deputada Ana Paula Lima, sras. deputadas e srs. deputados, todos aqueles que nos assistem através da TVAL, da Rádio Alesc Digital e os que podem acompanhar de perto o trabalho deste Parlamento.

Há poucos instantes vários deputados aqui se pronunciaram sobre a importante reunião realizada no dia de ontem. Foi um passo decisivo de um dos projetos mais importantes para o sul do nosso país, que é a grande luta que se inicia com a construção da Ferroeste, a ferrovia que vai oportunizar ainda mais o crescimento do nosso e de todos os estados do sul.

E nós pudemos constatar o entusiasmo da classe política que estava presente, principalmente dos estados de Mato Grosso do Sul, do Paraná e de Santa Catarina, que na sua grande maioria eram integrantes dessa luta, da esperança desse sonho se tornar realidade, principalmente pelos indicativos que estamos tendo, tanto do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, como dos governadores de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, que estão se disponibilizando para a implementação dessa grande obra.

Nesse sentido, venho falar de um assunto importante para a minha região, e acredito que para todos nós do meio oeste e do oestão catarinense, onde temos centralizada a nossa grande economia na produção agrícola e onde cada dia que passa percebemos a evolução, o crescimento que vem acontecendo através da instalação de novas agroindústrias e da ampliação das já existentes, fortalecendo o setor produtivo e dando uma esperança maior para o nosso produtor. E hoje podemos constatar que toda a nossa produção é insuficiente para o consumo das nossas agroindústrias. E a ferroeste nos dará a oportunidade para trazer grãos de outros estados e de outros países, onde já está neste momento acontecendo para suprir as necessidades.

Fico feliz, deputado Moacir Sopelsa, por representar a região do meio-oeste catarinense, principalmente da nossa querida Campos Novos, que é o berço da produção, o celeiro do estado de Santa Catarina em termos de produção de grãos, agora, com o início da construção de uma nova agroindústria pela Coopercampos, uma das cooperativas mais tradicionais do estado de Santa Catarina, que vem crescendo, modernizando-se, buscando novas alternativas, novas tecnologias, para que o nosso produtor possa produzir cada vez mais e melhorar as condições da sua família e ajudar o estado de Santa Catarina.

Pudemos presenciar, há poucos dias, que nem Campos Novos tem mão-de-obra suficiente para suprir as necessidades do novo investimento que vai acontecer naquele município, quando a nossa Coopercampos já deu o pontapé inicial, numa das maiores indústrias da nossa região, com 19 mil metros quadrados de construção, numa área de 178 hectares, onde vai construir um abatedouro suíno, um investimento de mais de R$ 50 milhões, que certamente vai propiciar uma estimativa de faturamento de mais de R$ 190 milhões, vai gerar em torno de 1.800 empregos diretos e indiretos, vai oportunizar o crescimento da nossa região, o fortalecimento da nossa agricultura e postos de trabalhos não só para Campos Novos, mas para toda a região que compõe o planalto sul e proximidade. Por isso Campos Novos está, neste momento, comemorando uma das maiores safras que já aconteceu nos últimos tempos; está comemorando esse grande investimento, por parte da Coopercampos, num abatedouro de suínos; está comemorando um saldo positivo de faturamento da nossa Coopercampos, que recentemente anunciou a todos os seus associados que teve um faturamento, em 2007, de R$ 330 milhões, e ultrapassaram isso, contra um faturamento, no ano anterior, de R$ 250 milhões.

Isto quer dizer que a nossa Coopercampos recebeu, no ano passado, em torno 6,83 milhões de sacas de produção de toda a nossa região e dos associados daquela cooperativa.

Além disso, segue num crescimento acelerado a nossa Campos Novos, e conseqüentemente todos os municípios próximos, por esses investimentos que têm acontecido não só na Coopercampos. São vários empresários que têm acreditado na terra, na região, em Campos Novos. Novas indústrias estão se instalando, e a perspectiva de crescimento é cada vez maior.

Hoje, somos um dos maiores produtores de energia do estado de Santa Catarina. A usina de Campos Novos está produzindo 25% daquilo que o estado consome hoje. Está localizada em Campos Novos e dá oportunidade ao município de arrecadação de ICMS, de trabalho, de crescimento, de arrecadação dos *royalties*, que vêm contribuindo para o desenvolvimento da nossa terra e da nossa região.

Recentemente, e não poderia ser diferente, no final de março, quando Campos Novos completou seus 122 anos de emancipação política, o nosso prefeito fez uma grande comemoração de quase 30 dias, recheada de obras e investimentos, feitos, quase todos, com recursos próprios da prefeitura municipal.

Por isso, Campos Novos está sorrindo, está feliz. A nossa agricultura, graças a Deus, tem buscado resultados positivos. E no sistema cooperativista que está instalado no nosso município, são várias cooperativas, entre elas a que lidera em tempo de existência, produção e armazenagem é a nossa Coopercampos, à qual quero render aqui as nossas homenagens, pelo balanço colocado à sociedade e a todos os associados recentemente, com um faturamento positivo, que vem crescendo, que teve um crescimento, de um ano para outro, de 32% a mais referente ao ano de 2006.

Isso nos dá muita alegria e cada vez mais a convicção de que estamos no caminho certo, de que estamos no caminho das novas tecnologias, de novos investimentos da nossa Campos Novos, que hoje é o celeiro do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves por nove minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, ouvia com bastante atenção, há pouco, o deputado Antônio Aguiar referir-se às enfermeiras. E por coincidência, na segunda-feira, comemoramos o dia da enfermeira. Mas poucas pessoas se manifestam ou fazem alguma homenagem a esse segmento. Não só na imprensa como em outros setores, pouco se houve falar nas nossas enfermeiras ou citar alguma mensagem, algum elogio às enfermeiras.

Fiquei muito contente ao ver o deputado Antônio Aguiar falando sobre as enfermeiras, no dia de hoje. No meu modo de entender, o papel da enfermeira dentro de um hospital é muito mais importante do que o próprio papel do médico, não querendo, de forma alguma, desmerecer o médico. Mas o papel da enfermeira é muito mais importante, porque é justamente ela que passa os piores momentos ao lado da pessoa que está internada. É a enfermeira que serve, muitas vezes, de ombro amigo. É a enfermeira que está o tempo inteirinho ali, para aplicar injeção, para dar o remédio, para fazer higienização do paciente, muitas vezes. É uma profissão que, sinceramente, não é reconhecida em termos de salário nem em termos de mérito. No entanto, se pensarmos num hospital sem enfermeiras, ele não funciona, ele não tem seguimento. E a função da enfermeira, deputado Antônio Aguiar, por esse trabalho que exerce, transcende o próprio hospital, porque o vínculo que se estabelece entre ela o paciente e os seus familiares extrapola o âmbito do hospital. Quantas e quantas enfermeiras, depois que o paciente sai, terminam angariando a simpatia, e nasce ali uma amizade que frutifica e vai muito adiante. Portanto, foi muito oportuno v.exa. citar a enfermeira.

Quero também deixar registrado nesta Casa, uma caixa de repercussão da sociedade, a nossa homenagem, o nosso carinho, o nosso respeito e, por que não dizer, a nossa indignação em relação aos vencimentos dessas mulheres - e não só mulheres, já que homens também trabalham nessa profissão. O salário deles não tem sido reconhecido. Ele é pequeno e não contempla, de forma alguma, a qualificação das atividades desses profissionais.

Dito isso, sr. presidente, quero aproveitar os minutos que me restam para fazer referência à sessão que tivemos na noite de ontem. A Casa ficou lotada e merece também o registro de mais esse ato da Assembléia Legislativa, presidido por v.exa., deputado Julio Garcia. Conseguimos, diante de tantas medalhas que foram votadas e aprovadas nesta Casa, agrupar todas numa grande sessão, na qual cada deputado teve a oportunidade de escolher uma pessoa da sua região e, no seu entendimento, de qualificação, para ser homenageada aqui neste Poder.

Esse evento, ontem, mais uma vez foi coroado de pleno êxito aqui, na Assembléia Legislativa. A Casa e as galerias ficaram lotadas, todas as dependência foram tomadas, por conta da homenagem a grandes catarinenses que constróem este nosso estado com sua luta e dedicação.

Eu tive a oportunidade, ontem, de prestar homenagem a uma pessoa simples. Quando falei para ele que iria homenageá-lo, ele me respondeu: "Sr. Nilson, eu não tenho condições de ir lá. Eu não tenho roupa para ir. É só gente importante que vai lá, sr. Nilson. Eu não tenho gravata, eu não tenho terno". E respondi: "Mas você vai! Porque muito mais dos que têm gravata e terno, você tem qualidade e, acima de tudo, a honorabilidade que queremos dar-lhe, que é uma medalha em reconhecimento ao seu trabalho".

Eu me refiro ao sr. Santana, uma pessoa que acompanho desde o tempo em que eu era vereador. Desde lá ele já estava no meu gabinete. E de todos que freqüentavam o meu gabinete como vereador em Joinville, o único sobrevivente dos renais crônicos de Joinville é o sr. Santana, deputado Kennedy Nunes. E ontem, mesmo com problemas seriíssimos, todos eles vieram em um ônibus para prestigiar o sr. Santana.

Essa causa que o sr. Santana abraçou - e nós estamos nos irmanando a ele - é uma das mais nobres. A maioria não sabe o quanto essas pessoas penam, semanalmente, numa máquina para trocar o sangue de seu corpo e assim poder continuar sobrevivendo. E depois de passarem por todo esse sacrifício, não têm para onde ir, porque são pessoas que, muitas vezes, vêm de municípios vizinhos, cambaleantes pelas ruas, sem conseguir chegar numa rodoviária para pegar um ônibus e voltar para as suas casas. É um sacrifico extremo que a maioria das pessoas sequer conhece.

Estamos lá numa luta insana para termos uma casa de repouso para eles. Idéia do sr. Santana. Luta do sr. Santana, que nos sensibilizou. Já temos o terreno e agora, se Deus quiser, com a ajuda de empresários e de amigos, vamos conseguir construir essa sede própria dos renais crônicos de Joinville.

E isso não tem outra intenção, não, como acontece em outros casos em que existem boas e também intenções à parte nessas questões. Ali há única exclusivamente a intenção de melhorar a condição de vida de cada uma dessas pessoas. E só esse objetivo, mais nenhum; não existem outras intenções por trás disso tudo, como em muitos e muitos casos que vemos por aí.

Portanto, quero deixar registrada aqui a minha satisfação de ver o sr. Santana chegar aqui ontem, vestindo um terninho que ele ganhou do filho dele, e poder colocar no seu pescoço essa medalha. E fiz questão de que a minha mulher a colocasse, porque ela é a verdadeira mãe dessa gente toda, já que está *pari passu* do lado deles. E nós tivemos esse prazer...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, é uma alegria voltar aqui nesta terça-feira, depois de um final de semana muito movimentado, deputado Silvio Dreveck, com bastante trabalho, visitando os municípios.

Na sexta-feira passada estivemos em Brasília, participando de uma reunião com o secretário executivo do ministério da Educação, MEC, para tratar da criação da nossa Universidade da Mesorregião do Mercosul. E obtivemos lá importantes informações, como a da tramitação do debate nos ministérios, no próprio governo.

Então, o projeto já tramitou no MEC, está tramitando agora no ministério do Planejamento, e o governo federal, através do ministério da Educação, assumiu o compromisso de, até o final de maio, terminar a tramitação do projeto no governo, como também concluí-lo, a fim de que esteja na Casa Civil para o envio ao Congresso Nacional durante o mês de junho.

Deputada Odete de Jesus, isso para mim, particularmente, como sindicalista, como alguém que acredita, briga e luta por uma educação pública em nosso país, principalmente falando aqui de uma universidade, é mais uma vitória que se alcança passo a passo na construção desse projeto numa região importante. Assim o alto Uruguai do Rio Grande do Sul, toda a região norte, o oeste de Santa Catarina e o sudoeste do Paraná terão também a sua universidade pública.

Então, essa é toda uma luta fundamental que vem sendo constituída por organizações de trabalhadores, seja da agricultura familiar, seja das categorias urbanas, do sindicalismo urbano, seja de lideranças políticas do nosso estado e, principalmente, do nosso oeste.

O importante é que há o acerto político de que essa universidade vai ter a sua sede regional no município de Chapecó, atingindo assim os três estados do sul.

Esse foi mais um passo que se deu e mais uma garantia que as lideranças que estiveram em Brasília, na sexta-feira, no ministério da Educação, receberam: de que essa universidade logo, logo se vai tornar realidade.

No dia de hoje, pela manhã, realizamos uma audiência pública, deputado Sargento Amauri Soares, com a sua participação também, assim como do nosso presidente da comissão de Agricultura, deputado Moacir Sopelsa, do deputado Pedro Uczai e de outros parlamentares, para discutir um tema que vem preocupando o nosso país, também a sociedade como um todo e, principalmente, os nossos agricultores: segurança alimentar do nosso país, do mundo, declarações da ONU, declarações de lideranças referência nesse tema de segurança alimentar.

E na oportunidade as entidades, principalmente a Fetraf-Sul, propuseram realizar audiências públicas nos estados. E dentro de uma estratégia de debater a elaboração do Plano Safra e a política para a agricultura no Brasil, foi realizado, então, no dia de ontem, no Rio Grande do Sul, hoje de manhã aqui em Santa Catarina e à tarde no Paraná, na Assembléia Legislativa dos devidos estados, um debate sobre essa polêmica, deputado Kennedy Nunes.

De fato há uma perspectiva de crise de abastecimento de alimentos no mundo e há também um processo de especulação de grandes grupos econômicos, multinacionais, que dominam as áreas de distribuição de alimentos, de produção e distribuição de insumos.

Essa é a grande pergunta que paira para todo mundo, e entendemos que há, sim, uma demanda de produção de alimentos maior no mundo; há no Brasil um crescimento importante no consumo. Mas por outro lado esse monopólio que se constrói em cima da produção de alimentos e na distribuição dos insumos no Brasil pode estar também num processo grande de especulação.

Talvez, quando o mercado imobiliário nos Estados Unidos está em baixa, haja uma migração desse capital financeiro multinacional para controlar o mercado de alimentos no mundo e aí, sim, colocar em risco a nossa população, principalmente os mais pobres no mundo e conseqüentemente no Brasil.

Temos uma avaliação de que o Brasil precisa construir políticas de segurança e de soberania alimentar, que é proteger o nosso mercado interno, os nossos consumidores brasileiros, a nossa agricultura familiar e construir, conseqüentemente, um conjunto de políticas públicas, que vai desde intervir nessa questão do aumento dos insumos, que quase triplicaram do ano passado para este ano, intervir no processo de armazenamento de produtos, fortalecendo a nossa Companhia Nacional de Abastecimento - Conab -, com recursos, com infra-estrutura, com ampliação da sua capacidade de armazenagem, construir políticas de comercialização, tratando, principalmente, do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos -, fortalecendo-o, construir políticas de incentivo à redução de impostos - por exemplo, a isenção desse ICMS nos produtos do PAA aqui no estado, construir uma política séria de investimento nos estados - aqui em Santa Catarina, por exemplo, construir um programa de Plano Safra para a garantia da produção de alimentos -, até criar um PAC, por exemplo, um programa de aceleração do crescimento e da produção também na agricultura familiar no Brasil.

Assim, em pouco tempo podemos ampliar a produção, porque ela é muito rápida. A produção de alimentos dá uma resposta muito rápida, às vezes em três meses ou quatro meses, para se produzir e ampliar a capacidade produtiva de alimentos no nosso país.

Então, essa audiência pública traz uma preocupação muito forte de que precisamos construir políticas de estado para garantir o fortalecimento da nossa agricultura familiar; fortalecer, sim, a produção de alimentos e também a intervenção do estado para não haver toda essa questão dos grandes monopólios dominando o alimento, porque o que se está sendo feito hoje em nível de Brasil e em nível mundial é muito sério. Avançamos na política, mas temos...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, demais pessoas que nos acompanham na nossa sessão, seguindo o exemplo de v.exa., deputado Antônio Aguiar, e do deputado Nilson Gonçalves, quero também parabenizar todas as pessoas que trabalham na área de enfermagem no estado de Santa Catarina. Hoje é o Dia da Enfermeira, mas a data se entende a todos que trabalham na área, como a minha esposa - que não é enfermeira, mas sim técnica de enfermagem, e que preside atualmente o sindicato da categoria - e a maioria das pessoas da nossa relação de amizade e que também são da área enfermagem - técnicas de enfermagem e auxiliares.

Portanto, quero parabenizar todas essas profissionais e esses profissionais que dedicam o melhor da sua vida a aliviar a dor e a buscar a cura das pessoas acometidas por doenças no nosso estado. Além de parabenizá-las pelo trabalho, quero dizer que elas estão agora em negociação salarial, aqui em Santa Catarina, com o governo do estado, com a secretaria da Saúde, com o secretário da Administração, buscando resolver ou, pelo menos, dar uma mitigada na grande luta salarial dos trabalhadores da Saúde, especialmente de enfermagem, no estado de Santa Catarina.

O meu pronunciamento neste horário é para falar de um evento do qual participei na última quinta-feira, dia 8, que foi a defesa de tese de doutorado pela Universidade Federal de Santa Catarina, no programa de pós-graduação em Sociologia Política, do soldado Luiz Carlos Chaves, que se formou doutor.

Essa tese de doutorado, que foi resultado de uma pesquisa expressiva com coleta de dados, trabalhou o tema das fábricas ocupadas e teve como título: Laboratórios Sociais de Autogestão no Brasil e na Argentina. Esse título pomposo, essa expressão pomposa de fábrica ocupada, fala de uma realidade muito comum nos últimos 20 anos, nas últimas duas décadas, em que fábricas, na iminência da falência, foram encampadas pelos trabalhadores. E a tese do Luiz Carlos Chaves trata dessa questão, estudando, no caso concreto, a base empírica da Metalúrgica Coopermetal, de Criciúma, da indústria metalúrgica e plástica da Argentina, a Impa, da Cooperminas, em Criciúma, e a Bruscor, da cidade de Brusque.

Nós temos acompanhado esse debate nos últimos anos, nas últimas décadas, e visto o grande dilema dos trabalhadores. Quando eles vêem que vão perder o seu emprego, tentam encampar a fábrica, compram uma briga com o patrão que está em processo de falência, vão para a Justiça discutir o assunto, acabam muitas vezes ganhando e passam a administrar essa fábrica.

O objetivo é claro, a motivação dos trabalhadores é a possibilidade de manter o seu emprego para continuar colocando comida na mesa da sua família.

No entanto, existe muita teoria, muita discussão e muita empolgação a esse respeito, em alguns momentos, com essa nova realidade. E o que percebemos é que os trabalhadores das fábricas encampadas acabam tendo que trabalhar mais, depois na autogestão, quando estão gerindo, do que quando a fábrica tinha um dono ou era de um dono particular. Isso se dá naturalmente pela competitividade absolutamente inexorável na sociedade capitalista. E não se tem como fugir desse processo, dessa competitividade, dessa velocidade louca de produzir cada vez numa velocidade maior, enquanto perdurar a sociedade capitalista.

No entanto, com a tese de Luiz Carlos Chaves, consegui provar uma coisa que para nós é absolutamente cara, ou seja, não é necessário patrão em uma fábrica que funciona, pois os trabalhadores são capazes de organizar a produção, o trabalho de uma empresa, de gerir com capacidade, com produtividade e com possibilidade, inclusive, de mais valor, produzindo mais, mesmo na sociedade capitalista.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Altair Silva, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO ALTAIR SILVA - Boa-tarde, sr. presidente, deputado Antônio Aguiar; quero saudar os telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Quero, neste momento, fazer um registro muito especial, pois está presente nesta Casa, neste momento, o prefeito da cidade de São Joaquim, uma cidade que divulga o nome de Santa Catarina para o Brasil, Newton Stélio Fontanella, acompanhado do vereador Soares, da vereadora Marlene de Fátima Kayser da Rosa e do seu esposo Vilson. Uma comitiva que está de passagem por Florianópolis, na Assembléia Legislativa, e que seguirá para Brasília, para buscar mais recursos para São Joaquim.

Recebam as nossas boas-vindas.

Queremos também registrar a visita no dia de hoje do prefeito da cidade de Xaxim, cidade vizinha de Chapecó, Lírio Dagort, do prefeito do extremo oeste, da cidade de Santa Helena, Moacir Lazarotto, e do técnico agrícola Leopoldo Zimermann, da empresa Pamplona, que também se faz presente aqui nesta Casa, no dia de hoje.

Quero saudar todos os que nos visitam e especialmente os senhores e as senhoras deputadas.

Vários colegas no dia de hoje subiram nesta tribuna para falar sobre um tema muito importante, que são as ferrovias. Para nós, oestinos, isso é um sonho, pois produzimos, geramos riquezas e muitas vezes não somos atendidos. Então, nós que estamos falando tanto em ferrovias, temos uma causa nobre, que é a produção. E estamos tendo o privilégio de, nesta semana, especificamente no dia de hoje, amanhã e quinta-feira, sediar aqui, na cidade de Florianópolis, uma feira de porte internacional, a AveSui, no Centro de Eventos. Hoje às 19h será o coquetel de abertura, e quero convidar todos os deputados desta Casa para se fazerem presentes, porque quando falamos de ferrovias e de produção certamente vamos encontrar empresas e os profissionais que fazem delas, juntamente com os agricultores, com os nossos produtores rurais, o grande meio de produção para que possamos sediar na capital de todos os catarinenses esse importante evento.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALTAIR SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Quero cumprimentar v.exa. pelo assunto que traz para o Plenário desta Casa. E da mesma forma que v.exa., quero reconhecer a importância do evento que está acontecendo no Centro Sul, que reunirá todo o setor produtivo do estado de Santa Catarina, ou seja, o nosso agronegócio, quando poderemos discutir e ver novas tecnologias, novos equipamentos. E Santa Catarina tem a felicidade de por muitos anos sediar esse evento.

Quero, da mesma forma que v.exa., agradecer o presidente, que nos concede a oportunidade de representar a Assembléia Legislativa na abertura, hoje, à noite, quando estaremos juntos, porque é um evento que valoriza o estado de santa Catarina.

Parabéns, pela sua sensibilidade! Se nós estamos brigando por mais estradas, por mais vias de acesso, seja por ferrovias ou rodovias, é porque temos produção para oferecer, é porque precisamos desse transporte.

Parabéns e obrigado, deputado Altair Silva!

O SR. DEPUTADO ALTAIR SILVA - Muito obrigado, deputado Moacir Sopelsa. É importante esta Casa, os nobres companheiros, sabendo que o agronegócio é o que movimenta a economia e as cidades, podermos dizer que esse evento AveSui é uma grande oportunidade de geração de negócios e de desenvolvimento; por isso, reitero o convite para todos estarem lá.

Srs. deputados, quero fazer um registro todo especial, pois estaremos amanhã em Brasília, em audiência com o ministro das Cidades, Márcio Fortes de Almeida. Então, não estaremos aqui na sessão plenária, porque estaremos lá por uma causa nobre. Essa audiência foi marcada através do deputado federal Odacir Zonta, que nos acompanhará, pois Chapecó, cidade onde resido e construí a minha vida profissional e familiar, está com um déficit habitacional muito grande. Esse déficit é clamado pela população, e estaremos lá para pedir mais investimentos para a construção de casas populares na cidade de Chapecó.

Srs. deputados, isso já está acontecendo no Eldorado III, através de uma emenda que o Partido Progressista solicitou ao deputado federal Odacir Zonta. Com o projeto da prefeitura foram liberados R$ 1,7 milhão para a construção de 84 casas populares no Eldorado III, mas a população necessita de muitas outras. Por isso, vamos a Brasília para viabilizar mais recursos para construir casas populares em Chapecó, já que foram prometidas, durante a gestão passada, mais de mil casas populares, que até o momento, infelizmente, não chegaram a 200. E a maioria dos investimentos em casas populares realizado na cidade de Chapecó foi com recursos que o Partido Progressista foi buscar em Brasília. Dessa forma, estaremos lá em prol dessa causa nobre. E essa viagem será muito importante para o nosso município.

Outro assunto que quero levantar nesta Casa foi a brilhante homenagem realizada no dia de ontem. Nós que estaremos por um período curto nesta Casa, sentimo-nos muito honrados, até pelo perfil de todos os homenageados, pois, particularmente, tivemos o privilégio de entregar uma medalha ao técnico agrícola Neri Flávio Dias, que é o nosso presidente do Sindicato dos Técnicos Agrícolas e que tem uma vida dedicada a servir a agropecuária catarinense.

Mas não foi somente ao colega Neri Flávio Dias que tive a honra de entregar a medalha, eis que o deputado Flavio Ragagnin me incumbiu de homenagear o grande líder do agronegócio de Santa Catarina e do Brasil, o deputado federal Odacir Zonta. Foi uma homenagem justa a um catarinense que por duas vezes foi secretário da Agricultura. Ele é da cidade de Concórdia, da nossa região oeste e presta um grande serviço, juntamente com os demais catarinenses que estão no Congresso Nacional.

Certamente esse trabalho de equipe fará com que Santa Catarina possa buscar mais recursos para construir a duplicação da BR-282 e a Ferrovia da Integração, porque o nosso povo é trabalhador, produz e gera resultados. E quem gera resultados, merece obras e investimentos para compensar o esforço de toda a nossa população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0008/2008, que tem origem no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que encaminha o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado relativo ao 4º trimestre de 2007.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0011/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0386/2007, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0405/2007, que altera as Leis ns. 3.938, de 1966, n. 5.983, de 1981, n. 7.541, de 1988, n. 10.297, de 1996, n. 11.481, de 2000, n. 13.742, de 2006, n. 13.386, de 2006, n. 14.075, de 2007 e adota outras providências.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo que queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, recomendamos o voto "sim", pela manutenção.

O Sr. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Encaminhado o voto.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, a nossa bancada discutiu esse assunto hoje e nós entendemos que foi um erro do governador vetar o projeto inteiro.

Nós, deputados, hoje, estamos numa situação muito complicada aqui, pois se mantivermos o veto do governador, estaremos tirando a possibilidade que hoje as indústrias têm do crédito do ICMS, quer dizer, mantendo o veto, esses que hoje têm o crédito perdem-no. No entanto, se derrubarmos o veto, entrarão emendas de deputados desta Casa, da base do governo, que ampliam esse crédito para o comércio e para prestadores de serviço. É um compromisso do governo do estado para com os comerciantes e prestadores de serviço.

Quando fizeram aquele evento aqui em Florianópolis, junto com a Fampesc e com todas as outras entidades, representativas dos micro e pequenos empresários, do comércio e do prestador de serviço, o governo colocou a possibilidade de abrir esse crédito com a nova lei da micro e pequena empresa também não só para indústria, mas para o comércio e para os prestadores de serviço. Estamos tendo dificuldade em Santa Catarina, pois existem prestadores de serviço em comércio que vão quebrar, porque não estão podendo mais vender para grandes empresas por não terem esse crédito. Então, a nossa bancada vota pela derrubada do veto, entendendo que quem está tendo esse crédito deverá continuar a tê-lo; entendemos também que esse crédito deve ser estendido para os prestadores de serviço e do comércio.

Portanto, o nosso voto é pela derrubada do veto.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, a nossa bancada foi uma das que propuseram as emendas de inclusão do crédito do ICMS para as nossas micro e pequenas empresas, principalmente na área de serviços e do comércio.

Nós entendíamos que o governador deveria ter vetado parte das emendas, mas como isso não aconteceu, nós não temos condições de votar pela derrubada do veto por causa dessas questões de novas emendas que foram feitas. Ficou muita dúvida para a nossa bancada. Como está sendo votado globalmente, a nossa bancada vota pela manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação.

(Pausa)

Está encerrada a votação.

Votaram 39 srs. deputados.

Temos 25 votos "não", 13 votos "sim" e uma abstenção.

Está rejeitado o veto.

Votação em turno único da Mensagem n. 0387/2007, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0184/07, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que veta o bloqueio dos aparelhos celulares para utilização em redes de outras operadoras no âmbito do estado de Santa Catarina e adota outras providências, com sua discussão encerrada.

O parecer da comissão de Constituição e Justiça é pela deliberação do veto em Plenário.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado Cesar Souza Júnior, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente e srs. deputados, esse projeto trata do bloqueio de aparelhos celulares, prática utilizada por várias empresas atuantes no Brasil e também aqui em Santa Catarina.

Após a entrada desse projeto de lei, que foi aprovado pela Assembléia, a Anatel emitiu a Resolução n. 0477, que veio a recepcionar exatamente o teor desse projeto, ou seja, proibir o bloqueio de aparelhos celulares para outras empresas e permitir a conversão dos aparelhos anteriormente bloqueados para novas empresas. Dessa maneira, percebo que já houve a recepção na resolução federal da Anatel, ou seja, no espírito do projeto que era impedir o bloqueio dos aparelhos celulares.

Então, encaminho a votação no sentido de mantermos o veto, mesmo sendo de minha autoria, já que houve por parte da Anatel a recepção dessa proposta de vetar o bloqueio dos aparelhos celulares do estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta no painel eletrônico.)

A Presidência consulta se todos os srs. deputados votaram.

(Pausa)

Votaram 36 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 30 votos "sim", seis votos "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0044/2007, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0030/2007, de procedência governamental, que aprova a alteração da Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2004-2007 e autoriza a abertura de crédito especial em favor da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (R$ 50.653.000,00).

O parecer da comissão de Constituição e Justiça é pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os deputados que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta no painel eletrônico.)

A Presidência consulta se todos os srs. deputados votaram.

(Pausa)

Votaram 38 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 25 votos "sim", 13 votos "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0448/2007, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0212/2007, de autoria do deputado Darci de Matos, que dispõe sobre a obrigatoriedade das escolas da rede pública estadual dotadas de laboratório de informática e das bibliotecas estaduais disponibilizarem um computador equipado com aplicativo específico, que permita o acesso de pessoas portadoras de deficiência visual.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Está aberto o painel de votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sra. presidente, como é um projeto de suma importância para a educação da rede pública estadual, eu gostaria que o autor do projeto, deputado Darci de Matos, desse maiores explicações.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, a nossa bancada entende que este é um projeto importantíssimo, porque a sensibilidade de pessoas com necessidades especiais não é só física, motora, é também auditiva e visual. E entendemos também que se tivéssemos um governo que se preocupasse com esse tipo de criança, não haveria necessidade de um deputado fazer um projeto de lei nesse sentido.

Portanto, o nosso encaminhamento é para a derrubada do veto, fazendo valer, sim, a necessidade de termos computadores com programas específicos, e hoje existem esses tipos de computadores, pois fica mais fácil para as crianças com problemas visuais terem acesso às bibliotecas da rede pública estadual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação.

Votaram 27 srs. deputados.

Tivemos 18 votos "sim", nove votos "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0450/2007, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0045/2007, de origem governamental, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que institui o Programa Estadual de Incentivo à Adoção.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Está aberto o painel de votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, este é um projeto de minha autoria e que tende e quer facilitar, na verdade, a questão das adoções no estado de Santa Catarina.

Esse é um processo extremamente burocrático. O Tribunal de Justiça tem projetos que já tramitam em relação a esse caso. Mas assim como temos filas e mais filas, centenas e centenas de crianças em abrigos para serem adotadas, há também, paralelo a isso, centenas e centenas de famílias querendo adotar e não conseguem.

Nós temos, nesta Casa, um exemplo. O nosso grande policial militar sargento Garcia, permita-me falar, está há muitos anos tentando a adoção, ou seja, está há cinco anos tentando adotar uma criança com a sua família e não consegue. Não consegue, por quê? Por causa da burocracia! Digo isso porque a minha irmã adotou uma criança, e eu sei o sacrifício e a via-crúcis para conseguir a adoção de uma criança. Ou nós tomamos vergonha na cara e desburocratizamos esse processo ou então os lares vão continuar cheios de crianças, como depósitos, enquanto famílias e mais famílias querem adotar crianças e não podem por causa da burocracia.

O governo do estado de Santa Catarina deve tomar uma atitude a esse respeito. E é uma pena que o governador não viu esse tipo de preocupação e manda para cá o veto.

Por isso, eu peço aos nobres parlamentares para pensarem nas crianças que estão aí depositadas e nas famílias que estão querendo adotar e não conseguem por falta de conscientização. É esse o meu pedido.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Aguardamos o voto do deputado Kennedy Nunes para encerrarmos a votação.

Votaram 37 srs. deputados.

Foram 19 votos "sim", 18 votos "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0451/2007, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0190/2007, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que dispõe sobre a proibição total de restrição às pessoas eventualmente inscritas nos cadastros dos sistemas de restrição ao crédito por empresas, quando em processo de seleção para admissão ao mercado de trabalho.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Está aberto o painel de votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, já tive a oportunidade de me referir a esse projeto umas duas vezes. Eu estive na iminência de votar esse veto por umas duas vezes e pedi que fosse retirado, porque temi pelo seu destino. Mas volto à carga e faço um apelo aos companheiros deputados para que possamos derrubar esse veto que dispõe sobre proibição de restrição às pessoas eventualmente inscritas nos cadastros do sistema de restrição ao crédito por empresas quando em processo de seleção.

O que eu quero dizer é que a pessoa que está com o nome sujo, num português mais simples, tenha o direito de fazer concurso, tenha o direito de fazer o teste para ser admitido numa empresa.

É uma forma que nós temos de dar condição a esse elemento de se reabilitar perante a sociedade, pois poderá resolver os seus problemas pagando as suas contas e saindo do SPC. Agora, se não dermos condições a ele de ingressar no mercado de trabalho, o que irá fazer?

Então, eu faço um apelo aos companheiros para que tenham essa sensibilidade e votem pela derrubada do veto.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, a nossa bancada também vota pela derrubada do veto, entendendo a importância do projeto. E digo mais, deputado Nilson Gonçalves, não são somente aquelas pessoas que hoje estão desempregadas que estão tendo dificuldades para voltar ao mercado de trabalho por conta de estarem com os seus nomes em listas de proteção ao crédito. Nós temos vários caminhoneiros, deputado Valmir Comin, nessa mesma situação.

Deputado Manoel Mota, v.exa. que já esteve na boléia de um caminhão, sabe disso. Vários caminhoneiros hoje não conseguem carga porque estão com o nome no Serasa ou no SPC. E as seguradoras estão fazendo sacanagem não dando a carga para caminhoneiros que estão com o nome no Serasa ou SPC, ou seja, prejudicando ainda mais aquele que tem que levar a carga.

Então, deputado Antônio Aguiar, como esse projeto é de extrema importância, a nossa bancada acompanha o nobre deputado Nilson Gonçalves e pede àqueles deputados que porventura já votaram, àqueles deputados que estavam em dúvida e que já votaram "sim" ao veto, que retornem e votem "não" ao veto, pela importância que tem esse projeto para a empregabilidade daqueles que estão fora do mercado de trabalho, principalmente os caminhoneiros, deputado Manoel Mota, que estão perdendo a possibilidade de trabalhar porque as seguradoras não estão dando carga para os motoristas que estão com o nome no SPC ou no Serasa. É uma sacanagem sem tamanho!

Por isso peço aqui aos deputados que votaram pela manutenção do veto que repensem naqueles que estão dependendo de uma vaga ou de uma carga.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Aguardamos o voto do deputado Kennedy Nunes para encerrar a votação, mas ainda há possibilidade, primeiro, de pedir a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, pelo deputado Pedro Uczai, depois v.exa. novamente poderá se manifestar.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, estou com um problema técnico: deve ter queimado o meu aparelho de votação e como o voto é secreto não sei como resolver regimentalmente o direito de voto que gostaria de exercer. E se aceitarem que eu faça publicamente, o meu voto é "não" ao veto, é pela derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Vai ser publicamente enquanto a assessoria conserta o equipamento.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, o meu voto não é segredo. Eu voto juntamente com o deputado Nilson Gonçalves e parabenizo s.exa., porque com esse salário mísero, vergonhoso, as pessoas não conseguem pagar as suas contas. O meu voto é "não" ao veto.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, eu só quero agradecer pelas manifestações e em especial a do deputado Kennedy Nunes, que foi muito feliz nas suas colocações, até porque esse projeto originou-se justamente por um problema que eu vivenciei. O marido da minha empregada não está podendo pegar a carga em São Paulo porque está com o seu nome no SPC, devido a um acidente com o seu caminhão, não podendo honrar suas prestações. Agora, ele precisa trabalhar para poder honrar as suas prestações e não pode, porque está com o seu nome no Serasa. Foi inspirado nisso que eu inclusive dei entrada nesse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Está encerrada a votação.

Votaram 36 srs. deputados.

Temos 14 votos "sim", 22 votos "não" e nenhuma abstenção.

Está derrubado o veto.

Discussão e votação extrapauta, em turno único, o Projeto de Resolução n. 0002/2008, de procedência da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, que dá nova redação ao inciso III do art. 4º, da Resolução n. 11.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em turno único.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações ns. 0151/2008, de autoria do sr. deputado Edson Piriquito, 0152/2008, de autoria do sr. deputado Herneus de Nadal, 0153/2008, de autoria do sr. deputado Serafim Venzon...

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edson Piriquito.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sr. presidente, com a sua permissão, quando v.exa. começou a ler a relação das indicações eu me dirigi à tribuna, mas diante da sua celeridade, em acordo com a sua competência, não consegui chegar a tempo para poder me pronunciar em relação à Indicação n. 0151/2008. Trata-se de um assunto muito sério no município de Balneário Camboriú.

A nossa única unidade hospitalar está falida. Vejam v.exas. que uma cidade como Balneário Camboriú não tem uma unidade hospitalar pública. Nós temos uma unidade hospitalar privada, de caráter público, porque é conveniada pela Lei n. 8.080 do SUS e recebe também recursos em caráter complementar do município.

Mas observem os deputados que é a única unidade hospitalar que faz o atendimento ao nosso povo, à nossa gente ou ao povo de Balneário Camboriú e não está mais em condições de atendimento. O governo do estado precisa, em caráter de urgência, tomar conhecimento desse assunto e tomar um posicionamento, porque vidas estão em jogo, vidas estão em risco. O povo de Balneário Camboriú e da região não têm onde se socorrer, sr. presidente.

Sei que v.exa. é um parlamentar muito sensível e que também vai se somar ao nosso pleito, para que o governo do estado de Santa Catarina venha tomar um posicionamento para resolver de pronto essa questão. Não importa qual é a ação que está programada para o futuro. Está sendo construído um hospital municipal em Balneário Camboriú e diante desse acontecimento estão-se esquecendo do hospital atual. O povo está refém do hospital Santa Inês. É uma irresponsabilidade do prefeito municipal não tomar uma atitude. E diante da falta de ação do prefeito municipal, conclamo o governador para que possa intervir em favor do povo de Balneário Camboriú.

Espero que esta Casa aprove essa indicação, que seja sensível a esse acontecimento, para que consigamos dar uma resposta concreta, precisa e rápida à comunidade de Balneário Camboriú, que está sofrendo e está com a sua vida à própria sorte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Esta Presidência comunica que serão ainda encaminhadas aos destinatários as Indicações ns.: 0154/2008, de autoria do deputado Serafim Venzon...

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pedimos a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, na verdade o Deinfra já está fazendo algumas melhorias na rodovia SC-486, inclusive está trocando tubulações. Parece-me também que já está encaminhado um projeto de ampliação e melhoria da sinalização de uma parte do trajeto, de forma que essa solicitação chega coincidentemente com algumas atitudes que o Deinfra já vem tomando.

Assim sendo, gostaria de reforçar e parabenizar o Deinfra por estar providenciando essas ações.

O Sr. Deputado Jandir Bellini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Jandir Bellini.

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Sr. presidente, quero acreditar nas palavras do deputado Serafim Venzon e que realmente isso venha a acontecer, já que viemos há muito tempo pedindo ao governador urgência no sentido da implementação da sinalização vertical e horizontal e iluminação da SC-486, que vai da BR-101 até a Epagri. É um ponto crítico, é um ponto em que todas as semanas vidas são ceifadas e nós fizemos indicações, pedidos de informação e recebemos respostas de que em dezembro de 2007 estaria tudo pronto, deputado. Mas até agora não vimos nenhuma ação por parte do Deinfra com relação àquela obra. Fico feliz em ouvir de v.exa. que a obra já está licitada e que em breve providências serão tomadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a aquiescência do autor, o deputado Jandir Bellini também subscreve a indicação. Faz esta solicitação também o deputado Dagomar Carneiro, que passa a ser subscritor da mesma indicação.

Esta Presidência comunica que serão ainda encaminhadas aos destinatários as Indicações ns.: 0155 e 0156/2008, de autoria do deputado Darci de Matos, 0157/2008, de autoria da bancada do PT, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Santa Rosa de Lima, Correia Pinto, Maracajá e Otacílio Costa, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito municipal de Santa Rosa de Lima, cumprimentando-o pela realização da 11ª edição da Gemüse Fest.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e presidentes das Câmaras de Vereadores de Dona Emma, Maracajá, Santa Rosa de Lima, Treze de Maio, Otacílio Costa, São Joaquim, Monte Castelo, Biguaçu, Pinheiro Preto, Urussanga, Tubarão, Ibicaré e Correia Pinto, cumprimentando-os pela passagem do aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Monte Castelo, cumprimentando-os pela passagem do aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, cumprimentando-o pela posse no cargo.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao professor Waldir José Rampinelli, da UFSC, cumprimentando-o pelo lançamento do livro *O Preço Do Voto*.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao reitor da UFSC, cumprimentando-o pela administração naquela universidade.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. Zélio Andrezzo, cumprimentando-o pela exposição na Galeria de Artes Meyer Filho.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Darci de Matos, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ex-presidente do Conselho de Administração da Büschle e Lepper, cumprimentando-o pelos 65 anos à frente da empresa.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de vereadores de Pinheiro Preto, Morro da Fumaça, Urussanga e Tubarão, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, professor Álvaro Prata, cumprimentando-o pela posse no cargo.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Darci de Matos, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Associação para Integração Social de Crianças e Adolescentes Especiais, cumprimentando-a pelo 18º aniversário.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado José Natal, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente regional do DNIT, pedindo providências para que sejam colocadas placas indicativas às margens da BR-116, no município de Monte Castelo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente regional do DNIT, pedindo a construção de uma rótula na BR-470, Km140, no município de Rio do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao gerente de Suporte e Planejamento Comercial da Empresa Brasil Telecom - filial Santa Catarina, pedindo providências para a instalação de telefonia rural via rádio nas comunidades de Santa Maria e Assentamento Perdiz Grande, no município de Timbó Grande.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do deputado Herneus de Nadal, a ser enviada ao superintendente regional do DNIT em Santa Catarina, solicitando a recuperação do trecho da rodovia BR-282, entre os trevos de acesso aos municípios de Chapecó e Irani, bem como a construção de terceira pista nos pontos mais críticos da rodovia. Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria dos deputados Jailson Lima, Renato Hinnig e José Natal, a ser enviada ao Senado Federal e aos deputados federais de Santa Catarina, solicitando a apresentação de emenda ao Projeto de Lei Complementar nº 0004/08, incluindo a disciplina de Psicologia no ensino médio.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, da Câmara dos Deputados, solicitando a inclusão, na pauta de votação, do Projeto de Lei n. 281/2005.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do deputado Serafim Venzon, a ser enviada ao presidente do Deinfra, solicitando informações sobre a aplicação da Lei n. 12.583, que trata do controle do consumo de água nos empreendimentos imobiliários destinados ao serviço público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim da matéria da pauta Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o deputado Pedro Baldissera, a quem, na forma do Regimento Interno, concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente e srs. deputados, inicialmente gostaria de trazer presente à tribuna, na tarde de hoje, uma revista construída por várias mãos, mas que retrata e traz a preocupação de organizações, de movimentos sociais, que através da *Coopercon* da região do Contestado, de mostrar os grandes desafios da cadeia produtiva nessa região.

É uma revista que retrata os grandes desafios dos pequenos agricultores da região do vale do Rio do Peixe, que cultivam a uva e ao mesmo tempo também vislumbram a produção de uva orgânica, e a partir daí a transformação dessa uva em suco orgânico.

Portanto, é uma iniciativa louvável de vários movimentos sociais, entidades, da região do vale do rio do Peixe, que tiveram essa feliz idéia de pontuar uma questão tão importante como a produção de uva, que gera renda, riqueza e qualidade de vida para inúmeras famílias daquela região. A mesma revista retrata a Feira Camponesa, a Fecauva, realizada no Contestado.

Então, quero parabenizá-los pela iniciativa, pela feira e, ao mesmo tempo, também pela grande e importante preocupação da alternativa de geração de renda e qualidade de vida às diferentes famílias da região do vale do rio do Peixe.

Além disso, aproveito a tarde de hoje para falar de outros momentos, deputado Silvio Dreveck, líder do PP, para fazer memória a vários outros deputados que fizeram menção, aqui mesmo da tribuna, sobre o encaminhamento da privatização da merenda escolar no estado de Santa Catarina.

Sabemos que houve a publicação do edital e que só não se concretizou a privatização da merenda, porque uma das empresas que perdeu a concorrência entrou com um mandado de segurança pedindo liminar no sentido de suspender o encaminhamento. Talvez, quem sabe, a partilha do bolo não fora a contento, de forma igualitária, às empresas que iriam participar. Quem sabe por causa disso a sociedade catarinense teve sorte de não se efetuar a privatização da merenda escolar.

Nesse mesmo sentido, sabemos que terceirizando e privatizando a merenda escolar vamos perder em vários aspectos, entre eles a questão da qualidade da merenda. Temos conhecimento que em outros estados onde houve o processo de terceirização, de privatização, tornou-se péssima a qualidade da merenda oferecida aos alunos e, além disso, como acompanhamos em diferentes veículos de comunicação, os gastos exorbitantes com relação à merenda. Logo, aqui faz com que o Parlamento catarinense possa ter clareza nesse processo todo, porque além de se perder, com a terceirização, a qualidade da merenda, perde-se também com gastos exorbitantes. Quem é penalizado? De um lado os estudantes, os alunos, e por outro lado a sociedade catarinense perde, e perde muito, porque esse mesmo recurso poderia ser investido em outras políticas importantes e necessárias da sociedade que estamos vivendo.

Poderíamos investir na qualidade da educação, no salário dos educadores e no salário dos educadores aposentados, que têm sido excluídos e marginalizados. Hoje, aprovamos aqui a indicação da bancada do PT, pedindo ao governo do estado que encaminhe projeto de lei para ser votado e apreciado nesta Casa, e além de tudo isso o governo federal publicou, no Diário Oficial da União, a inclusão da merenda escolar no Programa de Aquisição de Alimentos.

Portanto, o governo federal está abrindo perspectivas no sentido de adquirir o alimento, o produto direto do nosso agricultor; um produto com maior qualidade, com toda certeza, e que vai chegar à mesa dos alunos a refeição com uma qualidade muito superior do que aquela que talvez viesse de outros estados, deixando o movimento econômico para outro estado, não permitindo que esse recurso pudesse movimentar a economia local, regional, dentro do estado, gerando divisas. Portanto, perde- se neste sentido, e muito.

Nesse mesmo sentido, tramita nesta Casa um projeto de lei de minha autoria, dando destino de até 50% do recurso, do dinheiro, para a aquisição da merenda escolar diretamente às escolas, para que lá, no próprio município, possa ser feita a concorrência e a compra da merenda diretamente dos nossos produtores, possibilitando um produto de qualidade, permitindo que os pequenos agricultores possam também ter um retorno, gerar economia e gerar renda. Enfim, movimenta-se a economia do município, e o dinheiro fica dentro dele.

Portanto, esperamos ter êxito neste caminho.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - O próximo orador inscrito é a senhora deputada Ana Paula Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, deputado Dagomar Carneiro, presidente desta sessão ordinária. Srs. deputados, cidadãos que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital e também aqueles que estão no plenário desta Casa.

(Passa a ler.)

"Hoje, srs. deputados, 13 de maio, lembramos de um fato histórico do nosso país, 120 anos da dita Abolição da Escravatura. Em 1888, a princesa Isabel teria assinado o ato de alforria do povo africano de nosso país.

Na verdade, o que aconteceu foi uma mudança econômica que trocou a mão-de-obra escrava pela mão-de-obra imigrante, que relegou o povo africano ao abandono histórico institucional, com graves conseqüências até nossos dias. A sociedade brasileira tem uma dívida social com as populações afro-descendentes.

Graças a Deus, e quero aqui registrar, neste sentido, a determinação do presidente Lula em pagar essa dívida histórica através de políticas concretas de superação da situação de pobreza vivenciada por este povo, a exemplo do ProUni e das políticas de cotas nas universidades federais, que merecem todo o nosso reconhecimento.

Sr. presidente, eu não poderia deixar de registrar a abertura da 69ª Semana da Enfermagem, realizada na noite de ontem, 12 de maio, aqui no auditório Antonieta de Barros, na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Estavam presentes a presidente da Associação Brasileira de Enfermagem Nacional, a senhora Maria Goretti, a presidente da Associação Brasileira de Enfermagem de Santa Catarina, senhora Helga Bresciani, a senhora secretária de estado da Saúde, Carmem Zanotto, o enfermeiro Gelson Albuquerque, a enfermeira dra. Ângela Alvarez, a professora, doutora e enfermeira Denise Pires, que são personalidades da enfermagem de nosso estado e de centenas de estudantes."

Eu quero também agradecer a manifestação do deputado Antônio Aguiar que me antecedeu e que deu os parabéns a essa categoria tão exemplar, que são os profissionais da Saúde, na área de enfermagem.

(Continua lendo.)

"No dia 12 de maio comemora-se mundialmente o dia do enfermeiro, o dia da enfermeira, em referência, a Florence Nightingale, um marco da enfermagem moderna, nascida em 1820, nesta data.

Já no Brasil comemoramos no dia 20 de maio o dia dos auxiliares e técnicos de enfermagem. E, por isso, de 12 a 20 de maio comemoramos a semana da enfermagem, também em homenagem à enfermeira Ana Néri, baiana, nascida em 1813, que foi a primeira enfermeira brasileira a se alistar, voluntariamente, em combates militares.

Durante séculos, srs. parlamentares, a enfermagem vem formando profissionais em todo mundo, comprometidos com a saúde e o bem-estar do ser humano.

Somente no Brasil somos mais de um milhão de enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem, além de um grande número de estudantes que serão os próximos profissionais da área.

A enfermagem é fundamental para a qualidade no atendimento da saúde. Nós, que trabalhamos em todos os hospitais do país, nas unidades mistas, pronto-socorros, ambulatórios, postos de saúde, trabalhamos 24 horas por dia, 365 dias por ano e em nossa profissão não há domingos nem feriados.

A saúde em nosso país caminha, porque os profissionais na área de enfermagem trabalham bastante, trabalham muito.

Completamos neste ano de 2008 20 anos do Sistema Único de Saúde, que apesar das críticas, quero aqui dizer, é o mais completo sistema único de saúde do mundo. Nem os Estados Unidos e a Europa proporcionam a universalidade no atendimento à saúde de suas populações. E sem a enfermagem, sras. deputadas e srs. deputados, que trabalha pela promoção e proteção da saúde, o Sistema Único de Saúde - SUS - não existiria. Como integrantes da equipe de saúde, atuamos na direção, na gestão de serviços de saúde e nas secretárias municipais

Nesta 69ª Semana da Enfermagem, que tem como tema Saúde, Poder e Cidadania, queremos, além disso, reconhecer e valorizar os profissionais da saúde, os profissionais enfermeiros, os auxiliares e os técnicos de enfermagem.

Não podemos esquecer as nossas bandeiras de luta na Saúde: principalmente a jornada de trabalho de 30 horas semanais para todos os profissionais de enfermagem no serviço público e também no serviço particular, a implementação do piso nacional da enfermagem, visando à valorização da nossa profissão, a melhoria das condições de trabalho, a aposentadoria especial, porque o nosso trabalho, além de ser insalubre, é de extremo desgaste, pois nós trabalhamos com a dor humana e, principalmente, na defesa da vida, e a moralização do Sistema Coren-SC.

Recentemente, srs. parlamentares, o processo eleitoral aqui em Santa Catarina foi cancelado pela Confederação Nacional de Enfermagem - Cofen, por irregularidades em seu processo. Um novo processo eleitoral será marcado, possibilitando a inscrição de chapas de oposição ou de situação, mas que tenham o compromisso verdadeiro com as lutas dos profissionais da enfermagem em nosso estado.

É dessa forma que quero aqui parabenizar a Aben - Associação Brasileira de Enfermagem, uma instituição que orgulha a nossa categoria, que prima pela qualidade, que luta por melhores condições de trabalho e de salário e que busca a consolidação de um Sistema Único de Saúde no nosso país. E aos enfermeiros, aos técnicos e aos auxiliares de enfermagem, quero manifestar o meu mais profundo apreço e admiração.

A saúde pública, deputado Professor Grando, e a saúde privada brasileira darão um grande passo ao valorizarem esses profissionais que primam pela saúde dia e noite, do lado da cabeceira de diversos pacientes, e também pela prevenção."

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Concedo um aparte a v.exa., deputado.

O Sr. Deputado Professor Grando - Quero ser testemunha. Há alguns anos estive no Canadá, um país considerado de primeiro mundo, com o desenvolvimento total, e posso dizer que realmente o nosso SUS funciona muito melhor do que a saúde que é dada ao povo lá no Canadá.

E gostaria de dizer mais: o SUS foi criado por um companheiro do PPS, que já faleceu, mas que poderia ser incluído nessa homenagem, porque ele sempre valorizou a parte sanitária e o papel da enfermagem - e nessa semana esses profissionais estão-se mobilizando em todo o país.

Os meus parabéns a v.exa., que representa muito bem essa categoria. Trata-se de Sérgio Arouca, o nosso grande sanitarista da Fiocruz, que ajudou a formatizar o SUS. E temos que lutar para melhorá-lo.

Parabéns pela sua lembrança nesta Semana da Enfermagem!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada! Realmente o dr. Sérgio Arouca foi um dos pioneiros na implementação do Sistema Único de Saúde no nosso país e um exemplo, sim, deputado Professor Grando, para todo mundo.

Eu quero, dessa forma, também homenagear todos os profissionais de Saúde que 20 anos atrás percorriam o nosso estado de Santa Catarina e o nosso país fazendo a discussão para a implementação do Sistema Único de Saúde. E hoje podemos comemorar 20 anos de sua atuação.

Também, sr. presidente e srs. deputados, eu gostaria de dar os parabéns à Asaprev - Associação dos Aposentados e Pensionistas da cidade de Blumenau -, que completa, no dia de hoje, 22 anos de existência. Portanto, quero dar os parabéns, através do seu presidente, Hildo Mário de Novaes, e da Susete Maria Santos de Novaes, que fazem um belíssimo trabalho nessa Associação dos Aposentados e Pensionistas do município de Blumenau.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda em Explicação Pessoal, o próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra por até dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero voltar ao meu pronunciamento anterior, quando eu falava da tese de doutorado do curso de pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina defendida pelo soldado Luiz Carlos Chaves.

E gostaria de me referir a essa questão para falar de uma realidade nova dentro da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e das instituições de segurança em geral. Ou seja, temos um soldado que é doutor. Não é que ele tenha feito a graduação como eu fiz ou como o subtenente Nei, que está aqui, está concluindo. Ele fez uma graduação, uma pós-graduação e um doutorado. Portanto, é um soldado com título de doutor, que trabalha na nossa Polícia Militar na condição de soldado.

Na verdade, quero dizer que esse trabalho, que demonstra que os trabalhadores são capazes de organizar a produção e a circulação dos produtos necessários à vida humana numa indústria, engrandece toda a nossa classe, meu caro Garcia, no sentido de que as autoridades cada vez mais percebam que a nossa categoria está-se qualificando; que precisamos ter direitos, além daqueles que foram constituídos há 173 anos, quando foram criadas as Polícias Militares e no caso a nossa aqui em Santa Catarina; que não cabe mais dentro da velha caixinha uma instituição formada por profissionais cada vez com mais vontade de se aperfeiçoar para poder, é claro, prestar um serviço melhor à população catarinense.

Parabenizo também a Universidade Federal de Santa Catarina, o curso de Ciências Sociais, Sociologia, Política e Antropologia, através da professora Bernadete Aued, que foi a orientadora do Luiz Carlos Chaves, e as demais professoras da banca de defesa da tese: Maria Ignez Paulilo, Valeska Guimarães e Célia Regina Vendramini, todas doutoras da Universidade Federal de Santa Catarina.

Gostaria ainda de dizer que o soldado Chaves, um jovem negro - e foram bem lembrados aqui pela deputada Ana Paula Lima os 120 anos da abolição -, originário de família muito pobre, como de resto a imensa maioria das famílias negras do Brasil ainda hoje, 120 anos depois, engrandece a nossa instituição. Ele está de parabéns por esse trabalho e leva-nos a defender ainda mais aquela tese de que é preciso aumentar as condições para que os nossos políciais e bombeiros possam ter condições de estudar.

Na semana que vem vamos apreciar aqui um veto ao projeto de nossa autoria que busca facilitar o acesso dos policiais e dos bombeiros ao estudo de nível médio, e principalmente porque essa é a necessidade da maioria de nível superior de graduação e pós-graduação.

Mas, nesse pronunciamento, quero falar do aumento da criminalidade do nosso estado, dos índices de violência que voltaram a crescer. Eu não vou entrar em estatísticas para defender essa ou aquela tese. O fato é que os nossos jovens continuam morrendo e matando nos bairros pobres das nossas cidades, principalmente nos bairros pobres. Porque se acontecer um homicídio, uma execução, num bairro como a Trindade, um local freqüentado por usuários de classe média; se acontecer aqui na frente desta Assembléia Legislativa; se acontecer num shopping da nossa cidade, será um escândalo. Mas todas as semanas, todos os dias, são executados jovens nos bairros pobres da nossa cidade. A imprensa fala, mas a maioria já nem presta mais atenção a esses episódios.

Em Joinville, só no último sábado, houve três assassinatos. No meu bairro, Serraria, lá para os lados do Jardim Zanellato, Dona Wanda, José Nitro, na semana passada, foram dois. No fundo disso tudo, como todos já sabemos, está o tráfico de drogas. As pessoas, cada vez mais jovens, muitos menor de idade, crianças, estão-se armando e matando uns aos outros. Os crimes são praticados a sangue frio, de forma premeditada; são execuções sumárias, sem a menor chance de apelação, sem nenhuma chance de defesa.

Alguém imagina ou diz, sendo verdade ou não, que um determinado jovem ou uma determinada pessoa passou a informação para a polícia. Imediatamente está decidido que aquela pessoa vai ser assassinada! Se imaginam que alguém está trabalhando contra o tráfico de drogas e, evidentemente, contra a criminalidade, vão lá e executam sem a menor chance de a pessoa se defender ou sequer argumentar ou pensar. Os crimes são cometidos muitas vezes na frente dos familiares, de amigos e das mães.

Na semana passada, lá no Zanelatto, na frente do Supermercado Costa, um jovem corria, o seu algoz corria atrás dele, executando-o, e a mãe daquele que estava sendo executado também corria atrás - isso na véspera do Dia das Mães.

Mas o que nos indigna e revolta é que nesses bairros todos sabem quem são os traficantes e os mandantes dos crimes; a polícia também sabe. E aí a sociedade pergunta: "Mas por que não se faz nada"? Não se faz nada por falta de condições materiais, de condições estruturais, de condições de investigação e por falta de uma legislação mais capaz.

Talvez na saída da ditadura militar, com um fantasma da repressão sobre as costas, o legislador criou condições em que é muito fácil ser bandido. Mesmo que todos saibam, é preciso que haja o flagrante, e o flagrante é difícil de compor; precisa-se de policiais, equipamentos e oportunidades. Enquanto isso, as pessoas continuam morrendo. É preciso também que as autoridades parem de dizer, como para justificar, que são bandidos matando bandidos, deputados Kennedy Nunes e Dirceu Dresch!

Como vamo-nos conformar com argumentos de que são bandidos matando bandidos, se eles continuam se matando e são cada vez mais jovens? E mesmo que seja essa a realidade, que esses jovens, que essas crianças estejam envolvidas com o tráfico de drogas - e geralmente estão -, então, é preciso que as instituições combatam a causa, combatam os traficantes, tirem de circulação os aliciadores. É preciso que todos nós percebamos que esses jovens que são assassinados, e os que assassinam também, têm mães, famílias, e que a grande maioria dos que moram nesses bairros são pessoas de bem, trabalhadoras, que precisam viver ali. E não podemos nos conformar e compactuar com esse aumento da barbárie e da banalização do crime na nossa sociedade.

É preciso que percebamos isso e também que sejam atendidas as reivindicações dos servidores da segurança pública...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero cumprimentar o sr. Ivo Gelbcke, prefeito municipal de Itaiópolis, e o vereador Martinho e a dona Iraci, da prefeitura daquele município, que vieram acompanhar a nossa sessão e também pedir ao governo do estado algumas obras sociais como casas, um carro para a saúde e quadra poliesportiva.

Da mesma maneira, quero cumprimentar o sr. Antônio Zilli, prefeito municipal de Urubici; o vereador Betinho; o delegado Pedrinho; e o dr. Fernando que, juntamente com outras lideranças, estão angustiados pela liberação ambiental que permite depois dali a construção da SC-439, que ligará Uribici-Grão Pará-Tubarão.

Um abraço a todos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - A Presidência dá as boas-vindas aos prefeitos de Itaiópolis e Urubici, bem como aos vereadores que os acompanham.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, ouvintes da Rádio Alesc Digital e telespectadores da TVAL, como hoje, no horário do partidos, eu trouxe um tema bastante extenso, agora quero voltar a falar sobre o mesmo assunto, dizendo que na quinta-feira o presidente Lula publicou no Diário Oficial um decreto-lei que, na nossa avaliação, tem uma grande importância, já que trata da alimentação nas escolas.

Esse decreto autoriza os municípios brasileiros a comprarem a merenda escolar diretamente dos agricultores familiares. Essa é uma luta de muitos anos das entidades, dos agricultores. E esses produtos podem ser adquiridos, até R$ 3.500,00 por agricultor, para a merenda escolar nos municípios sem licitação, inclusive. Portanto, abre-se essa perspectiva que dá uma possibilidade de mercado aos nossos agricultores em todo o país, universalizando o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos -, deputado Pedro Uczai.

Deputado Altair Silva, em todo momento estamos criticando uma posição meio inicial da prefeitura de Chapecó de comprar a merenda escolar de uma empresa de São Paulo. Em torno de R$ 6 milhões saem por ano do município - recursos do governo federal - e vão para uma empresa de São Paulo. Não que sejamos contra os paulistas, mas se quisermos desenvolver o nosso estado, as regiões e os municípios, precisamos fortalecer a compra local.

Infelizmente, deputado Pedro Uczai, tivemos a informação de um cancelamento de uma licitação por problemas jurídicos entre empresas, aqui, no estado. Mas o estado nos surpreendeu e colocou em licitação a alimentação escolar das escolas estaduais.

Deputado Herneus de Nadal, uma coisa é o discurso de incentivo à agricultura aos nossos municípios. Agora, essa prática nos surpreendeu de fato. Inclusive, conversei com alguns deputados da base do governo que não sabiam dessa situação.

Gostaríamos que os deputados da base do governo, que têm compromisso com a nossa agricultura, principalmente a nossa agricultura familiar, convencessem o governador a rever essa posição, já que está *sub judice*. E o governo do estado, na mesma estratégia do governo federal e justamente quando o governo federal publica um decreto no Diário Oficial permitindo que os municípios comprem a merenda escolar dos agricultores, privatiza a merenda escolar, compra fora do estado. Não podermos aceitar isso de jeito nenhum e vamos denunciar para toda sociedade catarinense e para todas as organizações, inclusive os agricultores familiares. Não é possível assistirmos de braços cruzados a uma situação dessas!

Por essa razão estamos fazemos uma denúncia nesta Casa. E gostaríamos que os deputados nos auxiliassem no sentido de rever essa situação, porque de discurso ninguém sobrevive.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Nobre deputado, certamente v.exa. tem muito a contribuir com esse tema, já que foi um grande lutador quando prefeito para a valorização da agricultura familiar no município de Chapecó e região. Ouço v.exa.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Nobre deputado, parabéns pela audiência pública realizada hoje pela manhã, trazendo todas as lideranças da agricultura familiar do estado. E entre outros temas fundamentais no sentido de construir uma política pública pelo governo federal, e principalmente pelo governo estadual, veio à tona a compra de alimentos.

Não adianta incentivar o agricultor a produzir, se não se adquire. E mais do que isso, o problema não é só econômico, ou seja, comprar os produtos da agricultura familiar para os programas sociais, para a merenda escolar.

O que percebi em Chapecó, quando fui prefeito, e foi a primeira experiência no país de Programa de Aquisição de Alimentos junto à Conab, é que muda a qualidade de vida das crianças, dos adolescentes e dos jovens, porque eles se alimentam dos produtos da região, da cultura local, uma vez que seus pais sempre produziram, e os filhos podem continuar consumindo na escola através dos programas sociais.

Então, sr. deputado, acho que v.exa. pode coordenar, e a nossa bancada irá apoiar, inclusive colocando em votação aqui requerimento para os deputados aprovarem, no sentido de que o governo reveja a licitação da merenda escolar privatizada para grandes empresas nacionais. Vai voltar o vatapá para Santa Catarina. Com todo o respeito ao vatapá e ao povo do nordeste, o vatapá tem que continuar no nordeste, não para nós aqui. Temos que respeitar a nossa cultura, os nossos valores. A Sadia, por exemplo, faz margarina no nordeste com outros temperos porque a cultura é outra.

Então, parabéns! Continue a sua luta! O governo do estado está agindo na contramão. Temos que apresentar um requerimento expondo a questão para todos os deputados, para que eles se posicionem sobre a privatização da merenda escolar.

O Sr. Deputado Altair Silva - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Altair Silva - Eu quero agradecer o aparte, sr. deputado, e dizer que lá em Chapecó aconteceu uma aberração.

Existia uma política de incentivo à agricultura familiar, especialmente lá na comunidade Sete Figueiras, onde recentemente fizemos uma reunião, ocasião em que foi colocado que os produtores estão desempregados, não têm onde colocar a sua produção, pois antes forneciam para o município, para fazer a merenda escolar. Agora o prefeito, numa atitude impensada, privatizou a merenda escolar e os hortifrutigranjeiros são comprados lá em São Paulo. Então, nós estamos gerando emprego para São Paulo e deixando de gerar emprego para o nosso interior. E a justificativa que o sr. prefeito deu é que a agricultura não dá voto, por isso não precisa valorizá-la.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Obrigado, sr. deputado.

Gostaria de incluir neste debate, além desses temas que eu trouxe, o projeto de lei que está no Congresso Nacional, que inclui todos os alunos do ensino médio na alimentação escolar no Brasil. Então, nós podemos ter políticas públicas de incentivo aos nossos agricultores, à nossa política de desenvolvimento local, que pode trazer outra qualidade de vida para os nossos municípios.

Para finalizar, nestes dois minutos que me restam, queria registrar o grande evento que está acontecendo nesta Casa, que começou ontem e termina no dia de hoje. Trata-se do Encontro Estadual sobre o Simples Nacional, promovido pela Fecam, Federação Catarinense dos Municípios, que conta grande número de pessoas, lideranças, administradores e pais participando do grande debate. E entre os vários assuntos tratados, estão todos os temas relacionados à legislação da micro e pequena empresa.

Nós queremos aproveitar o momento para, inclusive, cumprimentar todas as pessoas que estão aqui dos municípios, além de registrar a nossa grande luta para aprovar, nesta Casa, o projeto de lei referente às compras governamentais.

O estado de Santa Catarina, deputado Silvio Dreveck, tem que assumir o compromisso de cumprir a legislação nacional, pois a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa indica que o estado precisa priorizá-las nas compras governamentais. Nós gostaríamos de aqui conclamar toda a base parlamentar do governo, o governo do estado, esta Casa, o nosso Judiciário, no sentido de aprovar logo uma lei que incentive a micro e pequena empresa nas compras governamentais, a exemplo do que acontece em nível nacional, onde praticamente em meio ano triplicou a participação da micro e pequena empresa nas compras tanto do Executivo, quanto do Legislativo e do Judiciário.

Então, é um bom exemplo, é uma boa perspectiva no sentido de que, logo, logo, as micro e pequenas empresas de Santa Catarina possam ter mais essa política de incentivo através das compras governamentais. Trata-se um grande incentivo para esse setor tão importante para a nossa economia, para os nossos municípios. Vamos aqui agilizar esse processo para que possamos, o mais rapidamente possível, aprovar essa lei para os micro e pequenos empresários de Santa Catarina terem uma qualidade de vida melhor.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, o dr. Lester e o deputado Dado Cherem, secretário da Saúde, encaminharam à secretaria da Administração um projeto de lei que prevê o repasse para os hospitais e ambulatórios de uma gratificação por produtividade para médicos e equipes que fazem atendimento médico. Esse projeto está na secretaria da Administração e amanhã, pela manhã, haverá uma reunião do secretário Gavazzoni com o deputado Herneus de Nadal e com os líderes de cada partido. A intenção nossa é justamente estimular o secretário Gavazzoni a agilizar, a dar velocidade, porque as filas nos hospitais de pessoas que precisam de melhor atendimento, em minha opinião, são grandes e ainda crescem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado sr. presidente, srs. deputados, colegas de imprensa que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, eu venho a esta tribuna para dois assuntos.

Eu quero, em nome da bancada do Partido Progressista, responder ao deputado Elizeu Mattos que está aqui, uma vez que ele deu uma declaração, que foi publicada no jornal, dizendo que a ausência do deputado Joares Ponticelli teria aumentado o nível dos debates nesta Casa.

Deputado Elizeu Mattos, quero agradecer as maçãs que v.exa. nos deu, mas, por favor, gostaria que escutasse a declaração da nossa bancada em relação à sua colocação no jornal sobre a ausência do deputado Joares Ponticelli.

(Passa a ler.)

"A declaração do deputado Elizeu Mattos é, em primeiro lugar, deselegante porque ataca um parlamentar que está ausente, em viagem, e não pode se defender. O que podemos responder é que não são as denúncias ou afirmações do deputado Ponticelli que baixam o nível na Assembléia Legislativa: ele sempre levanta as questões de forma responsável e dentro da prerrogativa do parlamentar, que é a de fiscalizar os atos do governo. O que baixa o nível são as respostas ofensivas, evasivas e os ataques gratuitos de alguns poucos deputados da base governista, mais preocupados em mostrar serviço ao governador do que em dar as respostas que a sociedade catarinense quer e precisa saber. Por fim, gostaríamos que o deputado Elizeu Mattos, se desejar, repita a sua declaração pessoalmente ao deputado Ponticelli, quando este reassumir."[sic]

Feita esta declaração, sr. presidente, o deputado Silvio Dreveck costuma dizer que em política só não viu boi voar. O deputado Sargento Amauri Soares já deve ter ouvido essa frase: "Só não vi boi voar". Vermos um boi voar uma vez, já é alguma coisa inédita, agora, vermos o boi voar duas vezes, é inacreditável! E o boi voou, na minha concepção, de novo em Joinville.

O nosso governo, o governo do Esperidião Amin, deixou as obras físicas do Hospital Materno-Infantil 98% concluídas. Quando assumiram os governadores Luiz Henrique da Silveira e Eduardo Pinho Moreira, ficaram três anos e meio sem fazer nada no hospital. Na véspera das eleições para o governo do estado foram lá, em meados de julho de 2006, e inauguraram o Hospital Materno-Infantil Dr. Jesser Amarante, que até hoje, maio de 2008, não funciona na sua totalidade, apenas 27%.

Parece, deputado José Natal, que o governo do estado está acostumado a fazer inaugurações de obras passo a passo. Entendo que inauguração de obra pública deve ser feita; pode ser entregue um equipamento público à comunidade; dá para fazer festa, afinal de contas foi empregado bem o dinheiro e agora a comunidade, após a inauguração, já pode usar aquele equipamento público. É isso, deputado Sargento Amauri Soares? No mínimo é isso.

Mas naquela época o governo do PMDB já passou 171 no eleitorado joinvilense: inaugurou uma obra que não funciona até hoje. E o boi voou; é o boi voando. E seu eu dissesse que nesta semana o boi voou de novo?! Se eu disser que nesta semana, deputado Silvio Dreveck, na sexta-feira, houve a inauguração de uma ala emergencial do Hospital São José: a Ala Emergencial Dr. Ulysses Guimarães? Inauguraram a ala, deputado Sargento Amauri Soares, mas pegaram as macas da ala já em uso e levaram para lá, trocaram, inauguraram e no outro dia tiraram as macas de lá e hoje a ala não está funcionando. E a sociedade joinvilense e catarinense pensa e imagina que em Joinville houve o aumento de leitos ou de especialidades para emergências.

Deputado Silvio Dreveck, estou dizendo de novo: tiveram a coragem de inaugurar sem funcionar. Hoje pela manhã eu estava conversando com um funcionário do Hospital São José que trabalhou até antes da inauguração e que não teve coragem de ir à inauguração porque foram eles que tiraram as macas de um setor e colocaram lá para o governador inaugurar. O governador quando foi lá no hospital, tempos atrás, mandou tirar os pacientes do corredor para que quando ele passasse não houvesse ninguém no corredor.

Agora, na sexta-feira, deputado Elizeu Mattos, o seu governo foi a Joinville dar 171 de novo: inaugurar uma obra que não está funcionando e não vai funcionar nos próximos dias; inaugurar uma obra com leito emprestado de onde já está faltando.

Então, primeiro o boi voou em 2006, quando inauguraram o Hospital Materno-Infantil Dr. Jesser Amarante, que não está funcionando até hoje. E na sexta-feira o boi voou de novo, em Joinville, pois inauguraram a Ala Emergencial Dr. Ulysses Guimarães, que não está funcionando.

E se eu disser para v.exa., deputado Pedro Uczai, que no sábado o boi voou de novo?! É, eu já vi o boi voar três vezes na política. E sabem aonde voou? No rio Cachoeira, com o tal do JET BUS. O tão propalado JET BUS. Levaram para lá autoridades e colocaram o JET BUS e o governador foi no JET BUS junto com outros; fizeram o trajeto de Joinville até São Francisco de JET BUS, pelo rio Cachoeira. Como já gastaram quase R$ 200 mil para fazer o ponto para embarcar no JET BUS, eu pensei, segunda-feira eu vou lá. Vou lá para pegar o JET BUS e ir até São Francisco. O boi voou e o JET BUS não funciona. Inauguraram no sábado e hoje não está funcionando, porque disseram que era só uma viagem inaugural e que agora para o JET BUS funcionar tem que pagar a fretagem toda porque não vai funcionar.

Sr. presidente e srs. deputados, eu não sei que tipo de mentalidade um governo tem quando inaugura coisas que no outro dia não funcionam. Não sei o que é que o deputado Manoel Mota vai responder à sociedade catarinense.

Deputado Manoel Mota, quero convidar v.exa. para ir comigo à Ala Emergencial Dr. Ulysses Guimarães, que o seu governador inaugurou na sexta-feira, e verificar o que há lá. Vamos lá comigo, deputados Manoel Mota e Elizeu Mattos. Vamos lá, em Joinville. Quero convidar v.exas. para irem comigo a Joinville e verificar que a obra inaugurada pelo governo do PMDB, pelo governador Luiz Henrique da Silveira, hoje não está funcionando. Pegaram maca de um lado e colocaram no outro. Quando terminou a inauguração, levaram de volta.

Também convido v.exas. para passear de JET BUS quando começar a funcionar, mas já inauguraram no sábado. Inauguraram no sábado! Inauguraram na sexta-feira o hospital, com foguetório, foto de inauguração e faixa de descerramento. Algo que deveria estar funcionando hoje para diminuir o caos em que está o Hospital São José, mas não está, por quê? Porque mais uma vez o boi voou em Joinville: voou no Hospital Dr. Jesser Amarante em 2006; voou na sexta-feira no Hospital São José e voou sábado no rio Cachoeira.

Isso é palhaçada contra o povo de Joinville! Repudio esse tipo de ação do governo. Não brinquem com o povo de Joinville.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Elizeu Mattos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente e srs. deputados, a maçã saboreada hoje e entregue aos deputados é um presente nosso, juntamente com o homenageado de ontem, Fumio Haragami, grande empresário da serra catarinense, um dos pioneiros da fruticultura, que chegou ao Brasil com dez anos de idade e com 18 anos foi para São Joaquim iniciar a fruticultura da colônia japonesa.

Então, oferecemos hoje uma maçã de qualidade. Boa a maçã, não é, deputado Kennedy Nunes? Já vou responder às suas indagações. Primeiramente quero colocar que era boa a maçã oferecida pelo empresário.

Outra coisa, o que falo e digo, repito aos quatro cantos. Isso aprendi lá no interior de Anita Garibaldi, onde nasci, deputado Altair Silva, lá nas barrancas do rio Canoas. Nós temos uma coisa lá - e a esposa do deputado Sargento Amauri Soares também é de Anita Garibaldi: o que se fala, não se diz às escondidas. O que eu falei é realidade mesmo e vou repetir quando o deputado Joares Ponticelli estiver aqui. Eu senti, sim, e falei quando me perguntaram, que melhorou o nível deste Plenário. E melhorou não porque não está havendo críticas, as críticas continuam acontecendo, mas critica-se, comenta-se e fala-se num outro nível. É isso que esperamos aqui. Pararam aquelas palavras chulas que saíam todos os dias aqui, muitas vezes com falta de respeito às autoridades constituídas. Falei, sim, e repito, melhorou o nível dos debates no plenário desta Casa. Não sei se é pela ausência do presidente do seu partido ou não, que se licenciou, mas que melhorou, melhorou. Digo aqui e vou repetir quando o deputado Joares Ponticelli voltar porque, na verdade, o debate continua.

Tenho acompanhado as críticas feitas pelo líder do PP, deputado Silvio Dreveck, que faz críticas medindo as palavras. Ele critica, fala das coisas, mas usa as palavras educadamente. Isso é compreensível, tanto que quando se faz uma crítica com educação, não há bate-boca, gritaria. Chama a nossa atenção - e se nós estamos errado, vamos achar o caminho - que a crítica pela crítica, para levantar suspeita sobre as pessoas, chamando-as de chefão, de mandão ou coisa parecida, acabou.

Eu achei, sr. presidente, desculpe-me se alguém não concorda, que melhorou muito o nível dos debates neste plenário. Eu gostaria que essa licença durasse um pouco mais e os deputados Jaime Pasqualini e Altair Silva continuassem mais tempo no plenário, porque estão fazendo aqui aquilo que o povo espera de um parlamentar: fazer críticas, mas com educação, no mais alto nível. E é isso que toda a sociedade e nós esperamos.

Eu não posso falar aqui de Joinville, deputado Kennedy Nunes. Posso falar de Luiz Henrique, mas não posso falar desse município porque não vivo lá, eu moro em Lages. Posso falar um pouquinho em Lages.

Não sei se v.exa. está certo ou se Luiz Henrique está errado, mas acontece uma coisa em Joinville: critica-se e fala-se muito de Luiz Henrique e a cada eleição o homem aumenta os votos. Então, alguém está errado: o povo está errado ou o deputado Kennedy Nunes está errado? O povo está certo ou o deputado Kennedy está errado? Alguma coisa está acontecendo, e há um descompasso de pensamento em Joinville: vocês não se estão entendendo. O povo vai às urnas e dá mais de 70% de votos para Luiz Henrique. V.Exa. vem aqui e diz que o governador nada faz por Joinville e que o povo está desgostoso dele.

Por isso não estou entendendo. Alguém está sendo enganado em Joinville e não é o povo, porque ninguém engana o povo, ele não é burro. O povo, em cada eleição, sobe os votos de Luiz Henrique.

É uma situação estranha. Penso que a urna é soberana. O voto é secreto, como foi hoje voto secreto, sendo derrubado o veto. Eu votei para manter o veto, mas outros deputados lutaram para derrubá-lo. Mas o voto é secreto na urna, nós não sabemos quem votou em quem; nós não podemos forçar. Será que vamos forçar 200 mil eleitores a votarem em Luiz Henrique? Não há como fazer isso! Esse resultado das urnas foi graças ao trabalho de Luiz Henrique como prefeito, depois como governador.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Quero falar ainda sobre a inauguração, mas antes concederei um aparte a v.exa., deputado.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentá-lo, eminente e brilhante deputado Elizeu Mattos. O deputado Kennedy Nunes faz parte de um grupo que tem prática nisso: quando inauguraram a penitenciária de São Pedro de Alcântara, que não podia abrigar nem um único preso a mais, foram lá e fizeram a inauguração, em 2002, para entregar antes que terminasse o governo. Quer dizer, essas coisas são conhecidas.

O deputado Kennedy Nunes é um brilhante parlamentar que quer ser prefeito de Joinville, só que está na estrada errada, no caminho errado, pois quem ganha no primeiro e no segundo turno da primeira eleição e ganha no primeiro e no segundo turno da segunda eleição 80% dos votos é porque é considerado um homem de bem, um homem realizador, comprometido com a sociedade e quer o melhor para Joinville.

Então, v.exa. tem que ir a outro caminho para buscar a prefeitura, porque por esse irá se atrapalhar, não irá chegar no caminho certo, mas v.exa. é um brilhante parlamentar.

Os professores estão dando um mau exemplo, mas eu sei que este deputado é bom, ele irá procurar corrigir essa estrada para ir para uma estrada pavimentada, que é aquela de Luiz Henrique. Aí, sim, tenho certeza de que no dia em que entrar nessa linha irá pavimentar a sua vitória. Por enquanto ainda não dá, será Mauro Mariani, com certeza.

O SR. DEenriqueHn

PUTADO ELIZEU MATTOS - Muito obrigado, nobre deputado Manoel Mota.

Falarei agora sobre a inauguração, deputado Kennedy Nunes. No próximo dia 15 o governador Luiz Henrique estará em Lages inaugurando uma reforma em torno de R$ 3 milhões no Hospital e Maternidade Teresa Ramos.

Esse hospital, deputado Kennedy Nunes, tinha 80 leitos antes do governo de Luiz Henrique e tem agora 180 leitos; antes deste governo havia 170 funcionários trabalhando e agora são mais de 600 funcionários trabalhando em sua plenitude; possui uma das melhores UTIs neonatais e o melhor centro obstétrico de Santa Catarina na central de esterilização do estado. Esse hospital, que foi do município e que agora voltou para o estado, é um hospital referência em parto de alto risco, de Santa Catarina e do sul do Brasil. Enfim, é um hospital de primeira categoria, inaugurando agora nessa reforma o maior centro de leitos de queimados do estado e daqui a alguns dias a ressonância magnética.

O Sr. Deputado Jaime Pasqualini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Mas volto a falar amanhã sobre esse assunto, porque vou conceder, nem que seja de 15 segundos, neste momento, um aparte ao nobre deputado Jaime Pasqualini.

O Sr. Deputado Jaime Pasqualini - Eu torço por essa inauguração, deputado Elizeu Mattos, porque em Rio do Sul as 20 UTIs que o governador inaugurou não estão em funcionamento e o nosso povo que está doente e acidentado está indo para Lages.

Então, se inaugurarmos em Lages, quem sabe o nosso povo acidentado será bem servido naquele município, porque em Rio do Sul os leitos da UTI que foram inaugurados não estão em funcionamento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu quero, com muita honra, registrar a presença do prefeito de Balneário Arroio do Silva, Paulo Pedroso Vitor, prefeito reeleito pela segunda vez e que faz um trabalho extraordinário. Ele é da cidade onde ocorre a Arrancada de Caminhões, o maior evento do Brasil e hoje o maior do mundo, e está aqui a trabalho prestigiando o Parlamento nesta tarde.

Para nós é fundamental que essas lideranças conheçam o trabalho do parlamentar, acompanhem o que é discutido pelos deputados nesta Casa, porque é aqui que são colhidos os frutos, e a população encaminha um deputado para cá para buscar resultados importantes.

Entendo que o debate, seja ele feito pela Situação ou pela Oposição, é pertinente, é responsável, e por isso colhemos aqui experiências grandes para levar o dividendo para a sua região. Quem ganha, evidentemente, é a população.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Esta Presidência deseja boas-vindas ao prefeito de Balneário Arroio do Silva, bem como à sua comitiva.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Professor Grando, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, companheiros deputados, quero fazer uma breve comunicação, mas muito importante. Hoje é o aniversário do símbolo de Santa Catarina, o cartão-postal do estado, o elo entre o passado e o futuro, que é a nossa ponte Hercílio Luz.

Muito se tem falado sobre essa ponte. Passaram-se muitos governos. Mas o que o atual governo está fazendo? Eu acompanhei hoje a imprensa, e o atual governo está abrindo a licitação para a complementação da última etapa da ponte Hercílio Luz, para terminar a obra de recuperação. Isso no dia de hoje, 13 de maio.

Por isso, amanhã, às 19h, no plenarinho desta Casa, a Assembléia, através da comissão de Turismo e Meio Ambiente, fará uma audiência pública para tratar desse assunto. E eu gostaria que todos os deputados participassem.

Eu convido também todas as organizações não-governamentais, as pessoas interessadas que tenham alguma identificação com essa obra da ponte, o Ipuf, os vereadores, os historiadores, enfim, todos aqueles que entendam que essa obra é fundamental, é importante para a identificação da capital de todos catarinenses e do estado de Santa Catarina, para participarem dessa audiência pública. É o elo entre o passado e o futuro.

Por que nós queremos fazer uma audiência pública? Porque entendemos que é importante termos uma comissão acompanhando essas obras, a fim de saber quais recursos públicos serão aplicados, se está dentro do cronograma etc.

Nós temos que ter uma comissão para acompanhar o trabalho do governo (e governar é se antecipar), acompanhar o novo sistema de transporte, se deve ser criada na região metropolitana uma nova empresa de transporte público para poder licitar, como serão feitos os trechos se tivermos o metrô passando sobre a ponte Hercílio Luz, até porque existe uma proposta, que será mostrada amanhã em audiência pública, de que em vez de o metrô passar sobre a ponte Hercílio Luz ele deverá passar sob a ponte, de forma pendurada, para que ela possa ser realmente utilizada com outras funções no trânsito.

Então, há muitas idéias que ainda não foram decididas, e nós, através da constituição de uma comissão, estaremos presentes nessa audiência. E já está confirmado que o Deinfra estará presente e dará um relato do que já foi feito até agora e o que se pretende ainda fazer, pois muitas questões não foram resolvidas. E para tudo isso há um projeto para 2010, daqui a dois anos e meio, que já está aí para quem quer planejar a infra-estrutura.

Então, é necessário que seja feito todo um levantamento, como o PAC. Quer dizer, você vai ter um plano de ação relacionado à nossa ponte, sem perder a questão de que ela é um patrimônio histórico que está sendo tombado, sem perder a questão de como a ponte poderá ser utilizada, preservada, respeitando a sua arquitetura, para não atrasar mais quatro, cinco anos a sua recuperação.

Então, se faltam somente dois anos e meio para 2010, nós temos, de antemão, que ir adiantando aquilo que não pode ser atrasado pela burocracia. Essa é a função de quem governa.

Por isso, quero chamar os estudantes de arquitetura, os arquitetos, o Crea, os engenheiros, enfim, todos, para que participem dessa audiência pública, em que todas as pessoas poderão se manifestar.

Hoje não podemos mais planejar o transporte, deputado Serafim Venzon e candidato deputado José Natal, que representa a nossa querida São José da Terra Firme, senão através da região metropolitana!

Será que esses ônibus têm que continuar entrando e saindo pela nossa ponte, principalmente ônibus intermunicipal? Ou vamos ter uma estação de transbordo lá fora, com aqueles ônibus triaxial ou com o metrô, que ficam lá fora e já vêm direto para o centro, aqueles ônibus que nem fazem a volta, vão e voltam no mesmo sentido, o motorista só se desloca onde pode transportar mais de 400 passageiros.

Então, poderemos ter um sistema de transporte que não venha engarrafado, que ajude a amenizar, pela própria ampliação da via expressa. Como é que vamos fazer essa ampliação para ter mais pista na via expressa?

Deputado Dagomar Carneiro, como v.exa. já deu a idéia e a sugestão, quem acompanhar as pontes, verá que elas já estão bem mais largas, aproveitando o acostamento, até por uma questão muito simples: há 20 anos, 30 anos, 40 anos, 50 anos era importante o acostamento porque a tecnologia dos carros era diferente da de hoje. O carro de antigamente tinha pneu com câmara de ar que furava muito, e o motorista era obrigado a ir para o acostamento. Hoje, o carro é com pneu sem câmara e agüenta mais tempo andando.

Então, hoje o carro apresenta muito mais segurança, e o acostamento pode ser utilizado como pista. Claro que de distância em distância o ônibus tem de poder entrar no acostamento, para que possa utilizá-lo como rota de fuga quando for necessário, quando ocorrer algum problema mecânico.

Enfim, hoje podemos solucionar muitos dos problemas com idéias e formas criativas.

Por isso, é importante, volto a repetir, que todos participem no dia 14 de maio, um dia após o aniversário do símbolo de Santa Catarina, o nosso cartão postal, às 19h, no plenarinho da Casa, dessa grande audiência pública. Estão todos convidados, não há restrições, para participar dessa audiência pública de acompanhamento da obra da ponte Hercílio Luz.

Sem sombra de dúvida, o governo Luiz Henrique da Silveira teve a iniciativa de dar continuidade a essa obra, tomando uma decisão que durante muitos anos foi relegada, pois diziam que não havia como reformar, como consertar essa ponte. Mas hoje a tecnologia, a ciência, já tem soluções. E isso tudo começou lá em Nova Iorque, ainda, com a empresa que tinha todas as plantas, todos os passos de construção da Hercílio Luz, pois foram eles que a construíram há 82 anos.

Então, nós vamos assistir a um filme contando essa história, vamos ver uma exposição sobre o futuro da ponte sendo exposto pelo Deinfra, vamos escutar as sugestões de toda a população, como nós queremos que essa tão importante via, esse elo do passado com o futuro seja aproveitado.

Vamos ter a exposição do metrô que vai para a Universidade Federal, que vai contornar o maciço do Morro da Cruz, com volta pelo Saco dos Limões, pelo túnel. E lá no continente o metrô virá de Palhoça, de Biguaçu, de Barreiros, da nossa parte continental.

Como é que se coloca a via expressa, que chamamos de PC3, que é a espinha dorsal do continente e que falta ainda terminar alguns pedaços? Na nossa época como prefeito nós fizemos do Jardim Atlântico até a avenida Felipe Neves, na Coloninha, depois também fizemos na Santos Saraiva até a ponte.

Então, alguns trechos faltam terminar e em outros as primeiras obras já começaram, faltando somente o término e o principal que é como estão as desapropriações, que são poucas etc. Então, do lado da capital não há sentido recuperarmos a ponte e não termos via de escoamento como a PC3, que é a espinha dorsal do continente. Mas mais do que a espinha dorsal do continente, temos a Beira-Mar continental, em que o seu aterro de enrocamento já está pronto. Também temos que pensar como vamos utilizar aquela via dentro dessa recuperação da ponte Hercílio Luz, que é próxima, onde grande parte do trânsito pode desafogar para a futura avenida Beira-Mar da parte continental.

Vejam quantos assuntos podemos discutir: a questão do patrimônio, as áreas de lazer no continente, na nossa querida Ilha. Tudo isso vamos discutir nessa audiência pública e é isso que nos anima. E somente a Assembléia Legislativa, através dos seus deputados, pode fazer tão grande ato que vai beneficiar o povo da capital de todos os catarinenses.

Todos estão convidados para participar amanhã, dia 14 de maio, às 19h, dessa audiência pública no plenarinho da Assembléia Legislativa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o último orador inscrito, sr. deputado brusquense Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero saudar, de forma especial, os ouvintes da Rádio Alesc Digital e os telespectadores da TVAL.

Na semana passada, quinta-feira, fiz um pequeno roteiro passando por algumas cidades da região serrana de Santa Catarina. Aliás, a maioria dos 293 municípios de Santa Catarina apresenta um equilíbrio sócio-econômico invejável a outros estados. E quando visitamos essas cidades, nós nos orgulhamos de como elas se encontram.

Bom Retiro, por exemplo, é uma cidade bonita, tem um relevo esplendoroso, e o prefeito, os vereadores e a comunidade como um todo são trabalhadores, principalmente na agropecuária e na agricultura. Às vezes, pequenos projetos melhoram um pouco a habitação do município, como a ampliação do colégio estadual, a construção de mais um colégio, a construção de 30 casas ou 40 casas etc. São projetos pequenos que melhoram muito a qualidade de vida do município.

A grande maioria das pessoas, apesar de ter os seus salários módicos, além do trabalho que faz no seu emprego, ao redor de sua casa tem a sua horta, o que praticamente garante o seu consumo doméstico.

Em Urubici, por exemplo, a capital estadual das hortaliças, eles têm alguns sonhos, inclusive o sonho de um dia ver a SC-439, a rodovia que liga Urubici/Grão Pará/Tubarão, colocá-los na cara de um centro consumidor, que é Tubarão, que ficaria a apenas 80 quilômetros de Urubici. Hoje, para se deslocar de Urubici a Florianópolis, gasta-se pelo menos 2h, 2h15min, na estrada, com carro pequeno, mas imaginem um caminhão, carregando hortaliça, certamente levará mais tempo.

Essa estrada, a SC-439, já está licitada, já foi definida a empresa que irá fazer a obra, falta tão-somente o governador dar a ordem de serviço, e ainda não deu por causa de uma lei ambiental. Eu imagino que a estrada ao ser feita, deputado Elizeu Mattos, a SC-439 de Urubici, que é da regional de São Joaquim, vá passar por alguns córregos e naturalmente vai soterrar alguns pés de samambaias, e estão lá, infelizmente, alguns ecochatos, trancando o projeto que é o sonho de todo um município, de toda uma região, que encurtará a estrada da região serrana e de vários municípios até o litoral próximo a Tubarão, mas que infelizmente está trancada devido a algumas leis ambientais.

Estão também trancados outros projetos do governo que ficam à mercê da boa vontade de alguns técnicos, os quais muitas vezes não têm o compromisso com o bem-estar da sociedade, com o desenvolvimento, com o filho, com o vovô, com a pessoa que está lá passando trabalho, sofrendo e ganhando menos, porque o governo não consegue executar um determinado projeto.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não! Concedo um aparte a v.exa.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Sr. deputado Serafim Venzon, esse assunto da SC-439 é um assunto que nós, inclusive eu que sou serrano, temos acompanhado bastante, que é a questão da ligação de Urubici à serra do Corvo Branco, essa primeira etapa da SC-439, assim como a ligação de Urupema a Rio Rufino.

A SC-439, nós estamos pedindo agilização na questão ambiental, e parece-me que agora surgiu a posição de em 40 dias termos a liberação ambiental desta tão importante obra para a comunidade de Urubici e para a nossa região.

Esperamos que isso se concretize para que, assim que o estado tenha essa autorização e sejam resolvidas as questões ambientais, possamos lá concretizar o sonho das pessoas da nossa região e de Urubici nessa importante obra de ligação e de escoamento de hortaliças para o sul do estado.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, deputado Elizeu Mattos.

Concedo, agora, um aparte ao deputado Professor Grando.

O Sr. Deputado Professor Grando - Deputado Serafim Venzon, o licenciamento ambiental prévio, que era documento exigido pelo BID, foi entregue inclusive na reunião dos prefeitos da região serrana, mas para que a obra possa começar em definitivo tem que ter a LAI - Licenciamento Ambiental de Instalação, isso já implica em outras análises. Provavelmente ela vai seguir o curso da estrada antiga que já estava impactada. Talvez haja alguma obra de arte, algum melhoramento de recuperação de áreas degradas. Isso será analisado pelos técnicos, como aqui foi dito, num prazo de 40 dias.

Os recursos estão licitados, os de Urupema, assim como os de Urubici a Corvo Branco. E temos a questão do BID, que está para vir, também, dentro desse mesmo prazo.

Então, quando vierem os recursos, se estivermos com o licenciamento será uma grande obra. Por quê? Porque ela vai escoar toda a produção, e nós podemos falar que Urubici é um dos poucos municípios verdadeiramente hortifrutigranjeiro. Imagino toda aquela parte do hortifrutigranjeiro escoando, descendo a serra do Corvo Branco para atender todas as praias de Garopaba até Criciúma, lá no sul, porque agricultores, produtos hortifrutigranjeiros do Rio Grande do Sul, estão sendo vendidos nas nossas praias por falta de uma estrada, quando muitos desses alimentos estragam na própria região de Urubici por falta de escoamento.

Vejam o quanto é importante! Nós temos consumo, este é o papel do poder público e a importância dessa estrada.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Então, deputados Professor Grando e Elizeu Mattos, v.exas. que participam desse meu pronunciamento, saibam que assumi o compromisso com o prefeito e com a comunidade de Urubici, através de uma entrevista radiofônica, dizendo que iríamos ver qual era o entrave e o que vai destrancar o desenvolvimento não apenas de Urubici, mas de Rio Rufino e Urupema. Como v.exa. coloca aqui, essa ligação vai encurtar a distância entre a região serrana e o mercado consumidor, porque a região serrana liga-se facilmente com a grande Criciúma, descendo pela serra do rio do Rastro e, através de Urubici, pela rodovia SC-439. Nós estaríamos ligando toda a região de Urupema, Rio Rufino, Bocaina do Sul, assim como, naturalmente, parte de Bom Retiro e Urubici com o grande mercado consumidor, que são as proximidades de Tubarão.

A região serrana está bonita, e o nosso agricultor está confiante. Vejo que muitos estão contentes com as hortaliças, outros com o plantio de uvas, outros com o plantio da maçã. E as famílias eswtão contentes na agropecuária.

Enfim, existem alternativas, e boas, para desenvolver, e desenvolver socialmente, aqueles que moram lá. O lugar que achamos mais bonito é o lugar onde nascemos, não importa se é serra ou se é grota, não importa se quem é de fora acha feio ou bonito, mas o lugar que achamos mais bonito é o lugar onde nascemos. Certamente o melhor que podemos fazer para os municípios catarinenses é favorecer o seu desenvolvimento para que as pessoas que lá nascem, mesmo saindo para se qualificar, para estudar, possam retornar e ganhar a vida.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - A Presidência comunica que as matérias destinadas à Ordem do Dia da 35ª sessão ordinária, do dia 14/05/2008, serão distribuídas nos gabinetes dos deputados.

Não havendo mais horário regimental, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19h.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 017ª SESSÃO SOLENE DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2008
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA
HOMENAGEM AOS 30 ANOS DA FUNDAÇÃO FUSESC - FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL
SUMÁRIO

DEPUTADO JORGINHO MELLO - Destaca o compromisso da Fusesc em proporcionar aos contribuintes segurança, transparência, dignidade e honradez.

WALDEMAR SERAFIM - Recorda a história da Fusesc e afirma ter orgulho de haver participado da sua história desde a criação.

ALFEU LUIZ ABREU - Agradece a homenagem do Parlamento catarinense, ressalta a importância do fundo de pensão e reconhece o trabalho e a dedicação dos criadores da entidade.

JOSÉ MANOEL DE OLIVEIRA - Afirma que a Fusesc é uma entidade fechada de previdência complementar que contribui com o bem-estar dos catarinenses e trabalha com afinco para garantir qualidade aos contribuintes.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido para comporem a mesa, as autoridades que serão nominadas:

Ilustríssimo sr. Miguel Ximenes de Melo Filho, digníssimo presidente da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - Codesc -, representando neste ato o governador do estado de Santa Catarina, dr. Luiz Henrique da Silveira;

Ilustríssimo sr. José Manoel de Oliveira, digníssimo diretor superintendente da Fusesc;

Ilustríssimo sr. Paulo Afonso de Meireles, representando neste ato o dr. Paulo Roberto de Borba, digníssimo presidente da OAB de Santa Catarina;

Ilustríssimo sr. Joventino Scremin, digníssimo presidente do Conselho Deliberativo da Fusesc;

Ilustríssimo sr. Roberto Luiz de Oliveira, digníssimo vice-presidente do Conselho Deliberativo da Fusesc;

Ilustríssimo sr. Alfeu Luiz Abreu, digníssimo presidente do Besc Seguros.

Esta sessão foi convocada por solicitação deste deputado à Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina em homenagem aos 30 anos da nossa Fusesc.

A nossa homenagem é pelo sucesso e pela superação das dificuldades de toda uma história construída sob muitas mãos, com certeza absoluta uma história de sucesso, uma história que nasceu em 1978. Eu, de forma muito especial, recordo-me de muitos acontecimentos, pois tive o privilégio de ser um dos participantes da história da Fusesc, como sou até hoje.

A Fusesc foi constituída em 1978 e, como todos sabem, completa 30 anos de trabalho, de sucesso, construindo uma vida e procurando dar ao participante garantia, segurança, solidez, transparência e honradez. Isso é tudo o que nós sempre desejamos e é o que as pessoas que têm administrado a fundação têm feito todo santo dia.

É uma fundação que tem um patrimônio invejável, que tem um ativo, um superávit fantástico, extraordinário. Só isso já demonstra que cuida bem dos recursos, administra, aplica e zela não só pelo presente, mas pelo futuro dos seus participantes. Por isso esta justa homenagem.

Convido todos para, de pé, ouvirmos o Hino Nacional, interpretado pelo coral da Assembléia Legislativa.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

A Presidência agradece ao coral da Assembléia Legislativa que, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva, interpreta os hinos em todas as sessões solenes de forma grandiosa e responsável, encantando a todos nós.

Gostaríamos de registrar também a presença da ex-deputada Simone Schramm, hoje diretora financeira da Codesc, e convidá-la para tomar assento à mesa.

Registramos também as honrosas presenças da sra. Maria Zilene Cardoso, diretora administrativa e financeira da Fapesc; do sr. Carlos Célio de Andrade Santos, diretor administrativo do Banco do Estado de Santa Catarina; do sr. Halley Filipouski, gerente de Patrimômio e Tombamento, neste ato representando a sra. Anita Pires, presidente da Fundação Catarinense de Cultura.

Quero agradecer ainda a presença da imprensa, das demais pessoas convidadas, funcionários da Assembléia e funcionários da Fusesc.

Neste momento, vamos assistir ao vídeo institucional da fundação.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

(Palmas)

Esse vídeo que foi exibido, senhoras e senhores, depois será repetido na programação da TVAL, havendo assim a oportunidade da sociedade de Santa Catarina o assistir.

Convido o companheiro Waldemar Serafim, aposentado assistido, para fazer uso da palavra neste momento.

O SR. WALDEMAR SERAFIM - Excelentíssimo sr. deputado Jorginho Mello, autor do requerimento que ensejou a presente sessão solene, representando neste ato o Poder Legislativo de Santa Catarina;

Sr. Miguel Ximenes de Melo Filho, presidente da Companhia de Desenvolvimento do estado de Santa Catarina - Codesc -, neste ato representando o governador do estado;

Sr. José Manoel de Oliveira, diretor superintendente da Fundação Codesc de Seguridade Social - Fusesc;

Excelentíssimo sr. Paulo Afonso de Meireles, representando neste ato o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina, sr. Paulo Roberto de Borba;

Sr. Joventino Scremin, presidente do Conselho Deliberativo da Fusesc;

Sr. Roberto Luiz de Oliveira, vice-presidente, do Conselho Deliberativo da Fusesc;

Sr. Alfeu Luiz de Abreu, presidente do Besc Seguros.

(Passa a ler.)

"Senhoras e senhores, boa-noite!

Agradeço ao Poder Legislativo, na pessoa do sr. presidente da Casa, deputado Julio Garcia; aos membros componentes desta mesa; ao sr. deputado Jorginho Mello; aos funcionários da Casa que atuam nesta sessão; ao sr. José Manoel de Oliveira, diretor superintendente da Fusesc, pela honra que me foi concedida de representar a fundação como participante aposentado e poder também falar um pouco da história da entidade.

Eu tenho orgulho de hoje estar aqui para poder dizer que faço parte da Fusesc desde a sua criação, pois participei ativamente do processo de criação da entidade.

A Fusesc teve por origem a Caixa de Assistência dos Empregados do então Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - BDE -, que a partir do ano de 1974 mudou a razão social para Banco do Estado de Santa Catarina S.A. - Besc.

A Caixa de Assistência foi constituída em 1963 pelos então diretores do BDE: professor Alcides Abreu, José de Cupertino Medeiros e José Pedro Gil e, por serem os últimos egressos do Banco do Brasil, valeram-se dos estatutos da Caixa de Assistência daquele banco.

De início, o patrimônio foi constituído por uma dotação feita pelo banco na importância de Cr$ 3 mil (três mil cruzeiros) - expressão monetária vigente naquela data -, para os fins de atender aos empréstimos pessoais que viessem a ser solicitados por seus participantes. Empréstimos limitados no valor máximo de até Cr$ 200,00 (duzentos cruzeiros) para cada tomador, haja vista a irrisória disponibilidade de recursos.

A Caixa de Assistência era administrada por uma diretoria composta de três diretores nomeados pelo banco. Para gerir a Caixa de Assistência e para constituir a primeira, foram nomeados os srs. Evaldo Moritz, Mauri Alberto Viviani e Venicius Spoganiz, estes dois últimos de saudosa memória.

Como o patrimônio da Caixa ia-se elevando em valores consideráveis com a expansão do banco e, conseqüentemente o número de empregados foi crescendo consideravelmente, houve por bem proceder-se à reforma dos estatutos, passando a diretoria a ser composta por empregados eleitos pelos participantes. Na eleição que antecedeu a criação da fundação foram eleitos para o cargo de diretor-presidente o sr. Maurílio dos Santos, para diretor financeiro, Orley Veiss, e eu, Waldemar Serafin, fui eleito para o cargo de diretor administrativo.

Com o advento da Lei n. 6.435, de 15/7/77, que instituiu a previdência privada no Brasil, entendeu o então presidente do Besc, sr. Jorge Bornhausen, que havia chegado a hora de se regulamentar os estatutos na parte que previa a suplementação de aposentadoria. Para tanto, convocou o sr. Maurílio dos Santos em seu gabinete e determinou que, juntamente com os demais diretores, fossem desenvolvidos estudos visando à suplementação das aposentadorias.

Em ato seguinte foi elaborada a minuta dos estatutos, dos convênios de adesão e submetidos à apreciação do conselho constituído por representantes da Codesc e das diversas empresas integrantes do Sistema Financeiro Besc, tendo sido aprovados integralmente por aquele colegiado.

Em atos subseqüentes os estatutos foram submetidos à análise dos órgãos públicos competentes, quando também foram homologados. E conseqüentemente, no dia 31/10/77, restou constituída a fundação, sob a denominação de Fundação Codesc de Seguridade Social - Fusesc - nos precisos termos ditados pela Lei n. 6.435, de 15/7/1977.

Para a alegria de todos os participantes, em abril de 1978 a Fusesc abriu suas portas tendo como seu primeiro diretor superintendente o dr. Francisco de Assis, como diretor administrativo o dr. Francisco Canziani e como diretora administrativa e de seguridade social a sra. Eloiza Helena de Carvalho Kürten.

Nessa época, tive a honra de participar da administração da Fusesc, como membro do Conselho de Curadores da entidade, até o ano de 1985. Posteriormente, no período de 1977 a 2002, voltei a integrar a administração da entidade na condição de presidente do Conselho.

Posso dizer concretamente que a história da Fusesc, ao longo de todos esses anos, tem sido de evolução diária. Tenho essa certeza representada na tranqüilidade de poder usufruir de uma aposentadoria com qualidade de vida e segurança. Quando estamos em casa, abrimos a cortina, olhamos para fora e vemos um mundo de incertezas, de pressa, de velocidade, de notícias indesejadas, de insegurança e de poucos valores humanos. Vemos que neste mundo aturdido e veloz a tranqüilidade é, inegavelmente, o maior valor e o maior bem que uma pessoa ou uma família pode ter.

Nós nos sentimos tranqüilos porque nós, participantes da fundação, temos o que comemorar. Temos uma fundação vigorosa, preparada para atravessar muitas dezenas de anos tendo a tranqüilidade não apenas como uma bandeira abstrata, mas como um valor conquistado por cada participante, por cada família que compõe essa entidade."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Convido o sr. Valter Souza, mestre-de-cerimônias, para ler a nominata dos homenageados.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Valter Souza) - Senhoras e senhores, boa-noite!

O Poder Legislativo catarinense presta uma homenagem à Fundação Codesc de Seguridade Social de Santa Catarina pela passagem dos seus 30 anos de fundação na prestação de serviços de previdência, saúde e assistência social, contribuindo para o bem-estar da sociedade catarinense.

Neste momento, convido o excelentíssimo deputado Jorginho Mello para fazer a entrega de placa ao sr. José Manoel de Oliveira, neste ato representando a Fusesc.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Dando continuidade à solenidade, o Poder Legislativo presta também uma homenagem aos superintendentes, diretores e ex-diretores da Fusesc.

O deputado Jorginho Mello fará a entrega da homenagem ao sr. José Manoel de Oliveira, e solicito que a dona Miriam venha aqui à frente também para receber essa placa, por favor.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido o deputado Jorginho Mello para fazer a entrega de placa ao sr. Vânio Boing, representado nesta oportunidade pelo sr. José Luiz Dias.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

O deputado Jorginho Mello fará a entrega de placa ao sr. Enore Crippa, representado aqui pelo sr. Ernesto Montibeller Filho.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

O deputado Jorginho Mello fará a entrega de placa ao sr. Antônio Sérgio Gouvêa.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

O deputado Jorginho Mello fará a entrega de placa ao sr. Alfeu Luiz Abreu.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

O deputado Jorginho Mello fará a entrega de placa ao sr. Jatyr Ribeiro Borges.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

O deputado Jorginho Mello fará a entrega de placa ao sr. Bruno José Bleil.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Agora é a vez de homenagear o sr. Aroldo Benjamin Ouriques Filho.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

A homenagem agora será prestada ao sr. Mauro Tubias Benedet.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

A homenagem será prestada à sra. Nilza Fernandes.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

O sr. deputado Jorginho Mello fará a entrega ao sr. Carlos Roberto da Rosa, neste ato representando a sra. Eloiza Helena de Carvalho Kürten.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

A Assembléia Legislativa homenageia, através do deputado Jorginho Mello, o sr. Ivan Luiz Mattos, *in memoriam*.

Convido para receber a homenagem o sr. Ivan Luiz Mattos Filho e sua mãe, a sra. Conceição Mattos.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Neste momento, o deputado Jorginho Mello faz a entrega ao sr. Francisco de Assis, *in memoriam*, representado aqui pela sra. Cecile Muniz da Motta. O filho do sr. Francisco, juntamente com os seus familiares, por força maior, não pôde receber a homenagem, pois está em viagem pelo exterior.

Assim, convido para receber a homenagem a sra. Cecile Muniz da Motta.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Muito obrigado pela oportunidade. Mais uma vez, em nome da Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina, os nossos cumprimentos a todos os homenageados.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Muito obrigado, Valter.

(Palmas)

Convido o sr. Alfeu Luiz Abreu para que, em nome dos homenageados, faça uso da palavra.

O SR. ALFEU LUIZ ABREU - Como pediram para ser breve, já o serei nas homenagens.

Inicialmente, não poderia deixar de agradecer ao deputado Jorginho Mello por esta homenagem na noite de hoje, haja vista que, como deputado já há alguns mandatos, mesmo longe da nossa casa, mesmo longe do convívio diário com todos nós, nunca esqueceu quem o acolheu e auxiliou-o a chegar a esta Casa Legislativa.

Como faço parte de um grupo de trabalho que discute o futuro do banco no que diz respeito aos atos finais de sua incorporação pelo Banco do Brasil, quero registrar que foi o melhor fim para o banco. Quero dizer que em todos os momentos em que precisamos berrar um pouco mais alto, bater um pouquinho mais no nosso diretor Carlos (e isso é uma brincadeira), aqui representando o Banco do Brasil, o deputado Jorginho Mello não fugiu, não negou seu apoio, pelo contrário, inclusive, em determinados momentos conseguiu que tivéssemos acesso, coisa que era difícil. Então, é preciso fazer esse registro.

Em segundo lugar, gostaria de cumprimentar o nosso ex-deputado, colega de Caixa Econômica Federal em Santa Catarina, durante muito tempo até perseguido por abraçar uma agremiação não revolucionária, um partido não da revolução, o nosso Miguel Ximenes de Melo Filho, que muitas vezes foi preterido na Caixa Econômica por abraçar um pensamento, uma corrente política diferente da dominante naquele momento. Ele, desde o início um bancário, por pouco não é também um dos agraciados na nossa fundação hoje, porque teve que sair naqueles momentos difíceis por que passava o país.

Gostaria, em forma de homenagem, de fazer uma referência à menina Simone Schramm, nossa única representante feminina na mesa, e em nome dela, então, homenagear todas as demais mulheres. A nossa ex-deputada e atual diretora da Codesc também nos tem auxiliado, porque tem facilitado o trabalho da solução final para o banco. A ela o nosso muito obrigado e, tenho certeza, o obrigado de todos.

Para ser um pouco mais rápido - e já fiz uns cortes aqui, deputado -, é indispensável que em nome de todos os ex-diretores eu agradeça a esta Casa, a casa do povo catarinense, pela homenagem que faz à Fusesc - Fundação Codesc de Seguridade Social.

Coincidentemente aos festejos dos nossos 30 anos, 31 anos mais precisamente, do sistema de previdência complementar, aqui cabe mais uma homenagem a esta Casa, na figura do ex-presidente da Bescor, recentemente falecido, deputado Pedro Paulo Colin, que, inclusive, era presidente da Assembléia Legislativa quando foi inaugurado este prédio. Ele foi um homem que brigou bastante durante as discussões, em 1977, para que nós tivéssemos um mínimo de garantia legal; a Lei n. 6.435 nasceu tendo o deputado Pedro Paulo Colin como um dos signatários. Era um homem de uma conduta como poucas vezes vi na minha vida profissional. Nunca encontrei um homem público com tanta obsessão pela gestão da coisa pública da forma mais transparente, da forma mais democrática possível. A ele a minha homenagem, também, na noite da hoje.

A Fusesc foi criada em 1978, como já referenciado, quando era presidente da Codesc Jorge Bornhausen. Aquele ilustre homem público percebeu a necessidade de garantir uma aposentadoria decente aos que contribuíram para o desenvolvimento do estado.

Aqui vimos a fotografia de Evaldo Moritz e de tantos outros colegas. Aqui há alguns: o nosso amigo Dirceu, que foi inspetor do banco, que comeu muita poeira para ajudar a levar o crédito a todos os rincões do estado; a Nilza Fernandes, que era uma referência para o Banco Central, pois muitas normas do crédito rural só saíam depois de passar pelo crivo dela; o nosso amigo Bolão, pelas mãos de quem passaram muitos dos atos da tesouraria antes de se tornarem, efetivamente, regra para o Banco Central.

Em função dessa necessidade foi criada, então, por Jorge Bornhausen, a nossa entidade, que teve o desafio de Ivan Mattos de transformar a Lei n. 6.435 em um documento que pudesse efetivamente refletir, naquele momento, o que era melhor em termos de previdência para os empregados do sistema financeiro.

Não podemos esquecer também, neste momento, do ato que foi praticado pelo ex-presidente da Codesc e do Besc, o nosso professor Carlos Passoni Júnior, que inovou no país e tornou a Fusesc a única fundação do país a ter 100% de seus dirigentes em todos os órgãos estatutários diretamente eleitos pelos participantes. A ele também o nosso reconhecimento.

Com o desafio da criação, já mencionado, o nosso primeiro presidente, depois do trabalho árduo de Ivan Mattos, foi o nosso Francisco de Assis, junto com o dr. Eduardo Canziani e a Eloiza Helena de Carvalho Kürten.

Posteriormente, no primeiro processo eleitoral, tomaram posse Aloysio Gentil Costa, como diretor-superintendente, Moacir José Arcari, como presidente do Conselho, e Alfredo Müller Júnior, como presidente do Conselho Fiscal, todos antigos soldados da primeira hora do banco.

Ao tomar posse, então, em 1985, a diretoria e os conselhos, a primeira ação com que se preocuparam foi consolidar o processo eleitoral e os estatutos da Fusesc e assim perenizar a possibilidade de nós, empregados, administrarmos os nossos próprios destinos na área de previdência.

No período de 1985 a 1997, fizeram parte desses processos eleitorais, integrando as equipes sempre comandadas por Aloysio Costa: Gilberto Homero Pereira, Alfeu Luiz Abreu, Nilza Fernandes, a nossa Margaret Thatcher, José Olir Mocelin e Jatyr Ribeiro Borges.

Em 1985, o número de participantes contribuintes pagantes era de 9.500 e o número de aposentados e pensionistas não chegava a 100. Em 1997, ao sairmos, eram 7.500 pagantes e quase um mil aposentados. Perdemos dois mil pagantes e aumentou quase dez vezes o número de despesas com aposentados, mas a fundação sobreviveu. Pulamos de U$ 14 milhões para U$ 200 milhões e hoje estamos na casa de U$ 800 milhões ou um pouco mais, depende do dólar do dia porque ele muda a toda hora.

É importante destacar que esta Casa tem a missão, deputado, de transmitir o que está sendo dito aqui num vídeo ou num pronunciamento para os demais colegas desta Casa, que têm o desafio, após um périplo recente pelo estado, de deliberar acerca da previdência dos servidores do estado. Muitos dos que escutei, nas audiências em que estive, estavam assustados querendo delegar ao estado a obrigação de administrar o fundo de pensão dos servidores. E nós temos visto que nem sempre o estado é o melhor dos conselheiros no que tange a esse assunto, pois se o Ipesc está quebrado é porque nunca cuidou e se continuarmos assim, vai continuar quebrando.

Eu só quero dizer aos senhores que na década em que administramos o fundo de pensão, só para vocês terem uma idéia, existiram oito planos de estabilização dos ministros Delfin Neto, Dílson Funaro e Bresser Pereira. Além disso, tivemos quatro moedas, 11 índices de cálculo de inflação, 15 congelamentos de preços, 14 políticas salariais, 18 modificações na regra de câmbio, 54 modificações na regra de controle de preços, 21 propostas de negociação da dívida externa, graças a Deus, quitada, e 19 decretos governamentais, como se austeridade se fizesse por decreto.

Só que não terminou aí, deputado Jorginho Mello, o calvário continuou ainda um pouco mais! Os anos 1990 continuaram sendo uma madrasta, daquela ordinária, contra os fundos de pensão. Tivemos os Planos Collor I e II, com a ministra Zélia; o Plano Collor III, com Marcílio Marques Moreira; tivemos o Plano Itamar I, com Gustavo Krauser, durante a época em que estava sendo decidido se haveria ou não o *impeachment* do presidente Collor; tivemos ainda o plano definitivo do Itamar, já com o ministro Paulo Haddad. Em seguida, com FHC, tivemos Rubens Ricupero que, traído pelo satélite aberto, teve que renunciar; e fechou com Ciro Gomes e diversas políticas econômicas.

Não obstante tudo isso e todos esses problemas, a Fusesc conseguiu, nesse período, melhorar os benefícios com o fator de reajuste inflacionário; com a correção da média dos últimos 12 meses; com o pagamento do 13º salário para os aposentados; com a eliminação do teto de benefícios que estava limitado a três vezes o valor assegurado pelo INSS. Com a aposentadoria antecipada aos 55 anos, claro que com redução, foi a primeira fundação no Brasil conseguir esse benefício.

Na área assistencial nasceu o SIM, em 1986, para demonstrar, exatamente, que é possível igualar desiguais. Fizemos um plano de saúde em que todos tinham o mesmo direito, do *office-boy* ao diretor de banco. E aí, sim, provamos que a verdadeira socialização é aquela que equipara desiguais não por baixo, como estávamos acostumados, mas por cima, dando uma melhor condição de vida para todos.

O efeito de um fundo de pensão na economia é indispensável e é fundamental. Quem é mais antigo lembra que existiam três Unimeds em Santa Catarina - Florianópolis, Joinville e Blumenau. Graças ao SIM e ao pleito feito à época por Edmundo Castilho, o papa do cooperativismo médico no Brasil, apostamos na Unimed e muitos de vocês aqui saíram estado afora credenciando médicos e abrindo cooperativas. O sistema Unimed deve ao Besc, deve à Fusesc essa consolidação. Ele só se transformou no maior aparato médico de Santa Catarina graças à Fusesc.

Mas não pára aí! A Fusesc, preocupada com a necessidade de recuperar e de ter recursos para o custo da saúde, criou o Fumbesc, pois a Constituição de 1988 sinalizou que a previdência pública iria quebrar ou já estava quebrada, só faltando o anúncio.

À frente de todos e copiados pelo Banco do Brasil, que enviou o Parra para conhecer o nosso sistema, criamos o Fumbesc e começamos a montar planos de prefeituras. Temos orgulho de ter participado da montagem do Fundo Municipal de Joinville, hoje um ícone entre os fundos.

Além do Fumbesc, o SIM/Fusesc durante dez anos brigou para que fosse criada a seguradora, sonho antigo dos gerentes do banco, porque os nossos balcões de quatro em quatro anos eram permissíveis, eram explorados, e o nosso cadastro, a alma de um banco, era levado para o concorrente.

Conseguimos, então, criar a Santa Catarina Seguros e Previdência, a única seguradora catarinense, e conseguimos frear, pelo menos em parte, esse ímpeto.

Ainda, deputado, é fundamental prestar uma homenagem ao desempenho da nossa área da saúde, pois viabilizamos o Hospital de Caridade, colocando lá o primeiro equipamento que viabilizou que os próprios médicos olhassem o hospital e a saúde não como prejuízo, mas como possibilidade de prestar um atendimento e obter recursos.

Por último, dentre os inúmeros assuntos que poderíamos aqui abordar em importância do fundo de pensão, destaco um, o de 1987, quando era governador Pedro Ivo Campos, que apostou em nós e acreditou nos empregados do banco.

Quando o Banco Central entrou aqui, ele não entrou para fazer somente uma intervenção, entrou para liquidar o Besc, e os mais antigos sabem disso. E o sinal de alerta dado foi quando a Fusesc, naquele momento em que ninguém mais acreditava na possibilidade de recuperação do banco, foi na mão inversa e comprou 17% do controle acionário do banco. Isso fez com que o Banco Central e as autoridades - inclusive o ministro Mailson da Nóbrega, que deu declaração à *Gazeta Mercantil,* na primeira página - declarassem que a atitude dos empregados, através do seu fundo de pensão, merecia todo o apoio pessoal e institucional do ministério da Fazenda, porque se o estado não sabia administrar um banco deveria vendê-lo ou buscar os seus empregados como sócios.

Então, eu gostaria de dizer o seguinte: há 30 anos o nosso patrimônio era zero. Hoje é de R$ 1,5 bilhão.

Deputado, não temos que ter medo de ser feliz, não temos que ter medo de abraçar aquilo que devemos abraçar, não devemos passar para terceiros o que é da nossa responsabilidade.

O nosso agradecimento especial, mais uma vez, a v.exa., deputado Jorginho Mello, pela oportunidade que nos está dando de fazer esta manifestação e, principalmente, de colaborar para que os servidores públicos possam pensar de forma mais branda, mais equilibrada de que é importante, sim, nós pensarmos nesse assunto.

Dizia dom João VI a dom Pedro I: "Antes que um aventureiro lance mão, faça você a independência do Brasil". Se queremos uma previdência decente para o servidor público, não podemos deixar só à mercê do estado, devemos botar a mão.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Muito obrigado, Alceu.

Convido, neste momento, o sr. José Manoel de Oliveira, diretor superintendente da Fusesc, para fazer uso da palavra.

O SR. JOSÉ MANOEL DE OLIVEIRA - Excelentíssimo sr. deputado Jorginho Mello, autor do requerimento que ensejou a presente sessão solene, representando neste ato o Poder Legislativo catarinense;

Senhor Miguel Ximenes de Mello Filho, presidente da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - Codesc -, neste ato representando o excelentíssimo sr. governador do estado de Santa Catarina;

Senhor Paulo Afonso de Meirelles, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina, representando o dr. Paulo Roberto de Borba;

Senhor Juventino Scremin, presidente do Conselho Deliberativo da Fusesc;

Senhor Roberto Luiz de Oliveira, ex-presidente do Conselho Deliberativo da Fusesc;

Senhora Simone Schramm, ex-deputada estadual, diretora administrativa e financeira da Codesc;

Senhor Alfeu Luiz Abreu, presidente da Bescor - Besc Corretora de Seguros e Administração de Bens.

Primeiramente, boa-noite, senhoras e senhores.

(Passa a ler.)

"Agradecemos ao Poder Legislativo, ao excelentíssimo sr. deputado Jorginho Mello, nosso participante, aos funcionários da Casa que atuam nesta sessão, por esta oportunidade que nos foi concedida, na qual temos a honra de poder contar um pouco da história da Fusesc que, aliás, já foi aqui um tanto quanto narrada.

Expressamos ainda a nossa estima à sociedade catarinense, que nos acompanha através dos meios de comunicação da Assembléia Legislativa.

A Fusesc - Fundação Codesc de Seguridade Social - é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como missão prestar serviço de previdência e assistência social a seus participantes e dependentes, contribuindo com o bem-estar da sociedade catarinense.

A nossa história acompanha a criação da regulamentação da previdência complementar no Brasil. Há 30 anos, por meio do Decreto n. 81.240, de 20 de janeiro de 1978, o governo federal criava a Secretaria de Previdência Complementar, dando início a um processo de aprimoramento do Sistema de Previdência Complementar, que começara seis meses antes, com a aprovação da Lei n. 6.435/77.

O objetivo dessas duas iniciativas introduzidas no país, num momento em que o poder público pretendia fomentar o mercado de capitais, era disciplinar os fundos de pensão como entidades captadoras de poupança popular, estimulando seu crescimento, ao mesmo tempo em que conferia à SPC a responsabilidade de órgão fiscalizador dos fundos de pensão.

Uma das entidades pioneiras no estado, a Fusesc nasceu pouco tempo depois, iniciando suas atividades em 4 de abril de 1978. A Fusesc é um fundo de pensão multipatrocinado, que trabalha com afinco para garantir a tranqüilidade de um futuro digno aos empregados do Besc - Banco do Estado de Santa Catarina S.A. -, do Badesc - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. -, da Codesc - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - e da Bescor - Besc Corretora de Seguros e Administração de Bens - e da própria Fusesc.

Hoje a nossa história figura entre as mais de 360 fundações ativas que administram em torno de 900 planos de previdência complementar, atendem um universo superior a cinco milhões de participantes e movimentam R$ 450 bilhões, representando 18% do PIB nacional.

A Fusesc é o maior fundo de pensão do estado de Santa Catarina e está em 33º lugar no *ranking* de investimentos no país. A fundação administra três diferentes planos de benefícios que, juntos, têm um patrimônio de R$ 1,5 bilhão de propriedade exclusiva dos mais de oito mil participantes ativos, assistidos e pensionistas.

Atualmente, asseguramos o pagamento de 4.800 benefícios todos os meses e nos últimos seis anos totalizamos um valor de R$ 486 milhões em pagamentos de benefícios. Garantimos, ainda, a outros 3.500 participantes ativos um futuro de estabilidade pessoal.

Fazemos parte de um segmento que atua ativamente na construção de um país socialmente mais justo e economicamente mais forte e temos orgulho de dizer que neste ano a fundação completou 30 anos.

O *slogan* adotado pela fundação - Valores que geram Valores - expressa a visão do que entendemos ser o papel de um fundo de pensão. Desenvolvemos um trabalho ético, sério e dedicado, dirigido ao nosso principal 'negócio': as pessoas. Lidamos diariamente com vidas humanas, que depositam na entidade o maior bem que possuem: a confiança.

Nossos números são expressivos, porém, a fundação não é feita apenas deles. Por este motivo escolhemos a palavra tranqüilidade, que também apareceu em nosso vídeo institucional, para ser o lema das comemorações do aniversário da fundação.

O trabalho que se realiza na fundação, todos os dias, busca oferecer este bem aos participantes. Aos que já encerraram sua caminhada profissional, e aqui há vários deles, oferecemos a segurança de uma renda complementar digna e compatível com o padrão que sua trajetória atingiu. Aos que ainda trabalham, entregamos a certeza de que lá na frente, naquele lugar incerto que costumamos chamar de futuro, eles terão seu lugar ao sol.

Ao lado da Fusesc, o SIM - Plano de Saúde - possibilita aceso a tratamentos de saúde aos participantes e seus familiares. Qualidade de vida na prática na hora na aflição e da necessidade.

A fundação ainda possui ações permanentes, tais como:

- o apoio às atividades de 11 grupos de convivência de participantes aposentados e pensionistas que têm por objetivo promover a qualidade de vida;

- o programa de economia, em que todos os colaboradores diretores e conselheiros estão comprometidos a otimizar os custos da entidade;

- a aplicação do Código de Ética da Andima - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro -, que estabelece padrões éticos de conduta nas negociações realizadas no mercado de renda fixa a que estão subordinadas as instituições associadas à Andima e às demais que aderirem ao COM - Código Operacional do Mercado;

- a adoção de uma política de preservação ao meio ambiente, na qual a Fusesc endossa um projeto mundial para a redução da emissão de gases. Além disso, utilizamos o papel reciclado na impressão de todos os materiais e estamos aprimorando o uso dos recursos da internet e *e-mail marketing* como meios de comunicação, para reduzir a utilização de papel.

A história da Fusesc é a história de cada participante. Dos pioneiros que há 30 anos semearam as bases da instituição e também dos jovens que iniciam a sua carreira já com um olho no futuro. Uns e outros têm em comum a busca da tranqüilidade.

Para nós, atuais dirigentes, que representamos apenas uma passagem dessa história, cabe o desafio diário de gerir um patrimônio coletivo de forma transparente, responsável e eficiente.

Agradecemos às patrocinadoras, aos dirigentes, aos conselheiros e colaboradores da fundação, que se mantêm unidos e atuando em harmonia para garantir, no presente, que a Fusesc possa continuar cumprindo ainda, por muitos anos, a missão que lhe cabe: proporcionar aos seus participantes um futuro melhor.

A cada um dos nossos participantes agradecemos pela confiança e pela contribuição de uma participação ativa, que tornam a história da fundação uma história de sucesso.

Aproveitamos, também, para agradecer ao deputado Jorginho Mello por mais esta oportunidade.

Muito obrigado pela atenção!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Esta Presidência convida todos para ouvirem a execução do Hino de Santa Catarina, interpretado pelo coral da Assembléia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

A Presidência, antes de encerrar a presente sessão, agradece às autoridades com assento à mesa pela presença e a todos que nos honraram com o seu comparecimento, convocando outra sessão, ordinária, para amanhã, às 10h, conforme calendário especial.

Está encerrada a sessão.

A T O S D A M E S A

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 093, de 19/05/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Considerar ponto facultativo para os servidores da Assembléia Legislativa, o próximo dia 23 de maio, sexta-feira, data ulterior às comemorações do feriado de Corpus Christi, devendo a carga horária suspensa ser compensada nos dias 26 a 30 de maio do corrente ano, na fração de uma hora por dia.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 094, de 19/05/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR a servidora **DULCE MARIA DA COSTA**, matrícula nº 1914, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Apoio Tecnico, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, IWANA LUCIA LENTZ, que se encontra em fruição de licença-prêmio no período compreendido entre 12 de maio e 10 de julho de 2008 (Coordenadoria de Taquigrafia das Comissoes).

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 095, de 19/05/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR o servidor **EDUARDO GUEDES DE OLIVEIRA**, matrícula nº 2131, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefe da Secao de Fotografia, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, JONAS LEMOS CAMPOS, que se encontra em fruição de férias no período compreendido entre 15 de maio e 13 de junho de 2008 (DCS - Coordenadoria de Imprensa).

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 096, de 19/05/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR a servidora **SORAIA MARÇAL BOABAID**, matrícula nº 1810, da função de Mestre de Cerimônias, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de maio de 2008 (CGP - Coordenadoria de Eventos).

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 097, de 19/05/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR a servidora **SORAIA MARCAL BOABAID**, matrícula nº 1810, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a Seção de Planejamento de Eventos Internos, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de maio de 2008 (CGP - Coordenadoria de Eventos).

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 098, de 19/05/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 460/08,

RESOLVE: *com fundamento no art. 25, II, da Constituição do Estado de Santa Catarina,*

ALTERAR o Ato da Mesa nº 065, de 03 de janeiro de 2005, que concedeu afastamento para o exercício do mandato de Prefeito Municipal ao servidor CELIO ANTONIO, matrícula nº 2152, quanto à remuneração, que passa a ser percebida pelo Poder Legislativo Estadual, a partir de 1º de abril de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

P U B L I C A Ç Õ E S D I V E R S A S

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e oito, às nove horas e trinta minutos, sob a presidência do deputado Jorginho Mello, foram abertos os trabalhos da 10ª reunião ordinária da Comissão de Finanças e Tributação, contando com a presença da senhora deputada Odete de Jesus e dos senhores deputados: Pedro Uczai, Gelson Merísio, Flávio Ragagnin, Elizeu Mattos, Silvio Dreveck, Renato Hinnig e Flávio Ragagnin . Ato contínuo, o Presidente colocou em votação a ata da 9ª Reunião Ordinária da Comissão, que foi aprovada por unanimidade. Com a palavra, o deputado Flávio Ragagnin, relatou o PL/16.9/2008 de autoria da deputada Odete de Jesus, destacou alguns artigos no projeto que feriam a Constituição, sugeriu que o mesmo retornasse a Deputada para receber uma redação dentro das normas constitucionais, o que foi aceito pela Deputada e aprovado por unanimidade pela comissão. Em seguida, o Presidente passou a palavra ao deputado Sílvio Dreveck, que relatou o projeto OF./0008.5/2008 e em sua relatoria foi favorável ao arquivamento da matéria, o deputado Elizeu Mattos dirigindo-se ao Presidente pede vistas, justificando o seu pedido na tentativa de conhecer o embasamento jurídico do quadro do Tribunal, uma vez que os profissionais contratados para fazerem as defesas dos políticos acionados por improbidade administrativa junto ao TC, dificilmente obtém bons resultados, o Presidente Jorginho lhe concede vistas. Não havendo nada mais a tratar, o presidente deu por encerrado os trabalhos da reunião, dos quais eu, Sílvio Nestor de Souza, chefe de secretaria, digitei a presente ata, que após aprovada por todos os membros, será assinada pelo presidente da Comissão e posteriormente publicada no Diário desta Assembléia.

DEPUTADO JORGINHO MELLO
Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 061/2008

REFERENTE: Contrato CI nº 028/2008, de 15/05/08.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
CONTRATADA: NA LAGE FILMES PRODUÇÕES LTDA.
OBJETO: Contratação da empresa NA LAGE FILMES PRODUÇÕES LTDA. para que, dentro do Projeto "O Brasil em Debate na Assembléia Legislativa", o ginecologista e obstetra Malcolm Montgomery apresente a palestra intitulada de "Civilizações, Cultura, Religiões e Sexualidade", onde serão discutidos assuntos relacionados com a mulher, suas dores e seus sonhos, incluindo temas sobre a saúde, a família, paternidade, drogas e sexualidade, sexualidade feminina, sexualidade da terceira idade, métodos anticoncepcionais, qualidade de vida, sexualidade na adolescência e sexualidade masculina.
VALOR GLOBAL: R$ 21.060,00 (vinte e hum mil, sessenta centavos reais)
FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 008/2008 (art. 25, II, III e § 1º da Lei 8.666/93); Autorização para Processo Licitatório 0037/2008-LIC; Autorização Administrativa.
Florianópolis, 15 de maio de 2008.
Deputado Júlio Garcia - Presidente da ALESC
Fausto Renier Noro - Procurador NA LAGE FILMES E PRODUÇÕES LTDA

*** X X X ***

EXTRATO Nº 062/2008

REFERENTE: Contrato CL nº 0272008, celebrado em 06/05/2008.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Broadcast Produção e Locação Ltda.
OBJETO: Locação de 02 (duas) ilhas de edição não-linear, inclusas as manutenções preventivas e corretivas, por um período de até 90 (noventa) dias, de acordo com as especificações constantes no Edital, seus anexos e com as condições proposta pela CONTRATADA, conforme segue: 04 (quatro) processadores INTEL XEON 2.8 GHZ; 02 (dois) GB RAM; 02 (dois) HD sistema - 100 GB; 02 (dois) BACKUP 100g; 02 (dois) HD vídeo "SCSI" 140g; 02 (dois) HD vídeo "SCSI" 200g; Programas de edição: ADOBE PREMIERE 6.5, ADOBE PHOTOSHOP CS 8 ADOBE AFTER EFFECTS 6.0 OU 6.5, 02 (duas) placas captura MATROX DIGI SUITE LX.
VALOR GLOBAL: R$ 23.850,00 (vinte e três mil, oitocentos e cinqüenta reais).
VIGÊNCIA: 90 (noventa dias), contados da retirada da ordem de serviço, podendo ser prorrogado na forma da lei, a critério e interesse das partes.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Processo Licitatório modalidade Pregão CL nº 013/2008, e Autorizações da autoridade competente no Processo n.º 076/2008, partes integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe
Florianópolis, 06 de maio de 2008.
Deputado Júlio Garcia - Presidente ALESC
Ilson Antonio Bettin.- Broadcast Produção e Locação Ltda.

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 966, de 19/05/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR no Gabinete do Deputado Jandir Bellini **EDSON PERES BENEDET,** Analista Técnico Gestão Ambiental, nível Gestor-32-A, matrícula nº 323377-4-01 servidor do Poder Executivo - FATMA, colocado à disposição na Assembléia Legislativa pelo Ato nº 734, de 7/5/2008, sob a égide do Termo de Convênio nº 08088/2008.
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 967, de 19/05/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **EDESIO INERCI MARCELINO,** matrícula nº 5289, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2008 (Deputado Edson Piriquito).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 968, de 19/05/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **EDESIO INERCI MARCELINO**, matrícula nº 5289, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2008 (Deputado Edson Piriquito).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 969, de 19/05/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **JERSON DE SOUZA,** matrícula nº 5271, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2008 (Deputado Edson Piriquito).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 970, de 19/05/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **JERSON DE SOUZA**, matrícula nº 5271, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2008 (Deputado Edson Piriquito).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 971, de 19/05/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **JORGE OTAVIO CACHEL,** matrícula nº 5438, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2008 (Deputado Edson Piriquito).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 972, de 19/05/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **JORGE OTAVIO CACHEL**, matrícula nº 5438, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2008 (Deputado Edson Piriquito).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 973, de 19/05/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **MARCIO DAURI SEVERIANO,** matrícula nº 5437, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-1, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2008 (Deputado Edson Piriquito).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 974, de 19/05/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **MARCIO DAURI SEVERIANO**, matrícula nº 5437, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-42, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2008 (Deputado Edson Piriquito).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 975, de 19/05/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ANDRE RICARDO DE OLIVEIRA,** matrícula nº 5360, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-20, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2008 (Deputado Marcos Vieira).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 976, de 19/05/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **ANDRE RICARDO DE OLIVEIRA**, matrícula nº 5360, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-25, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2008 (Deputado Marcos Vieira).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 977, de 19/05/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **DEBORA CHAVES SCHMIDT RAIMUNDO,** matrícula nº 5364, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-25, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2008 (Deputado Marcos Vieira).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 978, de 19/05/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **DEBORA CHAVES SCHMIDT RAIMUNDO**, matrícula nº 5364, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-30, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2008 (Deputado Marcos Vieira).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 979, de 19/05/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **GUTIERES BARON,** matrícula nº 5361, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-25, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2008 (Deputado Marcos Vieira).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 980, de 19/05/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **GUTIERES BARON**, matrícula nº 5361, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-30, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2008 (Deputado Marcos Vieira).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 981, de 19/05/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **JANE LUCIA DUARTE RAMOS,** matrícula nº 3481, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-36, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2008 (Deputado Marcos Vieira).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 982, de 19/05/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **JANE LUCIA DUARTE RAMOS**, matrícula nº 3481, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-40, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2008 (Deputado Marcos Vieira).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 983, de 19/05/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **RODOLFO JAIR FARIAS,** matrícula nº 5359, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-8, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2008 (Deputado Marcos Vieira).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 984, de 19/05/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **RODOLFO JAIR FARIAS**, matrícula nº 5359, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-13, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2008 (Deputado Marcos Vieira).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 985, de 19/05/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **ROZANE BERNARDETE DA SILVA,** matrícula nº 5279, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-25, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2008 (Deputado Marcos Vieira).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 986, de 19/05/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **ROZANE BERNARDETE DA SILVA**, matrícula nº 5279, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-30, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2008 (Deputado Marcos Vieira).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 987, de 19/05/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **RUBENS JOAO LAUREANO,** matrícula nº 5457, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2008 (Deputado Marcos Vieira).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 988, de 19/05/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **RUBENS JOAO LAUREANO**, matrícula nº 5457, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-62, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2008 (Deputado Marcos Vieira).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 989, de 19/05/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **PAULO ROBERTO DA SILVA,** matrícula nº 5567, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-26, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2008 (Deputado Marcos Vieira).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 990, de 19/05/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **PAULO ROBERTO DA SILVA**, matrícula nº 5567, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2008 (Deputado Marcos Vieira).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 991, de 19/05/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **SONIA APARECIDA PEDRINI BORBA,** matrícula nº 5458, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2008 (Deputado Marcos Vieira).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 992, de 19/05/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **SONIA APARECIDA PEDRINI BORBA**, matrícula nº 5458, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2008 (Deputado Marcos Vieira).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 011/08

Concede o Título de Cidadão Catarinense ao Senhor Luiz Inácio Lula da Silva.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Catarinense ao Senhor Luiz Inácio Lula da Silva.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de maio de 2008

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 054/08

Declara de utilidade pública a Associação Desportiva Itajaiense - ADI, com sede no Município de Itajaí.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Desportiva Itajaiense - ADI, com sede no Município de Itajaí.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de maio de 2008

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 079/08

Declara de utilidade pública a GATA - Associação das Transgêneros da Amurel, com sede no Município de Tubarão.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a GATA - Associação das Transgêneros da Amurel, com sede no Município de Tubarão.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de maio de 2008

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 081/08

Declara de utilidade pública o Clube de Caça e Tiro Concórdia, com sede no Município de Blumenau.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Clube de Caça e Tiro Concórdia, com sede no Município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de maio de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 083/08

Declara de utilidade pública a Associação Coro Lírico da Orquestra Sinfônica de Santa Catarina, com sede no Município de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Coro Lírico da Orquestra Sinfônica de Santa Catarina, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de maio de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 090/08

Declara de utilidade pública a Associação Recreativa e Esportiva Cuba, com sede no Município de Porto Belo.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Recreativa e Esportiva Cuba, com sede no Município de Porto Belo.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de maio de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 092/08

Autoriza a alienação de ações de empresas de telecomunicações das quais o Estado, suas autarquias, fundações e empresas públicas, ativas ou extintas, sejam acionistas minoritários, e estabelece outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a alienação das ações de empresas de telecomunicações das quais o Estado, suas autarquias, fundações e empresas públicas, ativas ou extintas, sejam acionistas minoritários, respeitadas as normas das Leis federais nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Parágrafo único. Para atendimento do disposto neste artigo, as entidades mencionadas deverão transferir suas ações à Secretaria de Estado da Fazenda, para oferta em Bolsa de Valores, na forma estabelecida em decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º Os recursos oriundos da alienação a que se refere o art. 1º desta Lei serão destinados a obras de melhoria, à expansão de vagas e à aquisição de mobiliário e equipamentos no sistema prisional.

Art. 3º Os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas poderão, a seu critério, adotar a medida prevista na presente Lei, revertendo para o respectivo Órgão ou Poder, o produto da venda das ações.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de maio de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 093/08

Declara de utilidade pública a Sociedade de Amigos da Biblioteca Municipal Dr. Fritz Müller, com sede no Município de Blumenau.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Sociedade de Amigos da Biblioteca Municipal Dr. Fritz Müller, com sede no Município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de maio de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 094/08

Declara de utilidade pública a Fundação Vida Nova, com sede no Município de Balneário Camboriú.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Fundação Vida Nova, com sede no Município de Balneário Camboriú.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de maio de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 097/08

Concede Título de Cidadão Honorário ao Senhor Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário ao Senhor Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de maio de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 098/08

Declara de utilidade pública a Associação de Senhoras de Rotarianos de Xanxerê, com sede no Município de Xanxerê.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Senhoras de Rotarianos de Xanxerê, com sede no Município de Xanxerê.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de maio de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0106/08

Declara de utilidade pública a AqüiMATE VitaSol - Aqüicultura, Meio Ambiente, Turismo Educativo e Vida Solidária, com sede no Município de Biguaçu.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a AqüiMATE VitaSol - Aqüicultura, Meio Ambiente, Turismo Educativo e Vida Solidária, com sede no Município de Biguaçu.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de maio de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 112/08

Declara de utilidade pública o Conselho da Comunidade da Comarca de Ituporanga, com sede no Município de Ituporanga.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Conselho da Comunidade da Comarca de Ituporanga, com sede no Município de Ituporanga.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de maio de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº PLC/0012.0/2008

Os Anexos II-A, II-B e II-C, do Projeto de Lei Complementar nº PLC/0012.0/2008, na parte referente à Jornada de Trabalho, passam a vigorar com a seguinte redação:

"JORNADA DE TRABALHO: 40 (quarenta) horas semanais.

Sala das Comissões, em

Deputado Narcizo Parisotto

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de

EMENDA MODIFICATIVA Nº /2007

Dá nova redação ao parárafo 3º do art. 4º do PLC 0012/2008:

Art. 1º O parágrafo 3º do art. 4º passa a tramitar com a seguinte redação:

"§ 3º O ingresso no cargo dar-se-á por concurso público na referência inicial do nível inicial da respectiva classe, conforme disposto no Anexo II, de A a C, parte integrante desta Lei Complementar."

Sala das Sessões, em 13 de maio de 2008.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa assegurar a realização de concurso público para o provimento do cargo de analista técnico em gestão de fiscalização e regulação nas diferentes classes.

Bancada do Partido dos Trabalhadores

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 14/05/08

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 14/05/08

EMENDA MODIFICATIVA Nº /2007

Dá nova redação ao art. 13 do PLC 0012/2008:

Art. 1º O 13 passa a tramitar com a seguinte redação:

"Art. 13. Somente serão computados para fins desta modalidade de progressão os cursos concluídos por servidor após o ingresso no serviço público estadual."

Sala das Sessões, em 13 de maio de 2008.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa criar uma regra única para a aceitação de cursos para fins de progressão na carreira. A exceção aberta pela redação do projeto original para retroagir este prazo até janeiro de 2003 não está embasada em critério técnico ou jurídico, pelo que, configura-se em fator de discriminação injustificável perante o sistema normativo.

Bancada do Partido dos Trabalhadores

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 14/05/08

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 14/05/08

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 012/2008

Institui o Plano de Carreira e Vencimentos dos servidores públicos da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC e estabelece outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído, nos termos desta Lei Complementar, o Plano de Carreira e Vencimentos dos servidores públicos da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC, destinado a organizar a Carreira de Gestor em Fiscalização e Regulação, constituída pelo cargo de provimento efetivo de Analista Técnico em Gestão de Fiscalização e Regulação, observadas as seguintes diretrizes:

I - adoção de carreira, possibilitando o crescimento profissional de forma horizontal, fundamentado na busca de maiores níveis de qualificação profissional;

II - transparência das práticas de remuneração, com valoração do vencimento nos diversos níveis e referências da estrutura da carreira;

III - reconhecimento da qualificação profissional por critérios que proporcionem igualdade de oportunidades profissionais;

IV - valorização dos servidores que buscam constante aprimoramento profissional com aplicabilidade no cotidiano das atividades de fiscalização e regulação; e

V - valorização pela definição de objetivos, com a criação de indicadores e a avaliação de resultados, permitindo que seja assumida particular relevância no compartilhamento das responsabilidades, com a formação de equipes multidisciplinares e a organização por programas e ações.

Art. 2º Nos termos da presente Lei Complementar fica criada a Carreira de Gestor em Fiscalização e Regulação, constituída pelo cargo de provimento efetivo de Analista Técnico em Gestão de Fiscalização e Regulação.

Art. 3º Para efeitos de aplicação e implantação da presente Lei Complementar, é adotada a seguinte conceituação:

I - Plano de Carreira e Vencimentos: sistema estratégico de remuneração, estruturado na forma de carreira, cargo, classes, níveis e referências de vencimento, que possibilitam o crescimento profissional do servidor de forma transparente, fundamentado na qualificação e no desempenho profissional;

II - Quadro de Pessoal: quantitativo de cargo de provimento efetivo com as respectivas classes, definido de acordo com as necessidades da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC;

III - Carreira: perspectiva de crescimento profissional, fundamentada no desempenho eficiente e eficaz e no exercício de atribuições de maior nível de complexidade e de formação;

IV - Cargo de Provimento Efetivo: denominação dada a um conjunto de atribuições e responsabilidades, com denominação própria e remuneração paga pelo erário, integrante do Quadro de Pessoal da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC;

V - Classe: é a divisão da estrutura do cargo de provimento efetivo que agrupa um conjunto de atribuições e responsabilidades relacionadas com a formação, qualificação profissional ou desempenho profissional;

VI - Nível: graduação vertical ascendente existente no cargo, de acordo com a respectiva classe;

VII - Referência: graduação horizontal ascendente existente em cada nível;

VIII - Desenvolvimento Funcional: representa a possibilidade de crescimento na estrutura de carreira, por intermédio da progressão horizontal por tempo de serviço ou por qualificação ou desempenho profissional; e

IX - Enquadramento por Transformação: passagem do atual para o novo cargo, classe, nível e referência, criados por esta Lei Complementar, observando-se a correlação.

TÍTULO II

DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 4º Fica criado o Quadro de Pessoal da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC composto pelo cargo de provimento efetivo de Analista Técnico em Fiscalização e Regulação, constituído por 3 (três) classes, 09 (nove) níveis, cada nível com 10 (dez) referências, representadas pelas letras A a J, com quantitativo fixado pelo Anexo I, parte integrante desta Lei Complementar.

§ 1º As classes referidas no *caput* deste artigo possuem as seguintes especificações:

I - Classe I - conjunto de atividades relacionadas a serviços operacionais, de apoio e auxiliares da administração estadual, para cujo desempenho é exigido o grau de instrução de ensino fundamental, de acordo com a habilitação profissional;

II - Classe II - conjunto de atribuições inerentes às atividades de administração, para cujo desempenho é exigido o grau de instrução de ensino médio, com habilitação nas áreas definidas no edital do concurso e registro no Conselho de Fiscalização do exercício profissional, quando houver;

III - Classe III - conjunto de atribuições técnico-administrativas de maior complexidade, para cujo exercício é exigido o grau de instrução de nível superior reconhecido pelo Ministério da Educação e registro no Conselho de Fiscalização do exercício profissional, quando houver.

§ 2º As atribuições e a habilitação profissional para o exercício profissional do cargo nas respectivas classes estão previstas no Anexo II, de A a C, desta Lei Complementar, podendo ser complementadas em edital de processo seletivo universal para cargo efetivo com novas habilidades e/ou experiências.

§ 3º O ingresso no cargo dar-se-á por concurso público na referência inicial do nível inicial da respectiva classe, conforme disposto no Anexo II, de A a C, parte integrante desta Lei Complementar.

TÍTULO III

DA CARREIRA

Art. 5º O crescimento e o desenvolvimento funcional do servidor na carreira dar-se-á pelas progressões nas referências e níveis, por intermédio das seguintes modalidades:

I - progressão horizontal por tempo de serviço; e

II - progressão horizontal por qualificação ou desempenho profissional.

Art. 6º Não terá direito a quaisquer das modalidades de progressão o servidor que:

I - estiver em estágio probatório;

II - estiver em licença sem vencimentos na data da progressão ou quando o período de licença corresponder de forma parcial ou integral ao período aquisitivo de cada progressão;

III - estiver, na data da progressão ou nos respectivos períodos aquisitivos, à disposição de órgãos estranhos à Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado de Santa Catarina;

IV - tiver recebido pena de suspensão disciplinar no período aquisitivo de cada progressão;

V - possuir falta injustificada superior a cinco dias no período aquisitivo de cada progressão;

VI - tiver retornado de licença sem remuneração no período aquisitivo de qualquer modalidade de progressão;

VII - sofrer prisão no período aquisitivo de cada progressão;

VIII - estiver, na data da progressão, em licença para concorrer ou exercendo cargo eletivo.

CAPÍTULO I

DA PROGRESSÃO POR TEMPO DE SERVIÇO

Art. 7º A progressão horizontal por tempo de serviço consiste na passagem do servidor de uma referência para a imediatamente superior no mesmo nível ou da última referência para a inicial no nível posterior, limitado ao nível de qualificação profissional que estiver enquadrado na respectiva classe.

Art. 8º A progressão horizontal por tempo de serviço ocorrerá de dois em dois anos, de forma alternada com a progressão horizontal por qualificação ou desempenho profissional, no mês de aniversário natalício do servidor.

Parágrafo único. Será computado para a conquista do interstício referido no *caput* deste artigo, o tempo de exercício no atual cargo e o tempo acumulado no cargo anterior referente às promoções, desde que não considerado para quaisquer modalidades de progressão ou enquadramento.

CAPÍTULO II

DA PROGRESSÃO POR QUALIFICAÇÃO OU DESEMPENHO PROFISSIONAL

Art. 9º A progressão por qualificação ou desempenho profissional consiste na passagem do servidor de uma referência para outra imediatamente superior no mesmo nível ou da última referência para a inicial no nível posterior, limitado ao nível de qualificação profissional que estiver enquadrado na respectiva classe, observados os seguintes critérios:

I - 80 (oitenta) horas de capacitação para progresso na Classe I;

II - 160 (cento e sessenta) horas de capacitação para progresso na Classe II;

III - 240 (duzentos e quarenta) horas de capacitação para progresso na Classe III.

Parágrafo único. O servidor poderá conquistar a modalidade de progressão de que trata este artigo, independentementedas horas de capacitação, quando alcançar mérito por desempenho funcional, baseado na definição de objetivos, com a criação de indicadores e avaliação de resultados, permitindo valorizar a contribuição útil a cada órgão e o interesse público do seu desempenho, conforme critérios estabelecidos em regulamento a ser editado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 10. Os eventos de capacitação deverão ter relação direta com as atribuições desenvolvidas pelo servidor, devendo ser previamente homologados e registrados no Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos.

Parágrafo único. O disposto neste artigo será objeto de regulamento do Sistema Administrativo de Gestão de Recursos Humanos, a ser editado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 11. Os cursos de formação, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior em nível de graduação, pós-graduação e os exigidos como pré-requisito para o exercício profissional em cada classe, não poderão ser considerados para fins de progressão por qualificação ou desempenho profissional.

Art. 12. A presente modalidade de progressão ocorrerá a partir de 1º de janeiro de 2009.

Art. 13. Somente serão computados para fins desta modalidade de progressão os cursos concluídos por servidor após o ingresso no serviço público estadual.

TÍTULO IV

DO VENCIMENTO, DAS GRATIFICAÇÕES E DA REMUNERAÇÃO

Art. 14. Os valores de vencimento das Classes, Níveis e Referências são os fixados no Anexo III, parte integrante desta Lei Complementar.

Parágrafo único. Os valores fixados correspondem à arga-horária de 40 (quarenta) horas semanais, preservada a situação funcional prevista no art. 53, da Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993.

Art. 15. As demais vantagens pecuniárias, concedidas em qualquer caráter, a título de adicional ou gratificação, percebidas pelos servidores da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC, permanecem inalteradas e mantém os mesmos critérios de concessão previstos na legislação vigente.

Parágrafo único. O adicional de pós-graduação previsto no rt. 33 da Lei Complementar nº 81, de 1993, será aplicado aos servidores da Classe III desta Lei Complementar, mantidos os critérios de concessão e percentuais estabelecidos pelo art. 6º da Lei Complementar nº 322, de 02 de março de 2006.

Art. 16. Aos Conselheiros do Conselho Superior da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC fica assegurado o pagamento de gratificação, a título de *jeton*, por dia de convocação a que comparecerem, no valor de R$ 750,00 (setecentos e cinqüenta reais), bem como o pagamento de diárias, a título de compensação de despesas, quando couber.

§ 1º Fica limitado a quatro o número de *jetons* por mês a que se refere o *caput*.

§ 2º O valor do *jeton* será majorado na mesma proporção e data em que forem reajustados os salários dos servidores da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC.

§ 3º O enquadramento na tabela de diárias da administração pública será feito por ato do Chefe do Poder Executivo.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. Os recursos financeiros necessários para fins de remuneração e progressão dos servidores da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC, serão provenientes do Tesouro do Estado, assim como da Fonte 0119 concorrentemente.

Art. 18. O Chefe do Poder Executivo expedirá os atos necessários à fiel execução da presente Lei Complementar, ouvido o Gestor do Sistema Administrativo de Gestão de Recursos Humanos.

Art. 19. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de maio de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO I

Carreira	Denominação do Cargo	Classe	Níveis	Referências										Escolaridade	Quantidade de Vagas
Gestor em	Analista Técnico em		1	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	Ensino Fundamental	
Fiscalização e	Gestão de Fiscalização	I	2	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	(Equivalente	10
Regulação	e Regulação		3	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	ao 1º Grau)	
Carreira	**Denominação do Cargo**	**Classe**	**Níveis**	**Referências**										**Escolaridade**	**Quantidade de Vagas**
Gestor em	Analista Técnico em		1	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	Ensino Médio	
Fiscalização e	Gestão de Fiscalização	II	2	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	(Equivalente ao 2º	20
Regulação	e Regulação		3	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	Grau)	
Carreira	**Denominação do Cargo**	**Classe**	**Níveis**	**Referências**										**Escolaridade**	**Quantidade de Vagas**
Gestor em	Analista Técnico em		1	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	Nível	
Fiscalização e	Gestão de Fiscalização	III	2	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	Superior	40
Regulação	e Regulação		3	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J		

ANEXO II - A

DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO

DENOMINAÇÃO DO CARGO: Analista Técnico em Gestão de Fiscalização e Regulação

CLASSE: I **NÍVEL:** 1 a 3 **REFERÊNCIA:** A a J

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Conclusão do Ensino Fundamental

JORNADA DE TRABALHO: 40 (quarenta) horas semanais.

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:

1 - executar, sob supervisão, atividades auxiliares de apoio nas áreas de atuação (infra-estrutura, energia, saneamento e recursos, tecnologia e informação) da AGESC;
2 - executar atividades e serviços auxiliares administrativos, logísticos e operacionais que lhes forem atribuídos, relacionados aos serviços administrativos do órgão;
3 - elaborar relatórios de apoio aos serviços administrativos da AGESC;
4 - executar trabalhos relativos à tramitação de papéis e processos;
5 - coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização de arquivos e fichários;
6 - executar serviços de cadastro em geral, manutenção e organização de arquivos, bancos de dados e outros;
7 - controlar atividades relacionadas com recursos humanos;
8 - prestar esclarecimentos sobre rotinas e procedimentos relativos a preenchimento e entrega de documentos;
9 - executar serviços de apoio à análise e encaminhamento de processos;
10 - executar serviços relativos à atualização de registros funcionais, digitação, cadastramento de dados, manutenção e organização de arquivos;
11 - expedir registros e documentos em geral, sob orientação superior;
12 - secretariar autoridades superiores, redigindo expedientes relacionados às suas atividades;
13 - integrar-se em projetos de pesquisa, levantamento de dados e diagnósticos, emprestando apoio administrativo necessário;
14 - executar outras atividades correlatas.

ANEXO II - B

DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO

DENOMINAÇÃO DO CARGO: Analista Técnico em Gestão de Fiscalização e Regulação

CLASSE: II **NÍVEL:** 1 a 3 **REFERÊNCIA:** A a J

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Conclusão do Ensino Médio, com habilitação nas áreas definidas no edital do concurso e registro no Conselho de Fiscalização do exercício profissional, quando houver.

JORNADA DE TRABALHO: 40 (quarenta) horas semanais.

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:

1 - planejar, organizar, executar e controlar atividades específicas de sua área de habilitação e qualificação profissional;
2 - planejar, organizar, executar e controlar atividades específicas de sua área de habilitação, relacionadas ao atendimento dos programas de apoio ao corpo funcional da AGESC;
3 - receber e montar os processos administrativos;
4 - coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização de arquivos;
5 - redigir atos administrativos, compatíveis com sua área de atuação;
6 - auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, divulgação de editais e outras atividades correlatas;
7 - controlar e executar o cadastramento de bens móveis e imóveis;
8 - auxiliar na definição dos objetivos e no planejamento do órgão;
9 - auxiliar e propor o aperfeiçoamento e adequação da legislação e normas específicas, bem como métodos e técnicas de trabalho;
10 - conduzir veículos para transporte de passageiros e/ou cargas, desde que possua Carteira Nacional de Habilitação na categoria "C", observada a legislação de trânsito vigente, efetuando pequenos reparos de emergência no veículo sob sua responsabilidade e elaborar relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;
11 - executar trabalhos referentes à análise e controle de serviços contábeis, em consonância com sua habilitação;
12 - executar trabalhos relativos a balancetes, análise e controle estatístico;
13 - executar serviços de cadastro, manutenção e organização de arquivos, bancos de dados e outros;
14 - executar serviços de análise e encaminhamento de processos, pesquisas legislativas e jurisprudências;
15 - executar atividades afetas à administração de recursos humanos;
16 - expedir registros e documentos em geral;
17 - secretariar autoridades;
18 - redigir expedientes relacionados às suas atribuições;
19 - participar de projetos de pesquisa, levantamento de dados e diagnósticos;
20 - fornecer dados estatísticos e elaborar relatórios;
21 - prestar informações e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
22 - prestar esclarecimentos sobre rotinas e procedimentos administrativos;
23 - realizar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação;
24 - executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional.

ANEXO II - C

DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO		
DENOMINAÇÃO DO CARGO: Analista Técnico em Gestão de Fiscalização e Regulação		
CLASSE: III	**NÍVEL:** 1 a 3	**REFERÊNCIA:** A a J
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Conclusão de Curso de Nível Superior, relacionado às atividades da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC, reconhecido pelo Ministério da Educação, com habilitação nas áreas definidas no edital do concurso e de progressão por formação e registro nos respectivos Conselhos Regionais do exercício profissional, quando houver.		
JORNADA DE TRABALHO: 40 (quarenta) horas semanais.		

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:

1 - planejar, coordenar e supervisionar as atividades de sua competência;
2 - realizar orientações, auditorias e audiências públicas;
3 - elaborar estudos, pesquisas e pareceres na sua área de atuação;
4 - elaborar relatórios, compilar informações e elaborar pareceres nos assuntos relacionados à sua área de atuação;
5 - pesquisar dados e proceder a estudos comparativos, bem como manter banco de dados específicos, relativos ao setor de trabalho;
6 - analisar atos e fatos técnicos e administrativos, apresentando soluções e alternativas;
7 - analisar, diagnosticar e avaliar programas, projetos e ações relacionados à sua área de atuação;
8 - propor a edição de normas e atos de natureza técnica ou administrativa pertinentes a sua formação;
9 - manter atualizado material informativo de natureza técnica e administrativa, diretamente relacionado com as atividades desenvolvidas pelo setor onde desempenha suas atribuições;
10 - executar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação, compatíveis com sua área de atuação;
11 - acompanhar e avaliar o desempenho e a execução das políticas e diretrizes de seu setor;
12 - prestar assessoria e/ou consultoria relativas a assuntos de sua área de atuação;
13 - estudar e acompanhar o orçamento e sua execução físico-financeira;
14 - acompanhar o desenvolvimento da técnica de planejamento administrativo e financeiro, a fim de promover o seu aperfeiçoamento;
15 - desenvolver projetos, objetivando racionalizar e informatizar as rotinas e os procedimentos;
16 - desenvolver estudos visando à implantação e/ou aprimoramento do sistema portuário;
17 - elaborar fluxogramas, organogramas e gráficos das informações;
18 - elaborar diretrizes para a organização e modernização das estruturas e procedimentos administrativos;
19 - fornecer subsídios técnicos para elaboração de anteprojetos de leis e decretos relacionados a assuntos de sua área de competência;
20 - emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
21 - participar da elaboração e execução de contratos e convênios;
22 - acompanhar a execução dos contratos de concessão, permissão ou autorização de serviços públicos;
23 - elaborar estudos e pareceres técnicos para orientar a tomada de decisão em processos de planejamento ou organização nos assuntos de sua área de atuação;
24 - organizar e revisar fichários, catálogos e índices, por meio de processos manuais ou automatizados, possibilitando o armazenamento, busca e recuperação da informação;
25 - executar serviços de disseminação de informações, conforme o perfil de interesse do usuário, elaborando publicações correntes ou promovendo sua distribuição e circulação;
26 - elaborar registros de operações contábeis;
27 - fazer registros sistemáticos da legislação pertinente às atividades de fiscalização e regulação de serviços públicos delegados ou não;
28 - executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional;
29 - executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais da AGESC.

ANEXO III

TABELA DE VENCIMENTO

QUADRO DE PESSOAL DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANTA CATARINA - AGESC

CARREIRA: GESTOR EM FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO

CARGO: ANALISTA TÉCNICO EM GESTÃO DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

CLASSE	NÍVEL	REFERÊNCIAS									
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
I	1	820,00	820,00	820,00	820,00	820,00	820,00	820,00	820,00	820,00	820,00
	2	820,00	820,00	820,00	820,00	820,00	820,00	820,00	820,00	820,00	820,00
	3	820,00	820,00	820,00	820,00	820,00	820,00	820,00	820,00	820,00	820,00
II	1	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00
	2	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00
	3	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00
III	1	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00
	2	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00
	3	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/2008

Dá nova redação ao inciso III do art. 4º da Resolução nº 011, de 2003, que institui e regulamenta Verba Indenizatória do Exercício Parlamentar e adota outras providências.

Art. 1º Fica alterado o inciso III do art. 4º da Resolução nº 011, de 21 de outubro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º .....
.....

III - impressão de informativo da atividade parlamentar, exceto nos noventa dias anteriores à data das eleições e desde que não caracterize gastos com campanhas eleitorais."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, Florianópolis, 14 de maio de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***